

UNESP - Campus Marília
Pós - Graduação em Educação

**Eficácia dos Programas Preventivos em AIDS:
Um Problema de Educação?**

Edilson Fontes Brito

1999



PN-12805

DEDICATÓRIA

EDILSON FONTES BRITO

**EFICÁCIA DOS PROGRAMAS PREVENTIVOS EM AIDS: UM
PROBLEMA DE EDUCAÇÃO?**

1410001011



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da UNESP-Marília, para obtenção do grau de Mestre
em Educação.

Orientador: Prof. Dr. SEBASTIÃO JORGE CHAMMÉ

MARÍLIA

1999



DEDICATÓRIA

Seriam muitas as pessoas a quem poderia dedicar este trabalho, porque tomaram parte durante este tempo de minha vida, de meus sonhos, desejos, esperanças e tudo aquilo que chamamos de "viver". No entanto, há sempre pessoas que são e sempre foram mais especiais, não só pelo fato de existirem, mas de existirem para mim.

A estas três pessoas especiais que dedico este trabalho: minhas mães: Dylcem Fontes e Ivonilda Aparecida Fontes e minha irmã: Edina Maria Fontes Brito.

Nasci sem ser de vossos sangue. Porém, na vida que corre em minhas veias, há vida maior em meu corpo – a do espírito que nasceu, em verdade, daquilo que tenho de vocês. Eu as amo muito!



SINOPSE

Este trabalho refere-se a um estudo sobre a eficácia dos Programas Preventivos em AIDS, enfocando uma leitura do Programa Escola é Vida, da Secretaria de Educação nos anos de 1991 à 1994, período no qual, a Secretaria da Educação passou a ser representada oficialmente por este programa.

O Projeto Escola é Vida, nasceu de uma experiência no ano de 1982 na EEPG Arthur Guimarães, que na época chamava-se Projeto Adolescente e em 1985 passou a fazer parte do Plano de Trabalho Anual – PTA – da 12.^a Delegacia de Ensino da DRECAP-3, abrangendo 12 unidades escolares. Em 1991 através da Secretaria da Educação do Estado no Programa Permanente de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas do Governo do Estado de São Paulo – Decreto nº 34.074, de 21.10.91 passa a ser oficializado pelo Governo.

O respectivo Projeto teve como finalidade a prevenção ao uso Indevido de Drogas, porém, por estar este assunto relacionado com a dinâmica do contágio pelo vírus HIV e, por estar ainda sendo desenvolvido numa época em que tal problemática apresentava-se em um processo de crescimento. O Projeto assume o compromisso de discutir junto a rede de ensino do Estado de São Paulo, a prevenção da AIDS.

Não surgiu como um projeto específico da demanda da AIDS, mas acabou por adotar este tema e discutí-lo nos moldes preventivos pensados para uma prevenção de drogas.

A metodologia para esta pesquisa é de cunho qualitativo, utilizando-se entrevistas junto aos coordenadores do Núcleo Regional do Projeto (Equipe Volante da Região de Andradina) e análise de documentos que serviram como processo de avaliação durante os anos em que o Projeto fora implantado na Região de Andradina. Algumas entrevistas estão gravadas e transcritas em sua íntegra, e outras, respondidas por escrito, dado a distância e disponibilidade das pessoas consultadas em cooperar com este trabalho.

Os resultados serão apresentados de acordo com os objetivos da pesquisa.



ABSTRACT

This work refers to a study about the efficacy of preventive programs about AIDS, focusing the programs reading "Escola é Vida" (School is life) in the years 1991 to 1994, of the Educational Secretary Governmental Organization. Period in which, this governmental organization begins to be officially represented by this program.

The Project "Escola é Vida" (School is life) rose from an experience in 1982 at "Arthur Guimarães School" and in that time called "Projeto Adolescente" (Teenager Project) and in 1985 began to make part of the Annual Work Plan – PTA – of the 12th Education office DRECAP-3, containing 12 school unities. In 1991, through the Educational Institute of the State in permanent program of Prevention about the undue use of Drugs of the State Government (São Paulo State) – Decree number: 34.074, October 21.10.91, passed to be officialized by the Government.

The respective Project had how finality the prevention about the undue use of drugs, but to be this subject connected with the dynamics of the contagious by the HIV Virus and to be still developed, in a time in which the problem presented in a growing process. The project assumes the compromise of discussing whit the Educational System of São Paulo State, the prevention of AIDS.

It didn't rise as a specific project about the AIDS claim, but we adpted this theme and we discuss about the preventive patterns thought for the drugs prevention.

The methodology for this research is a qualitative stamp, making use of interviews with the Regional Center Coordinators of the project (Andradina Region team) and the analysis of reports that were used as an evaluation process during the years in which the project was implanted in Andradina region. Some interviews are recorded and transcribed in full, and others answered by writing because the distance and the a availability of the people consulted to cooperate with this work.

The results will be presented according to the research objectives.



AGRADECIMENTOS

"Cada homem tem legítimo direito à estima dos seus semelhantes e, inversamente, a mesma obrigação para com eles".

Kant

Em especial gostaria de poder lembrar de algumas pessoas que se fizeram mais presentes durante este período em que realizei esta pesquisa. Presentes no carinho, na atenção, no incentivo, entre outros adjetivos.

São eles:

Meu orientador - Sebastião Jorge Chammé

À secretaria de Pós Graduação da Unesp.

Ao CNPq, com a bolsa do mestrado, que me auxiliou neste trabalho.

À Claude Lépine – Prof^a. na Pós e banca da pesquisa.

À Marlene C. W. Martinez – Prof^a., amiga e banca da pesquisa.

À Cidinha e Maria Vieira – amigas e colaboradoras.

Ao André Luiz Corrêa – um companheiro amigo

Ao Paulo Fernando da Silva – o primeiro a me incentivar.

Aos alunos: Janete e Jefferson

Aos amigos: Zé Antônio, Duarte, Mauro, Gláucia, Lívia, entre tantos outros que me deram palavras de força e coragem para vencer esta etapa.

Ao Dr. Rudmar Corazza, que soube entender a importância deste trabalho, dando-me espaço para realizá-lo, no período em que atuei como Psicólogo Clínico, no ambulatório.



A amiga Elisabet Pessoa, inesquecível pessoa.
Aos meus parentes, e, em especial, aqueles

que estiveram mais próximos.

SUMÁRIO

“...aos que, direta e indiretamente estiveram presentes
neste percurso, com certeza estarão comigo percorrendo os caminhos da vida
para sempre...”

1 – Introdução	08
1.1 – Problema	10
1.2 – Justificativa do Tema	16
2 – Metodologia do trabalho	22
2.1 – Objetivos do trabalho	22
2.2 – Propostas do Tema	23
2.3 – Da Metodologia	25
2.3.1 – Análise dos documentos	27
2.3.2 – Entrevistas	29
3 – Histórico do vírus da AIDS	31
3.1 – A AIDS – Teoria e Realidade	35
4 – Fundamentação Teórica	42
5 – Introdução à Temática de Trabalho/ Contextualizando a Adolescência	54
5.1 – A Adolescência frente aos Problemas Sociais	61
5.2 – Adolescente X Corpo X Sexualidade	72
5.3 – O adolescente e as doenças sexualmente transmissíveis/ AIDS	79
6 – Discussões sobre o Projeto Escola é Vida	86
6.1 – Conteúdo das Avaliações	103
7 – Considerações Finais	108
8 – Bibliografia	112



INTRODUÇÃO

PROJETO ESCOLA É VIDA

SUMÁRIO

Introdução – Projeto Escola é Vida	01
1 – Apresentação	06
1.1 – Problema	10
1.2 – Justificativa do Tema	16
2 – Metodologia do trabalho	22
2.1 – Objetivos do trabalho	22
2.2 – Propostas do Tema	23
2.3 – Da Metodologia	25
2.3.1 – Análise dos documentos	27
2.3.2 – Entrevistas	29
3 – Histórico do vírus da AIDS	31
3.1 – A AIDS – Teoria e Realidade	35
4 – Fundamentação Teórica	42
5 – Introdução à Temática de Trabalho/ Contextualizando a Adolescência	54
5.1 – A Adolescência frente aos Problemas Sociais	63
5.2 – Adolescente X Corpo X Sexualidade	72
5.3 – O adolescente e as doenças sexualmente transmissíveis/ AIDS	79
6 – Discussões sobre o Projeto Escola é Vida	85
6.1 – Conteúdo das Avaliações	103
7 – Considerações Finais	108
8 – Bibliografia	112



INTRODUÇÃO

PROJETO ESCOLA É VIDA

De acordo com a apresentação do projeto pela Primeira Dama de Estado - Senhora Nair Passos Fleury - Em outubro de 1991, o Governo do Estado de São Paulo lançou o Programa Permanente de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, graças a vontade política do Governador Fleury, que considerou fundamental reunir a sociedade e o governo em torno de ações preventivas ao uso indevido de drogas, através da mobilização consciente da comunidade.

O Projeto Escola é Vida, da Secretaria de Estado da Educação - que integra este Programa, com mais onze Secretarias de Estado, - capacita educadores e funcionários da rede pública para que estes desenvolvam ações de caráter preventivo nas unidades escolares da rede de ensino oficial. Com isso, busca não só incentivar a criação de hábitos saudáveis na população, como também resgatar o papel do professor no processo de formação da criança e do adolescente.

Para o Coordenador Geral do Projeto José Carlos Bortolato, O Projeto Escola é Vida representa a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo no Programa Permanente de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, e tem por objetivo capacitar educadores da Rede Pública Estadual na implementação de projetos de educação preventiva em suas unidades escolares.

Seu fio condutor autoriza afirmar que nele reside a certeza de que a Escola tem grande responsabilidade na formação do indivíduo e que deve abrir espaço para a comunidade, tendo em vista debates de questões que levem em conta os fatores de ordem biológica, psicológica, social, econômica e política na busca de soluções concretas para os problemas da atualidade.

Dessa perspectiva, o Projeto tem como alvo a revalorização do professor (cuja intermediação e articulação são imprescindíveis para o curso



dos trabalhos) e o estímulo ao restabelecimento da solidariedade nas relações humanas.

O grande beneficiário do Projeto Escola é Vida, na sua origem, é o aluno que deixa de ser observador do processo de aprendizagem e é alçado à posição de sujeito da construção do seu conhecimento e da sua história. Torna-se, pois, o responsável por sua própria integração sócio-cultural, quer no presente, quer no futuro.

A fim de manter a coerência dos seus propósitos, a Equipe de Coordenação do Projeto Escola é Vida adotou como princípio a co-responsabilidade no desenvolvimento de todas as suas ações. Assim, a implantação, a manutenção e o sucesso do Projeto pressupõem o investimento e a confiança em seus participantes, do gerente ao pai de aluno, ou seja, cabe a cada um e a todos tanto a imagem quanto os resultados que ele venha a alcançar.

É essa co-responsabilidade que garante a continuidade do Projeto para além de todo pressuposto ideológico e de todo e qualquer preconceito.

Assim sendo, o projeto era organizado nos seguintes níveis de atuação:

- **Nível central:** responsáveis pelo planejamento, implantação, acompanhamento, supervisão técnico-pedagógica e avaliação das ações do Projeto em nível estadual; participam deste nível duas equipes: 1 – **Técnica Central:** composta por técnicos multiprofissionais, cuja responsabilidade é coordenar a parte técnica, pedagógica e administrativa do Projeto e 2 – **Equipe Técnica de Supervisão:** composta por educadores da Rede Pública Estadual de Ensino, tendo por função desenvolver as atividades de executar as ações propostas pela Unidade Experimental; preparar material de apoio para subsidiar as ações da rede; supervisionar o trabalho feito pelas Equipes Volantes; visitar delegacias e unidades escolares; coordenar juntamente com as Equipes Volantes os grupos de estudo, em nível de DE; orientar as escolas



da rede, em situações de emergência, no que se refere a questão da AIDS e de outras DSTs e do uso indevido de drogas, através de plantões diários; orientar os Núcleos Coordenadores Regionais; e avaliar o trabalho das equipes Volantes, juntamente com a Equipe Central; orientar os Núcleos Regionais.

- **Nível Regional:** 1 – **Núcleo Coordenador Regional:** formado por educadores da Delegacia de Ensino (Delegado, Assistentes Pedagógicos e Supervisores) com a finalidade de operacionalizar as ações do Projeto junto às unidades escolares; 2 – **Equipe Técnica Volante:** formada por técnicos multiprofissionais com experiência na área de prevenção de AIDS e do uso indevido de drogas participantes de um processo de capacitação de 400 horas, incluindo estágio nas Atividades a serem desenvolvidas e 3 – **Nível Local:** Composto por diretores, professores, pessoal de apoio, pais e alunos.

Cabe salientar que fiz parte do Projeto Escola é Vida durante a sua implantação na delegacia de Ensino de Andradina, como parte da Equipe Volante, no papel de Psicólogo da mesma. O projeto não deixa claro que toda equipe deveria ter um psicólogo, no entanto, quando da inscrição para a seleção para fazer parte desta Equipe, esta era uma condição básica, ou seja, poderiam ter tantos fossem os interessados (professores e outros) e no máximo 4 inscrições de psicólogos. A Equipe Volante da Delegacia de Ensino de Andradina ficou composta da seguinte maneira:

Maria Vieira Boaventura Gava – Supervisora de Ensino das Escolas Rurais da D.E. de Andradina - Aposentada

Aparecida Benedita de Oliveira Carneiro – Supervisora de Ensino – aposentada.

Andradina Robert de Carvalho: Assistente Pedagógica da D.E. de Andradina – em exercício.

Honório Carneiro – Professor III – aposentado

Edilson Fontes Brito – Professor da Rede de Ensino da D.E. de Andradina e Psicólogo – em exercício.



O projeto fora implantado na Delegacia de Ensino de Andradina no Mês de Junho de 1993 e vigorou até Fevereiro de 95. A seguir apresentamos a abrangência do Projeto Escola é Vida na Delegacia de Ensino de Andradina, na qual fiz parte, e a nível de Estado de São Paulo:

Natureza da Atividade Desenvolvida	nº atv.	nºpessoas	nº horas
Cursos de Capacitação da E. Volante	08	40	288
Cursos ministrados em Andradina	10	144	240
Grupos de Estudos (professores)	04	34	20
Grupos de Estudos (Equipe Volante)	09	05	36
Reunião com o núcleo local	17	11	45
Reunião da Equipe Volante	55	05	267
Reunião com a Comunidade	20	395	58
Reunião com alunos	06	55	12
Reunião com Diretores de Escolas do Projeto	05	31	20
Visitas Mensais	102	08	418
Plantões Programados	20	272	86
Orientações Técnicas Mensais e Bimestrais	14	221	64
Supervisões Bimestrais (Equipe Volante)	07	05	56
Planejamento de cursos/relatórios	31	05	172
Publicações em jornais	39		39
Notícias em Rádios	13		15
Notícias em Tvs. Regionais	02		05
Artigos para Jornal (regional)	09		27
Artigos para brochura	01		12
Matéria para Rede Escola é Vida	11		22
Mostra Anual de Teatro em Andradina	01	180	09
Marcha noturna no dia mundial da AIDS	01	1.700	05
Peça teatral e debates	02	159	04



1 - APRESENTAÇÃO

Abrangência do Projeto "Escola é Vida"

Segmentos envolvidos	número de pessoas							
	1992		1993		1994		1992 a junho de 1994	
Delegado de ensino	21	125	39	65	57	90	57	89
Supervisor de ensino	63	126	75	150	419	838	557	1.114
Diretor de escola	313	929	595	1.788	595	1.190	795	3.907
Prof. de 1.º/2.º grau	6.750	13.500	5.870	11.740	15.380	30.762	28.800	60.000
Funcionários	1.438	2.876	5.984	11.968	3.941	7.882	12.163	24.726
Pais	2.300	4.600	4.500	9.000	2.927	5.854	19.727	30.000
Comunidade	700	2.100	6.638	*	4.799	*	31.882	250.000
Alunos	250.000	*	500.000	*	820.000	*	820.000	*
Total	261.595	24.256	523.446	34.711			913.781	369.836
Total Geral							1.283.617	

Direto: pessoas que participaram da rotina do "Escola é Vida", através dos cursos, grupos de estudo, orientações técnicas, visitas e reuniões.

Indireto: participantes apenas de uma ou outra atividade do projeto (Sensibilização/Eventos).

(*) Dados estimados devido o projeto ter sido apresentado e debatido em programas de rádio, TV., matérias de jornais e eventos abertos à comunidade.

O números são cumulativos.

Vide Projeto em anexo.



1 - APRESENTAÇÃO:

Em 1992, Maria José Siqueira, psicóloga da 12ª. Delegacia de Ensino - DRECAP-3, de São Paulo/Capital, junto com o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, Secretaria da Educação do mesmo Estado, e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação, propuseram o "Projeto Escola é Vida", com fundamentação no projeto Adolescente - de sua autoria - num programa de Valorização da Vida, instituído pelo Governador do Estado, através do Decreto no. 34.074, de 29/10/91, denominado Programa Permanente de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas. Tal Projeto acabou por discutir o tema AIDS, em detrimento de sua relação com as drogas, embora não fosse o tema central da proposta implantada pelo Governo do Estado.

De acordo com os objetivos do Projeto Escola é Vida, as escolas deveriam desenvolver ações que contemplassem a Valorização da Vida e a Melhoria da Qualidade de Vida, por meio de reflexão e propostas com participação integrada de toda a comunidade escolar.

Segundo o autor Demo(1987, p. 154-155), considera no que se refere ao desenvolvimento e a qualidade de vida como propostas utópicas em nossa sociedade, e , acrescenta dizendo que falar deste tema num país onde não se consegue salvaguardar sequer os índices mínimos de quantidade, como pensar em qualidade. Para o autor qualidade de vida só se consegue quando

"num primeiro momento, garantir padrões mínimos de nutrição, de escola, de emprego, etc. Seria ainda um protesto contra a pobreza, dentro de um mundo, em si, tão rico. É a raiva contra a capacidade de produzir tecnologias incríveis, mas que não conseguem fazer paz, igualdade, participação. É a repulsa do progresso às custas do homem e da natureza. É a vergonha diante de uma grandeza que não tem idéia de sua pequenez".

É de se salientar que pensar num projeto como fôra o Escola é Vida, com garantia de qualidade de vida, sem dúvida alguma poderíamos afirmar que tal proposta tornar-se utópica, ainda mais num país que considera estar ainda entre aqueles subdesenvolvidos. Sendo assim,



apresentaremos os resultados no decorrer da pesquisa tendo como um dos focos de análise, a questão aqui proposta.

O Projeto apresentava ainda os seguintes objetivos específicos:

- Oferecer às escolas da Rede Pública de Ensino de São Paulo condições para o desenvolvimento de projetos de prevenção de AIDS e outras DSTs e do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas, amparados por uma política oficial;
- Desenvolver uma linha de prevenção que privilegie ações de proteção à saúde integral do adolescente;
- capacitar professores e comunidade escolar para planejar, executarem e avaliarem ações de prevenção desenvolvidas nas unidades escolares;
- elaborar material de apoio para as ações a serem desenvolvidas nas unidades escolares e na comunidade;
- desenvolver pesquisas que subsidiem as ações do Projeto;
- transformar a escola num dos pólos irradiadores de ações preventivas do uso indevido de drogas e da prevenção de AIDS e outras DSTs na comunidade;
- integrar as ações preventivas à rotina da escola, garantindo sua continuidade;
- estimular em todos os segmentos envolvidos, uma reflexão mais aprofundada sobre a influência dos aspectos sócio-econômico-culturais no desenvolvimento da instituição e do ser humano; e,
- estimular a atitude participativa da comunidade escolar no equacionamento dos seus problemas.



Através presente trabalho, busca-se avaliar o projeto Escola é Vida que fora implantado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo no controle e prevenção da AIDS, bem como a pertinência do ensino a partir dos resultados encontrados.

O Programa tomado como base para a avaliação refere-se ao "Projeto Escola é Vida" que originalmente implica: (Drogas). Julgando adequada esta situação para interpretação dos contágios que viessem a se constituir numa situação declarada de doença.

Conforme pode-se observar na estrutura do próprio projeto (vide anexo) há um forte conteúdo que privilegia declaradamente a preocupação com a sexualidade e a AIDS, razão pela qual a problematização do presente trabalho está voltada para a questão da eficácia do referido programa.

A questão da eficácia, é aqui avaliada, através de entrevistas e da análise de documentação com os sujeitos que fizeram parte do projeto, tanto coordenadores quanto professores da Rede de Ensino do Estado de São Paulo. Tal escolha vem de encontro a dificuldade de não termos na região da pesquisa, um período de aplicabilidade do projeto que tivesse oferecido suporte para uma avaliação por parte dos alunos (pessoas centrais de atenção do Projeto). Por este motivo é que buscamos pensar numa "leitura" por parte daqueles que acreditavam ser o projeto ideal em prevenção a AIDS na Educação.

Na análise da documentação encontramos algumas avaliações realizadas pela Equipe Volante junto a alunos de Grêmios Estudantis e alunos que faziam parte de algumas escolas, porém, estes estavam incluídos em reuniões com professores e plantões da equipe volante. Os plantões eram realizados de maneira a atender a pedidos de diretores e professores. Quanto às reuniões, em sua maioria, foram para apresentação do projeto junto às escolas. No capítulo intitulado "Discussão", iremos transcrever as análises desses dados.

Uma vez obtidos os resultados da pesquisa, buscaremos detectar a eficácia em diversos aspectos, assim como o que



contribuiu para torná-lo ineficaz, endereçando um olhar crítico sobre os erros e acertos do mesmo.

1.1 - PROBLEMA

Desde que o Estado passou a assumir a administração da população, a ele coube a responsabilidade de cuidar da saúde e educação da população. O que assistimos é que, embora seja hoje um slogan utilizado em todas as campanhas políticas, pouco dos nossos governantes têm assumido este papel.

No que se refere ao assunto, somente em 1976 é que o Governo Federal aprovou as leis que regulamentavam projetos preventivos¹. Tais medidas deveriam buscar a garantia de uma educação preventiva com relação às drogas junto da população escolarizada, mas este papel sempre ficou a cargo de profissionais da saúde, que assumiam o papel pertinente ao desempenho da escola, ou seja, acabava sendo uma tarefa exclusivamente do setor da saúde. A maioria dos projetos desenvolvidos pelas escolas eram nada mais que “pacotes prontos” originários de distintos setores da saúde e direcionados para as escolas, deixando de levar em consideração a realidade vivida pela dinâmica do cotidiano escolar. Por outro lado, o professor era tido como simples expectado destes projetos. Assim sendo, delegava seu papel de “Formador de mentalidades” a pessoas estranhas à dinâmica e cotidiano da escola. Sempre foi muito mais fácil chamar um médico, enfermeira ou outros profissionais ligados à área para discutir e passar informações julgadas necessárias para quando se pretendesse obter uma prevenção.

Segundo as autoras Carlini-Cotrim e Pinsky (1989) em recente revisão da Literatura Internacional na Prevenção ao Abuso de Drogas nas Escolas, ambas falam de modelos adotados pela Educação no Brasil e apontam

¹ Segundo a Lei Federal número 6.368 de 21 de Outubro de 1976, artigo 4º.- os dirigentes de Estabelecimentos de Ensino ou Hospitalares, ou de Entidades Sociais, Culturais, Recreativas, Esportivas e Beneficentes, adotarão, de comum acordo e sob orientação técnica de autoridades especializadas, todas as medidas necessárias à prevenção do tráfico ilícito e do uso indevido de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, nos Recintos ou Imediações de suas atividades.

Art. 5º. - Nos programas dos cursos de Formação de Professores serão incluídos ensinamentos referentes a Substâncias Entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, a fim de que possam ser transmitidos com observância dos seus princípios científicos. Parágrafo único - dos programas das disciplinas da área de Ciências Naturais, integrantes dos currículos dos Cursos de 1º. Grau, constarão obrigatoriamente pontos que tenham por objetivos o esclarecimento sobre a natureza e efeitos das substâncias Entorpecentes ou que determinem Dependência Física ou Psíquica.



as dificuldades encontradas. São seis os modelos educacionais: modelo do Princípio Moral; do Amedrontamento; da Informação Científica; da Educação Afetiva; da Vida Saudável e o da Pressão de grupo. Para as autoras, a

“questão das drogas no Brasil está ligada ao campo do Direito (Justiça) ou na Medicina (área da Saúde). Assim a droga assume uma visão simplista: ou é crime ou é doença”.

e discutem os seguintes modelos (op. cit., 1989):

- “modelo do princípio moral - O enfoque utilizado neste modelo prega que o abuso de drogas é condenável do ponto de vista ético e moral. Geralmente tem como base princípios religiosos ou movimentos políticos baseados em valores como patriotismo, ou sacrifício pessoal pelo bem comum. Em alguns breves momentos históricos, este modelo foi efetivo como, por exemplo, na situação de Cuba. Imediatamente após a revolução socialista (Negrete. 1985). Atualmente sua utilidade e pertinência são negadas pelos profissionais da área, existindo avaliações que concluíram ser este enfoque contraproducente na maioria dos casos (Herrel e Herrel. 1985).
- Modelo do amedrontamento - há algumas décadas, acreditou-se que campanhas de informação que expusessem somente os lados negativos das drogas seriam eficientes para persuadir as pessoas a não começarem ou a pararem de usar drogas. Atualmente esta crença está bem abalada, particularmente quando se trata de atuar junto a populações mais jovens (Herrel e Herrel. 1985; Negrete. 1985; Swadi e Zeltlin. 1988). Para Negrete (1985), os resultados decepcionantes desta linha educacional podem ser explicados pela tendência dos jovens de se sentirem atraídos por comportamentos que envolvam o desafio ao perigo. Outro fator seria a falta de credibilidade que o modelo do amedrontamento geraria: uma razoável parcela dos jovens têm ou tiveram experiências com drogas e podem contrastar sua própria vivência com as informações unilaterais fornecidas neste tipo de educação. Como a maioria dos problemas mais rios com drogas só aparecem em usuários crônicos, esta estratégia do amedrontamento acabaria desmoralizada.

- Modelo do conhecimento científico - Este modelo educacional surge da crítica do modelo anterior, e propõe o fornecimento de informações sobre drogas de modo imparcial e científico. A partir dessas informações, propõe o modelo, os jovens poderiam tomar decisões racionais e bem fundamentadas sobre as drogas”.

Para a autora, (op. cit.) infelizmente, as avaliações realizadas sobre a eficácia deste tipo de educação foram bastante desanimadoras. Vários autores constataram que, apesar de uma grande parcela de jovens terem revelado que assimilaram informações oferecidas pelos programas. Isto não implicava na diminuição da porcentagem de usuários de drogas entre eles, sendo possível encontrar até, em alguns casos, um aumento dos níveis de consumo. A explicação mais coerente para este fato é a de que as informações imparciais sobre drogas influem de maneira dupla: entre aqueles que usam drogas, elas gerariam um maior nível do conhecimento formal sobre as mesmas, mas não uma mudança de atitude e/ ou comportamento; já dentre aqueles que não usam drogas, por temerem seus efeitos, o conteúdo deste modelo educacional serviria para rebaixar o medo e a tensão e propiciar uma mudança de atitude e comportamento favorável ao uso de drogas. Sheppard et al. (1987) são dos poucos autores que não acreditam que esta associação entre conhecimento científico e uso de drogas, seja assim, tão simples. Para eles, o que os pesquisadores citados acima detectaram é, possivelmente, uma maior facilidade dos usuários de drogas em assimilarem conteúdos sobre a questão e/ou uma maior ênfase dos professores a falarem a alunos sabidamente usuários. Estes não acreditam também que simples informações sejam capazes de provocar nas pessoas a decisão de usar drogas. Isto não quer dizer que eles sejam defensores desta estratégia educacional, mas que eles questionam os resultados pessimistas obtidos.

“De qualquer maneira, o modelo de Informação ainda é muito utilizado, principalmente como auxiliar na estruturação de programas educativos mais amplos”. (ONU.1987).

- Modelo da educação afetiva - A proposta deste modelo é a modificação de fatores pessoais que são tidos como passíveis de predispor ao uso de



drogas. Constituiu-se de um conjunto de técnicas que visam melhorar ou desenvolver a auto-estima, a capacidade de lidar com a ansiedade, a habilidade de decidir e interagir em grupo, a comunicação verbal e a capacidade de resistir às pressões de grupo. A droga em si nunca é tratada como questão central, mas freqüentemente é um dos vários tópicos destes programas.

- **Modelo do estilo de vida saudável** - A estratégia central deste modelo é o de promover estilos de vida associados à boa saúde. Assim, não usar drogas seria um dos elementos de uma maneira de viver que incluiria também alimentação balanceada, controle do peso, das taxas de colesterol e da pressão arterial, exercícios físicos regulares etc. Estes comportamentos têm sido muito incentivados pelos meios de comunicação e encontram muitos adeptos atualmente (Negrete. 1985; Herrel e Herrel. 1985) do qual, na França, houve a proposta da disciplina "Ecologia Médica". Nesta matéria discute-se uma série de problemas advindos do avanço tecnológico e da sociedade urbana industrial, assim como estratégias para superá-los. Poluição, barulho, trânsito, substâncias cancerígenas, perigo atômico, drogas, álcool e tabaco são os principais tópicos da "Ecologia Médica". (Olievenstein.1988).
- **Modelo da pressão positiva de grupo** - Ainda pouco desenvolvido, porque é muito recente, tem como tese central a utilização da pressão de grupo como um fator de influência para não usar drogas (Swadi e Zeltlin. 1988). A pressão de grupo, argumentam os autores, foi até agora considerada um elemento muito importante para a determinação do comportamento de consumir drogas entre os jovens. Por que então não usá-la de maneira inversa? Para isso, este modelo prega o afastamento dos adultos e a utilização dos próprios jovens para liderarem programas de prevenção ao uso de drogas. Propõe assim, o contato com líderes naturais dos adolescentes, para treiná-los a lidar com o problema: o incentivo a testes onde não existam psicotrópicos (drug tree parties) e o fortalecimento de organizações de solidariedade e ajuda entre os jovens (Swadi e Zeltlin. 1988)."



A crítica que se faz é que a área educacional passasse a responsabilizar-se e sensibilizar-se pela questão, uma vez que a criança ou os jovens passam a maior parte de suas vidas em uma cadeira acadêmica. Este, parece ser o momento ideal para que o processo preventivo pudesse ser transmitido.

Os modelos apontados pelas autoras têm sido ainda adotados com relação à prevenção da AIDS, uma vez que frente à realidade apresentada e pela “ forma de contaminação de nossos adolescentes, também tem ocorrido através do uso de drogas injetáveis, estimulando a Educação escolar a repetir aqueles modelos”, deixando de levar em conta um outro lado da problemática, que é a AIDS. (Carlini, E.A. et. Al. II/Levantamento Nacional sobre o Uso de Psicotrópicos em Estudantes de 1º. e 2º. Graus - 1989. Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas - EPM.1990). A Educação, com suas bases e princípios teóricos, não tem se debruçado o suficiente na criação de modelos adequados a cada realidade. É como se pudéssemos discutir a amplitude dos temas com uma única fundamentação teórica sobre a realidade.

Diante do insucesso, outros modelos acabaram sendo propostos pela Secretaria da Educação nos últimos anos (1991 a 1994), porém, mesmo tendo sido feitas adaptações, não conseguiram separar o tema AIDS como sendo um problema que devesse ser tratado em ótica mais ampla.

“Nas últimas décadas, o uso indevido de drogas psicotrópicas vem crescendo, principalmente entre adolescentes e jovens adultos. Em 1970 a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) apontou a urgência em se desenvolver estratégias de prevenção do uso indevido de drogas, e, em 1972, elegeu a Educação como meio privilegiado para cumprir essa tarefa” (Bucher, 1988, pg. 392).

Passados 20 anos, a escola no Brasil continua desequipada para desempenhar tal função, uma vez que não possui recursos próprios para responder a tal demanda, constituindo o tema considerado ainda tabu entre os educadores. Sendo assim, AIDS acaba por ter as mesmas características que envolve o trabalho de Prevenção às Drogas e estando relacionada com as fases



da adolescência. É esta similaridade que inclui o tema em questão nas discussões do projeto junto aos educadores da rede Pública de Ensino.

Parece conveniente que a questão AIDS, devesse ser considerada num contexto mais amplo: ela é em primeiro lugar

“uma realidade, a ser encarada como sendo um sintoma, um mal-estar, um disfuncionamento social, vinculados a fatores como a injustiça social, as crises econômicas, políticas e de valores existenciais que marcam as sociedades¹. As crises, no geral, não podem ser consideradas como acidentais: o mal-estar apontado por Freud (1930) não é acidental, mas decorre da “essência” da própria condição normal humana”.

Costa (1997, p. 140) em seu livro *Sexualidade na*

Adolescência - Dilemas e Crescimento, diz que

“a principal dificuldade em combater as doenças sexualmente transmissíveis é a falta de informação sobre elas, o preconceito e a vergonha, é que nos últimos anos tem-se observado um número crescente de pessoas portadoras dessas doenças, devido a falta de noções básicas sobre higiene sexual e ao aumento da prostituição, fazendo com que vivam muitas jovens numa condição de abandono e desamparo”

Tais problemas apontados pelo autor, são constatados junto às entrevistas feitas com adolescentes que estão cursando o 2º grau no Estado de ensino do Estado de São Paulo, pois, alegam ser um dos grandes problemas enfrentados pelos adolescentes, a questão do desemprego e consequentemente a pobreza, culminando ainda no uso abusivo de drogas.

¹ “Não se trata, portanto, de visar um “bem-estar” rousseaudiano do homem em contatos harmoniosos com a natureza, como se sua natureza psíquica e social o predispuessem para vivência não conflitante. Trata-se, ao contrário, de encarar suas contradições e de resgatar possibilidades de realização humana abandonadas em consequência das opções operadas pela humanidade no processo do seu próprio desenvolvimento. Tocado sob o leme do “progresso”, quantos sacrifícios este não inclui, de valores relacionados, por exemplo, com as dimensões do segredo e do sagrado do homem - ou ainda, daqueles aspectos éticos que deveriam ser transmitidos às gerações novas pela Educação? (Bucher. R. A Ética da Prevenção. In Psicologia Teoria e Pesquisa. Brasília. 1992. Vol. 8, no. 3, pp.- 385-398).



1.2 - JUSTIFICATIVA DO TEMA

Um dos motivos que me levou a fazer a leitura deste projeto, é o de ter sido membro da Equipe Volante da Delegacia de Ensino da Região de Andradina, e, principalmente por ter acreditado na eficácia deste Projeto.

Continuo acreditando que este projeto foi um dos primeiros e talvez o último em seu porte na América Latina. Até então não se havia pensado num projeto preventivo que abarcasse toda uma coletividade escolar e estadual no nível de organização que foi o Projeto em questão. Mediante tais razões é que escolhi o tema para ser discutido nesta pesquisa, buscando fazer a parte da experimentação no cumprimento das hipóteses aqui levantadas dentro de um referencial teórico.

Costa (1991, p. 146), em seu livro *Sexualidade na Adolescência - Dilemas e Crescimento*, diz que

“a principal dificuldade em combater as doenças sexualmente transmissíveis é a total falta de informação sobre elas, o preconceito e a vergonha, e que nos últimos anos tem-se observado um número crescente de pessoas portadoras dessas doenças, devido a falta de noções básicas sobre higiene sexual e ao aumento da prostituição causada pelo abandono em que vivem muitos jovens numa sociedade onde aumentam a pobreza e o desemprego”.

Tais problemas apontados pelo autor, são constatados junto às entrevistas feitas com adolescentes que estão cursando o 2º grau na rede Estadual de ensino do Estado de São Paulo, pois, alegam ser um dos grandes problemas sociais enfrentados pelos adolescentes, a questão do desemprego, e conseqüentemente a pobreza, culminando ainda no uso indevido de drogas e doenças sexualmente transmissíveis, dado a não informação (verificar segundo entrevistas às pgs. 62-79).

Segundo o sociólogo Daniel (1993, pg. 7), reforça o texto acima apontando em uma pesquisa entre 1980 e fins de 1992 em casos



diagnosticados de AIDS entre menores de 19 anos, num total de 2.034 casos, numa porcentagem de 7,4% do total de casos notificados em nosso país. Afirma:

“adolescentes, por sua vez, estão expostos à contaminação através de relações sexuais sem proteção do preservativo, de abuso sexual, de transfusões de sangue e da utilização coletiva de seringas e agulhas infectadas para a injeção de drogas”.

Independentemente da maneira pela qual se contaminam, o certo é que muitos desses jovens e crianças já freqüentam escolas, fazendo-se portanto, necessário um trabalho preventivo conscientizador dos riscos e problemas que oferecem a AIDS.

É importante ressaltar que os dados oferecidos pelas pesquisas atuais apontam o enunciado acima, no sentido de que a maioria de nossos jovens que correm riscos de contaminar-se com o vírus da AIDS, estão, via de regra, freqüentando uma escola, seja ela pública ou privada. Desta forma encontramos na Revista Nova Escola - entrevista com o Dr. Caio Rosenthal - agosto de 1992, afirma

“que em maio de 1992, a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo calculava que 2.600 crianças com HIV, entre 5 (cinco) e 14 (quatorze) anos de idade estavam freqüentando regularmente as escolas”.

Infelizmente em nosso país, projetos e leis que garantam medidas de saúde e segurança na população dependem de vontade política de alguns de nossos representantes governamentais, e por sua vez, as elaboram muitos anos após termos chegado a graus extremos de riscos e perigos que puseram a população em níveis elevados de contágio., sendo assim somente em 1992 é que baixou-se uma portaria de nº 1714 de 18.02.92 da Secretaria da Educação de São Paulo, através de seu Secretário Municipal,

“considerou que a educação tem um papel significativo no sentido de transformar o impacto AIDS numa oportunidade de resgatar o sentido da vida e o exercício pleno da cidadania: a informação, a discussão aprofundada e o enfrentamento do medo e preconceito podem fazer com



que os soropositivos (funcionários, alunos e professores) tenham seu espaço garantido na escola e vivam em clima de razoável tranquilidade”.

Através da portaria nº 796, de 29 de Maio de 1992 do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, no seu Art. 2º

“Recomendar a implantação, onde não exista, e a manutenção e ampliação, onde já se executa, de projeto educativo, enfatizando os aspectos de transmissão e prevenção da infecção HIV e AIDS, dirigido a professores, pais e alunos, funcionários e dirigentes das redes oficial e privada de ensino de todos os níveis, na forma do anexo”.

§1º- O projeto educativo de que trata o caput deste artigo deverá ser desenvolvido em todos os estabelecimentos de ensino do País, em todos os níveis, com participação e apoio de serviços que compõem o Sistema Único de Saúde.

§2º - Os conteúdos programáticos do projeto educativo deverão estar em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS do Ministério da Saúde.

§3º - Os resultados do projeto educativo serão avaliados pela Coordenação do Programa Nacional de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids e seus relatórios encaminhados periodicamente aos Ministros da Educação e Saúde.

Alguns educadores sempre tiveram a preocupação e o interesse de fazer pesquisas com temas de relevância com relação a proposta deste trabalho, sendo assim em 1991, segundo entrevista da Pesquisadora do Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina, a professora Dra. Jandira Masur (1991) fala a respeito do papel da escola e seu papel na educação para a prevenção –

“A escola poderia e deveria desempenhar o papel de prevenir as drogas e a AIDS. Aliás, a escola é o lugar mais apropriado, já que é o local que os jovens passam mais tempo. Mas tenho sérias dúvidas de que elas possam conseguir fazer isso. Porque existe, em primeiro lugar, a própria



dificuldade estrutural das escolas e depois a falta de tempo dos professores, as próprias condições de cada um, enfim, uma série de fatores, além de não saber o quanto as pessoas estão preparadas para discutir esse assunto”.

No mesmo sentido, a Proposta Educacional de São Paulo, através da Secretaria da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. In: Escola e Proposta Educacional: currículo e avaliação - SP.(1992.p.5-16).

“A escola contribuirá para que as relações sociais sejam de igualdade, estimulando o aprendizado do diálogo, do construir com, do trabalhar com, do entender-se com. Atenta para o desenvolvimento físico, afetivo e emocional, próprio de cada um, a comunidade escolar deverá mobilizar para reconhecer, respeitar e conviver com as diferenças individuais, de turmas, de idades, de papéis, de funções, de idéias, etc. Isto requer nova postura de todos os que participam do processo educativo que se realiza dentro e fora da sala de aula”.

Se pensarmos nas propostas do Projeto Escola é Vida, de acordo com os objetivos do mesmo, sem dúvida alguma iremos perceber que estas estão de acordo com a citação acima. Como já dissemos, na apresentação do Projeto, este tinha como objetivo central o envolvimento de todo o segmento escolar, tendo como meta final, a conscientização do aluno numa qualidade de vida e “valorização da vida”. O que para o projeto este seria a mola mestra para uma concepção preventiva eficaz.

Segundo Luckesi (1992, p.163), que descreve o papel da escola como sendo uma “instância de luta pela transformação da sociedade” e é essa sociedade adoecida pela doença AIDS que devemos privilegiar ações preventivas que garantam essa mudança social.

No entanto, a “prática atual dos educadores escolares brasileiros é marcada por certo ecletismo pedagógico, no qual estão presentes, de maneira contraditória, elementos das diferentes tendências da educação escolar. Por exemplo: é possível identificar num professor cujo discurso é



marcadamente progressista, comportamentos bastante conservadores no trato com os conteúdos do ensino e na própria interação com os alunos. Não há, assim, uma correspondência necessária entre discurso e prática pedagógica”(José Cerchi Fusari, 1992, p.3).

Nas entrevistas podemos notar as idéias discutidas pelo autor Fusari, pois, segundo as entrevistadas, a grande dificuldade na implantação e prática do Projeto Escola é Vida estava na postura do educador. Mesmo que este tivesse um discurso progressista (entendendo a necessidade de se discutir os temas propostos pelo projeto) se esbarrava numa prática conservadora, pois, diziam não saber lidar com os temas de maneira tranqüila, e ainda neste mesmo raciocínio, pior era ainda o tema sobre drogas. Este último, deixava tanto coordenadores como professores inseguros para tratar do tema.

Para a entrevistada Cidinha Carneiro, sua grande dificuldade em lidar com o tema drogas estava na sua resistência e sua falta de vivência com a questão, além ainda de justificar-se pela distância que ela se encontrava diante deste tema, em outras palavras, é como se isto não fizesse parte de seu cotidiano (conferir na pg. 88-93).

A partir destas constatações, percebemos também a dificuldade de se lidar com a tema AIDS nas escolas, uma vez que temos uma escola despreparada para trabalhar com temas tão polêmicos, além ainda de serem relacionados a questões de sexualidade, ou seja, um dos maiores tabus de nossa sociedade. Mesmo aqueles professores ditos progressistas e com uma visão, a princípio, aberta para lidar com estas questões, acabam por não conseguir realizar um trabalho que vai de encontro com a necessidade de se discutir este tema, sem preconceitos, tabus, regras, ou quaisquer valores que deixem o discurso nas entrelinhas.

Fusari (1992,p.4), em sua proposta do trabalho coletivo para a Secretaria da Educação de São Paulo, constata que:

“é bastante comum a falta de clareza da equipe escolar em relação aos problemas básicos da própria unidade na qual atua. Em alguns casos, existe uma visão superficial e desarticulada da problemática



2 - METODO enfrentada, que não chega a distinguir aquilo que é problema estrutural da sociedade e penetra na escola daquilo que é conjuntural, daquilo que é específico do intra-escolar e dos problemas que têm suas causas na interação entre o estrutural, o conjuntural e o escolar”.

Vemos então a dificuldade maior em reconhecer que a problemática AIDS, que hoje já é parte do cotidiano escolar, seja um problema para a escola discutir dentro daquilo que chamamos de formação do indivíduo.

Nas entrevistas com os alunos, que estão hoje cursando a rede Estadual de Ensino, e que também não ouviram falar deste projeto, pois, há anos foi extinto, estes se referem à importância de se discutir sobre os temas aqui enfocados, pois não se sentem conhecedores do que vem a ser a AIDS e tampouco suas formas de transmissão. Nota-se ainda, uma grande desinformação com relação à “AIDS doença” e “AIDS portador”, trazendo antigos tabus (conferir na pg. 62-79).

Uma das maiores justificativas para a discussão deste tema está no fato de não ter sido um projeto específico para a demanda da AIDS. Como fora apresentado, o Projeto Escola é Vida, nasce com a proposta para se discutir a questão das drogas, e passa, num segundo momento, para a discussão da AIDS.

Acredito que devêssemos pensar num projeto que fosse específico para a questão da AIDS. Com isso, poderíamos, no mínimo, salvaguardar uma leitura e um resultado mais efetivo no sentido de se promover uma consciência preventiva em nossos adolescentes.



2 – METODOLOGIA DO TRABALHO

2.1 - OBJETIVOS DESTE TRABALHO

Anteriormente, muitos programas com o objetivo de "Educação para a Saúde" foram implantados pela Secretaria da Educação, porém, nenhum específico à problemática AIDS. No entanto, a Secretaria da Educação vê importância em programas de prevenção às drogas, e, conseqüentemente, às doenças daí advindas, como é tratada na questão da AIDS, que além de ter uma ligação estreita com aquela questão, tornou-se, nos últimos tempos, um dos maiores riscos à população em geral.

No Boletim da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 1993, ao tratar da questão da Escola X AIDS, salienta-se a importância de se falar sobre o tema nas escolas, por considerá-la um espaço socializado do saber, onde o educando pode receber e trocar informações. Porém, para tanto, é necessário haver vontade política para que possam ser implantados programas que priorizem o tema AIDS.

Segundo pesquisas realizadas pelos organizadores do referido Boletim, muitos dos educadores não sabem definir qual seria o papel da escola ao querer trabalhar com este tema, além do que, existe um grande despreparo por parte dos educadores para lidar com questões de caráter polêmico.

Para que o presente trabalho possa produzir resultados efetivos na compreensão acima descrita, será procedida a análise de um dos únicos programas até então implantados pela Secretaria da Educação, especificamente - o "Projeto Escola é Vida/1991" verificando, propostas e resultados alcançados, uma vez que, segundo o panorama descrito, foi um projeto de amplo envolvimento a nível de Estado. Outros projetos vieram a dar seqüência àquele, porém, sob enfoques diferentes, tendo como objetivo central um melhor aproveitamento da própria função educativa da Escola.



2.2 - PROPOSTAS DO TEMA

Bucher (1992, p 393), descreve a respeito do êxito dos programas preventivos, dizendo que:

“a questão fundamental é como conseguir efeitos amplos e duradouros, não somente de impacto momentâneo, mas de penetração social profunda. Deve-se visar objetivos a médio e longo prazo, tanto pela transmissão de informações tendo que permear todas as disciplinas de ensino, quanto pela formação de profissionais (mas também, dos pais de família e da comunidade escolar em geral) podendo atuar como multiplicadores na formação do alunado”

Ao analisar os objetivos do programa desta forma é que percebemos que a receita parece estar a contento com aquilo que esperamos alcançar com os programas preventivos.

- Os programas preventivos sobre AIDS, adotados pelas Escolas, e sugeridos pela Secretaria da Educação, não surtiram o efeito educativo desejado;
- Informações e ordenações, mesmo que com a intenção de ensinar algo útil, vindos de cima para baixo, no geral, não são eficazes;
- professor, na sua formação acadêmica, é despreparado, mal pago e desestimulado para adotar novas práticas em sala de aula apenas porque o motivo é considerado “justo”;
- Despreparo, geralmente vem acompanhado de alto grau de individualismo, fato que se torna improdutivo para a realização de um trabalho coletivo;
- Faz-se necessário que algumas posturas ultrapassadas sejam descartadas no sentido de evitar insucessos futuros para os programas preventivos de AIDS.

Preconceito, medo e resistências são motivos que prejudicam a prática preventiva na Escola, ainda mais, quando se trata de questões relacionadas à sexualidade e doenças consideradas perigosas para a saúde da população.



2.3 - DA METODOLOGIA Estaria a escola, seus diretores e professores adequadamente preparados e instrumentalizados para o bom desempenho dos Programas Preventivos no domínio da saúde?

De acordo com a metodologia utilizada, a pesquisa foi realizada em uma escola pública de ensino fundamental, localizada no município de São Paulo, com o objetivo de avaliar a atuação dos professores e a implementação dos programas preventivos no domínio da saúde.

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, com o objetivo de compreender a realidade social e cultural da escola e dos professores. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com os professores e a observação participante.

Os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo, com o objetivo de identificar os temas e as categorias que emergiram da pesquisa. Os resultados da pesquisa foram apresentados em forma de texto descritivo e de gráficos.

Segundo os autores, a pesquisa qualitativa é adequada para a compreensão da realidade social e cultural, pois permite a exploração da subjetividade e a interpretação dos dados.

A escolha da metodologia qualitativa foi justificada pelo fato de que a pesquisa tem como objetivo compreender a realidade social e cultural da escola e dos professores, o que exige uma abordagem que permita a exploração da subjetividade e a interpretação dos dados.

Os autores afirmam que a metodologia qualitativa é adequada para a compreensão da realidade social e cultural, pois permite a exploração da subjetividade e a interpretação dos dados.

¹ De acordo com a metodologia utilizada, a pesquisa foi realizada em uma escola pública de ensino fundamental, localizada no município de São Paulo, com o objetivo de avaliar a atuação dos professores e a implementação dos programas preventivos no domínio da saúde.



2.3 - DA METODOLOGIA

Segundo Parker, Herdt e Carballo (1995, 17-45), com a questão da Aids, fomos chamados à atenção para as pesquisas sobre sexo, não somente de fundo quantitativo, mas, de relevância qualitativa. Em detrimento desta última forma de análise ter sido pouco pesquisada, ficou comprometido ao longo da história científica o campo das pesquisas sobre sexualidade humana.

“De fato, o não-desenvolvimento de pesquisas sobre sexo dificultou até a criação de novas iniciativas em pesquisas. A ausência de uma tradição teórica e metodológica, definida para a realização de pesquisas sobre sexualidade humana, legou aos pesquisadores da AIDS, pouca ou nenhuma base para a avaliação das práticas sexuais relevantes à disseminação da infecção do HIV e limitou sua capacidade de contribuir, de forma significativa, sobre prevenção contra a ¹AIDS”.

Tais dificuldades fizeram com que pouco referencial teórico para a realização de novas pesquisas fosse servir de contribuição para o problema aqui exposto. Desta forma, entendemos a necessidade de buscar pela pesquisa qualitativa, que, com relação às pesquisas quantitativas, são muitos os dados coletados sobre a temática, porém, fazendo-se necessário que uma esteja acoplada à outra.

Segundo os autores citados, a pesquisa social e comportamental podem contribuir para uma melhor compreensão da epidemia AIDS e para a adoção de estratégias mais eficazes para sua prevenção,

“o sexo não é mais tido por mero fato biológico, mas como uma experiência culturalmente informada, moldada pelo mundo interno e pelo mundo material onde vivem os seres humanos, e a epidemia de Aids ressaltou a importância de dados qualitativos com a maior riqueza de detalhes possíveis da experiência sexual humana”.

Os autores, aqui citados, chamam a atenção para as fontes secundárias da pesquisa qualitativa, ou seja, informações úteis junto aos dados

¹ (vide Abramson; 1988; Abramson e Herdt, 1990; Parker e Carballo, 1990)”.



governamentais. No que se refere à presente pesquisa, serão reunidos, a partir da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, dados sobre a implantação, funcionamento e resultados do projeto "Escola é Vida". Alguns deles, já foram apresentados no item anterior (Tabela da abrangência do Projeto), assim como outras fontes tais como, publicações em revistas, artigos, jornais, etc.

Normalmente, uma reunião de grupo focal é uma discussão na qual um pequeno grupo de informantes (de seis a doze pessoas), orientadas por um facilitador ou moderador, conversa aberta e espontaneamente sobre um conjunto de questões que estão sendo investigadas (Morgan, 1988). Na presente pesquisa, iremos lançar mão de entrevistas com alguns grupos, que serão de caráter aberto e semi-dirigido, utilizando-se de um roteiro como leme central do trabalho.

No que tange às entrevistas profundas, o mesmo roteiro é utilizado como instrumento de investigação, uma vez que este é nosso ponto chave para a investigação que se pretende. (Cf. Parker e outros. 1991).

"Ao planejar o cronograma das entrevistas profundas, no entanto, o método mais produtivo é tentar desenvolver um formato semi-estruturado que possa ser reproduzido, pelo menos em suas linhas mais gerais. Deve-se fazer perguntas abertas sobre tópicos relevantes, seguindo um esboço ou lista de tópicos gerais..."¹

Para estes autores,

"...uma compreensão mais adequada da sexualidade humana, por sua vez, continuará sendo talvez a chave mais importante para estratégias mais eficazes de prevenção contra a AIDS no futuro previsível". (artigo publicado originalmente no Journal of Sex Research, 28:77-98, 1991).

Sendo assim, iremos discutir este trabalho da seguinte maneira:

2.3.1 – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

Análise de documentação do projeto “Escola é Vida”, implantado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, levando-se em conta as seguintes preocupações:

- Linha de pensamento;
- Objetivos propostos;
- Métodos de aplicação nas escolas;
- Resultados, observando a eficácia e ineficácia

De acordo com o Projeto Escola é Vida (em anexo), sua linha de pensamento se baseava em preparar o Educador para lidar com os temas preventivos. Entendia, o projeto, que o Educador, está a maior parte do tempo com os alunos , o que lhe dá condições de criar um grau de confiança e cumplicidade, capaz de proporcionar uma discussão sincera e aberta a respeito de temas polêmicos e preventivos, uma vez que, através da sexualidade e da drogadição, poderemos causar vários danos à saúde.

O Projeto Escola é Vida tinha como objetivo uma Prevenção Permanente junto aos jovens que fazem parte da nossa Rede de Ensino Pública do Estado de São Paulo, pois, a partir de uma experiência – 12ª Delegacia de São Paulo, e com resultados positivos, é que o Estado e a Secretaria da Educação passou a ter como linha de conduta preventiva o referido Projeto.

Os métodos de aplicação (em anexo), propunham cursos de capacitação de 40 horas em cada tema proposto pelo projeto, e a partir daí, os professores poderiam se utilizar das técnicas e dinâmicas do projeto para a efetiva prevenção e discussão dos temas em sala de aula, além de, supervisões, visitas às escolas, grupos de estudos, orientações técnicas, que eram mensalmente discutidas e preparadas com todos os segmentos da escola: professores, funcionários, diretores, supervisores, pais e comunidade em geral. Tais atividades eram todas acompanhadas pelos coordenadores regionais do Projeto Escola é Vida.



2.3.2 – ENTREVISTAS Faz parte destes documentos algumas reuniões com grêmios estudantis e alunos da Escola de Formação de Professores do 1º Grau (CEFAMs), e, algumas reuniões técnicas com professores, funcionários, delegado e supervisores de ensino, e, comunidade em geral.

Estas avaliações foram preenchidas pela Equipe Volante do Projeto Escola é Vida (Equipe Regional) após realizada cada reunião. É de se salientar que os dados da mesma constam de um questionário que era aplicado após esta reunião, isto quer dizer, que foram tabuladas as respostas, mantendo-se na íntegra o conteúdo das respostas.

No capítulo da discussão iremos transcrever e comentar os resultados obtidos deste trabalho durante os anos de 94 e 95 na Delegacia de Ensino de Andradina.

O roteiro das entrevistas será organizado da seguinte maneira:

- 1 - Identificação da Delegacia, cidade, escola.
- 2 - Identificação do nível do professor - PI, PII ou PIII
- 3 - Tempo de participação no projeto
- 4 - Quais foram as questões mais difíceis propostas pelo projeto?
- 5 - Quais as maiores dificuldades encontradas nas ações do mesmo?
- 6 - Quais os aspectos facilitadores?
- 7 - Houve resistências? Quais as causas que você atribui ao fato?
- 8 - Você sentiu insegurança? Sobre quais aspectos?
- 9 - Neste tema, qual o papel do educador na escola?
- 10 - Você se julga apto para este tipo de tarefa?
- 11 - Na sua escola já havia um trabalho coletivo antes deste projeto? De que forma ele era feito?
- 12 - Quais as dificuldades em se trabalhar o tema de forma coletiva?



2.3.2 – ENTREVISTAS

Entrevistas semi-estruturadas, com coordenadores da rede pública, das escolas que fizeram parte do projeto, sobre os resultados obtidos. Serão levadas em consideração, as seguintes categorias de análise:

- a) – Preconceito;
- b) – Resistência;
- c)- Papel do Educador;
- d)- Medos.

A população alvo de pesquisa será constituída por 2 coordenadores do Projeto Escola é Vida, uma vez que, consta do objetivo específico do mesmo esta categoria.

O roteiro das entrevistas será organizado da seguinte maneira:

- 1 - Identificação da Delegacia, cidade, escola.
- 2 - Identificação do nível do professor - PI, PII ou PIII.
- 3 - Tempo de participação no projeto.
- 4 - Quais foram as questões mais difíceis propostas pelo projeto?
- 5- Quais as maiores dificuldades encontradas nas ações do mesmo?
- 6 - Quais os aspectos facilitadores?
- 7 - Houve resistências? Quais as causas que você atribui ao fato?
- 8 - Você sentiu insegurança? Sobre quais aspectos?.
- 9 - Neste tema, qual o papel do educador na escola?
- 10 - Você se julga apto para este tipo de tarefa?
- 11 - Na sua escola já havia um trabalho coletivo antes deste projeto? De que forma ele era feito?
- 12 - Quais as dificuldades em se trabalhar o tema de forma coletiva?



3 - HISTÓRICO 13 - O projeto surtiu o efeito educativo esperado?

14 - Em caso negativo, aponte as causas que você julga serem as responsáveis.

15 - O que você pensa de um projeto preventivo deste porte e temas em outras escolas?

16 - Se o projeto fosse reestruturado, quais seriam os pontos e modificações que você apontaria?

As entrevistas estão transcritas na sua íntegra e analisadas segundo os objetivos deste trabalho, estas terão um papel ilustrativo no que diz respeito à análise deste trabalho, ou seja, como uma maneira de se poder verificar as hipóteses aqui discutidas, uma vez que todo o complexo teórico deste trabalho é mais que o suficiente para concluirmos este texto.

As entrevistas com os alunos estão igualmente transcritas na íntegra de acordo com o tema discutido e inseridas no decorrer do texto que trata sobre a questão da adolescência. Aproveitamos alguns dados das entrevistas dos adolescentes na discussão deste texto.

Para o autor, Arici (1991, mimeo),

"diversas teorias já foram aventadas a respeito das origens do vírus. Entretanto, todas ainda não comprovadas. Contudo, entre as mais citadas, permanece a de o vírus ter sido "inventado" com finalidade bélica, para ser usado no Vietnã e foi perdido nos laboratórios, atingindo a população mundial. Tal hipótese seria difícil de ser comprovada, visto que o rigor técnico dos laboratórios americanos jamais teria deixado o "vírus sair pela culatra".

Charbonneau (1987, p. 22-24).

"A partir de descobertas bastante recentes, chegamos ao que parece ser o primeiro portador identificado: o macaco cinza da África, 70%.



3 - HISTÓRICO DO VÍRUS DA AIDS

Faremos uma discussão neste capítulo, mostrando as várias tendências na busca de respostas para o surgimento do vírus da AIDS desde o seu surgimento até os dias atuais. Cabe ressaltar que se trata de um pequeno levantamento teórico a este respeito, para situar o leitor sobre o caminho que a ciência buscou para se chegar a algumas conclusões.

A hipótese mais confiável até o presente momento é que o vírus tenha se originado em macacos africanos e se expandido pelo mundo através de pessoas viajantes. No entanto, temos visto que há dúvidas da própria ciência com relação a isto.

Segundo Aricó (1991, mimeo), acredita-se que o primeiro membro da família dos HTLV-III, HTLV-I seja endêmico em vários graus em regiões da África, do Caribe, do Sudeste Americano, América do Sul e Japão. Desde 78 o HTLV-I tem sido implicado na produção de alguns "Cânceres" de células "T" em homens e tem uma relação próxima com o retrovírus chamado simian T-lymphotropic virus type I (STLV-I), localizado em certos macacos na África. Pesquisadores postulam que ambos os vírus (HTLV-I e STLV-I) emergiram de um ancestral comum na África e que o HTLV-I foi disseminado através do comércio de escravos no século XVI.

Para o autor, Aricó (1991, mimeo),

"diversas teorias já foram aventadas a respeito das origens do vírus. Entretanto, todas ainda não comprovadas. Contudo, entre as mais citadas, permanece a de o vírus ter sido "inventado" com finalidade bélica, para ser usado no Vietnã e foi perdido nos laboratórios, atingindo a população mundial. Tal hipótese seria difícil de ser comprovada, visto que o rigor técnico dos laboratórios americanos jamais daria vazão ao "tiro sair pela culatra".

Charbonneau (1987, p. 22-24),

"A partir de descobertas bastante recentes, chegamos ao que parece ser o primeiro portador identificado: o macaco cinza da África, 70%



desses macacos estariam infectados por um vírus semelhante ao que afeta o homem. Supõe-se que o vírus tenha sido transmitido para o homem nos últimos 20 ou 40 anos... Um fato continua praticamente garantido: foi desse macaco que o vírus partiu para se expandir entre as populações humanas, primeiro africanas e em seguida não africanas”.

Com relação à disseminação, segundo Carbonneau (1987, p.22-24), Os primeiros registros de casos foram feitos em 1981, nos Estados Unidos, e referiam-se a casos acontecidos em 1979. Foi em 81, que o Centro de Controle de Doenças dos EUA concluiu ser a AIDS uma doença nova. A identificação permitiu detectar casos anteriores também nos EUA, datados de 78. No Brasil, os primeiros casos foram diagnosticados em 82 e revelados em 83. Segundo alguns especialistas, antes de ser conhecida nos EUA, a Aids já existiria em regiões equatoriais da África, de forma endêmica. Análises do plasma sanguíneo estocado revelaram a presença do vírus em amostras de origem africana, na década de 50. A passagem do vírus para os EUA e Europa teria ocorrido através de emigrantes africanos, nas décadas de 60 e 70.

Num Boletim lançado em 1988 (p.10) pela Secretaria de Estado da Educação e pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE de São Paulo, os autores Yolanda Bueno e outros consideram que

“até hoje não sabemos ao certo como se originou este vírus. Existem várias teorias, mas ainda não há provas convincentes. Sabe-se, no entanto, que o topo original está em alguns países da África. Trabalhadores haitianos, que habitualmente procuram melhor mercado de trabalho em países africanos, introduziram o vírus no Haiti, de onde foi disseminado para os Estados Unidos e, daí, espalhado para várias partes do mundo, inclusive o Brasil”.

Para estes autores, a hipótese de que o vírus HIV tenha sido inventado está eliminada, pois, se na década de 50 já fora detectado,

“a tecnologia daquela época não permitiria, jamais, a ‘fabricação’ de microorganismos em laboratório”.



É importante resgatar um pouco da história do surgimento da AIDS e os velhos conceitos a respeito da disseminação do vírus. Pensava-se no começo que os Gays, prostitutas, viciados e negros eram sujeitos que faziam parte dos chamados “grupos de risco”, sendo ainda os responsáveis pela disseminação do vírus pelo mundo. Segundo o autor Dr. Blouin (1987, pg. 19).

“Dentre os grupos atingidos, são sempre os homossexuais masculinos que vêm à frente, 73 por cento dos doentes dos Estados Unidos, 80 por cento na Europa. Em seguida vêm os toxicômanos, 17 por cento dos casos de AIDS nos Estados Unidos estão entre os toxicômanos, que vêm logo em seguida. Estes casos aparecem numa proporção um pouco menor na Europa e na França”.

Tal era o desconhecimento e a falta de informações, acoplados ainda a isto, preconceitos e valores raciais, que acabou por contribuir para que a humanidade ficasse de olhos fechados para a real causa da doença e assim é que se disseminou ainda mais o vírus, pois, não sendo grupo de risco, a população heterossexual acabou sendo uma das grandes participantes neste processo, pois, segundo as teorias da época, estes estavam livres de serem contaminados, caso não tivessem contatos com aqueles que faziam parte do grupo de risco.

O medo da doença era tão grande, que em nome dela se cometeram atrocidades e crimes. O autor Dr. Blouin (1987, pg. 25) relata um caso ocorrido em San Francisco:

“O rapaz desliza entre a multidão de clientes e se aproxima do caixa. Murmura: É um assalto. Eu tenho AIDS. Se você não me passar o dinheiro, eu toco em você. E o homem introduz suas mãos vazias através do guichê. As mãos estão desarmadas; porém, o empregado do banco – pálido – as vê reluzentes de vírus que fervilham diante de seus olhos. Ele se atira para trás, chega a pensar no alarme que ele podia disparar, amontoa os maços de dinheiro dentro de um saco de papel e coloca diante do assaltante. Um gesto de recuo, quando o gângster pega sua presa”.



Somado este relato, muitos outros poderiam ser resgatados para falarmos do temor que a doença causou a humanidade do início da década de 80. A população tinha medo de qualquer tipo de contato com pessoas que diziam ser portadoras do vírus e até mesmo daquelas que, por outros motivos de saúde grave (tipo câncer, leucemia, hepatite, etc.), apontassem para os sintomas da doença. Nesta estória toda, muitos, portadores ou não, morreram pela discriminação sofrida por médicos, familiares, amigos, entre outros do convívio social do sujeito. Somente a partir do final da década de 80 é que se vem quebrar alguns destes tabus relacionados à forma de contágio do vírus, no entanto, permanece ainda os chamados grupos de risco.

Porém, agora os grupos de risco começam a se expandir, ou seja, já não são mais aqueles citados anteriormente. Entram neste grupo os hemofílicos e presidiários, pois, os primeiros tinham que receber transfusões de sangue e os segundos, acabavam sendo usuários de drogas, mesmo estando presos e tendo contatos sexuais entre si e com pessoas de fora da prisão. Todas essas crenças acirraram mais ainda o preconceito contra as classes marginalizadas pela classe mundialmente burguesa e moralista. Somente estes estariam livres do contágio!

Entre as várias hipóteses da época, surgiram inferências que o vírus poderia ser transmitido pela picada de insetos ou qualquer outro contato físico com pessoas que tivessem sido contaminadas, do tipo: um abraço, um aperto de mão, beijo no rosto, etc. Somente no final da década de 80 é que a ciência começa a desmitificar as crenças até aqui descritas e a prescrever a forma real de contato do vírus. Com isso surgem outros conceitos sobre o velho chamado grupo de risco, e surge então o conceito de "Comportamento de risco". Alguns autores sinalizam comportamento de risco para todos aqueles que tivessem qualquer comportamento fora dos padrões e normas que pudessem acelerar o contágio da doença, ou seja, relações sexuais sem o uso do preservativo, transfusões de sangue sem a testagem do sangue doado e recebido, uso de drogas injetáveis entre vários parceiros, etc.



3.1 - A AIDS – TEORIA E REALIDADE

Segundo o artigo publicado no dia 08.12.94, no Jornal O Estado de São Paulo, a Aids afetará 40 milhões de pessoas até o ano 2.000 e segundo a OMS, já somamos 17 milhões de soropositivos em todo o mundo. A cada dia surgem mais 6.000 novos casos. No Brasil, cerca de 400 mil pessoas podem estar infectadas com o vírus HIV. Realidade bastante amedrontadora diante desta pandemia, sendo que o seu controle depende de uma proposta preventiva e não curativa.

O panorama da AIDS na região de Andradina nos anos de 1993 à 1994, durante o período em que o Projeto foi implantado:

1993: 35 casos

1994: 7 casos

Na cidade de Andradina: 29 casos, ocupando a porcentagem de 46% na região.

Neste mesmo período o Brasil ocupava o 15º lugar no ranking mundial, com aproximadamente 49.312 casos notificados.

De acordo com o boletim da Secretaria da Educação e Saúde (1988, p. 10) o nome Aids é uma sigla americana referente a Acquired Immune Deficiency Syndrome, que em Português significa: Síndrome da Imuno-Deficiência Adquirida. Para nós da América Latina, usamos a sigla - SIDA.

A Fundação AIDS, de San Francisco, usa uma forma simples para conceituar AIDS, que pode ser útil no desenvolvimento de atividades educativas junto às pessoas interessadas, afetadas pela doença e suas famílias, assim traduzidas:

Adquirida - Não se nasce com ela;

Imunológico - o sistema de defesa do corpo;

Deficiente - que não funciona bem;

Síndrome - um grupo de sinais e sintomas.



De acordo com este mesmo boletim, a AIDS resulta de uma infecção por HIV que provoca lesões do sistema imunológico. Este sistema lesado não pode proteger o corpo contra certas infecções ou contra cânceres, alguns dos quais tornam-se a causa direta da morte... Os anticorpos detectados no sangue de portadores do HIV tornam-se ineficazes, quando ocorre o desencadeamento da AIDS clássica, já que não conseguem evitar os danos causados pelo vírus quando estes multiplicam-se dentro do organismo.

O HIV pertence à família dos retrovírus. Para reproduzir-se nas células humanas, o vírus precisa primeiro selecionar as células para fixar-se nelas com um "receptor" especial, denominado antígeno CD4. Este receptor está presente nas células do sistema imunológico do corpo, os linfócitos T e em alguns macrófagos.

O vírus, por mecanismos não totalmente elucidados, entra em atividade multiplicando-se dentro do linfócito T, produzindo novos vírus que destroem a célula. São liberados na corrente sanguínea e invadem novos linfócitos T. Com a destruição de linfócitos T4 surgem os primeiros sintomas da AIDS.

Para Alves (Revista Tempo e Presença, p. 52-53), falar da AIDS em uma linguagem poética, seria

"ver as coisas de maneira transparente, a ver as coisas que não estão lá. A esse exercício se dá o nome de sonhar. A fala poética é a linguagem dos sonhos, e, quando pensei em falar de Aids seria falar sobre o terror da morte que se aproxima. Mas logo o meu sonho se alterou e vi outros olhos nos quais o mesmo horizonte aparecia. Mas ele tinha a beleza do crepúsculo. Pensei então que a morte, terrível sempre, pode ser bela". O autor ainda acrescenta que a "Aids faz as pessoas falarem em sussurros - como se estivessem diante do terrível vergonhoso. Por mais longos e divergentes que sejam os seus caminhos, todos conhecem a sua filiação: nasceu de dois amantes abraçados, num abraço de amor amaldiçoado e proibido. Lugar de segredo, deveria ter permanecido fechado, como um quarto proibido. Todos temos um quarto secreto, onde



ninguém deve entrar: mora ali a nossa intimidade mais profunda, que nenhum olhar deve contemplar. Por isso nos cobrimos de roupas, para proteger a nossa nudez dos olhos cruéis dos estranhos”.

“Mas a doença arromba a porta e transforma a intimidade numa sala de museu, aberta à visitação pública. E quando isso acontece, aquilo que foi vivido como paixão se transforma em pornografia. A pornografia não está no abraço, mas nos muitos olhos que o contemplam, como espetáculo”.

A Aids tem assim, duas dores: a dor da enfermidade e a dor dos olhos dos outros. A sua morte, então, se cobre com as palavras de vergonha, palavras malditas, que devem ser ditas num sussurro. E até mesmo os religiosos a chamam de punição divina pelo amor amaldiçoado....

Por vezes me vem a idéia louca de que todos estamos contaminados pela Aids. Pois no corpo de todos nós a morte faz também silenciosamente o seu trabalho. Os exames de sangue nada revelam, mas o espelho diz a verdade.

Charbonneau (1987, p. 15), define a Aids

“como um mal extremamente agressivo que condena, hoje em dia, todos os homens a uma espécie de abismo do espírito, tal a forma como são pegos desprevenidos e incapazes de se defenderem ante uma ameaça que sentem surgir de toda parte”.

A Aids é uma doença que chama a atenção sobre esta síndrome que não ataca somente o corpo, mas toda a pessoa humana, como também as relações interpessoais e a vida , sendo ainda uma reveladora de disfunções sociais: Se a doença pode atingir qualquer pessoa, seja qual for sua posição na sociedade, é necessário constatar que ela está geralmente ligada à exclusão, à solidão, à miséria humana.

Isto chama a atenção sobre estas centenas de milhares de pessoas, em geral muito jovens, que há decênios vivem e morrem a cada dia, totalmente marginalizadas do mundo, longe de todas as leis, de todas as regras, de todos os que compõem nossa sociedade (estruturas sociais, políticas,



religiosas, médicas, jurídicas...). Ela vem revelar problemas que já existiam, ela dá visibilidade.

Para Ayres (1997, p. 02), considera que a Epidemia da Aids não é uma exceção. Tabus morais, estruturas sociais, relações de gênero, cidadania...quase nada ficou a salvo do impacto da epidemia.

“É aqui que se faz fundamental a tarefa conceitual e técnica da saúde pública, tal como parece recolocar-se nesse fim de século: identificar, compreender e (re)socializar as motivações e movimentos microssociais configurados pela experiência compartilhada e cotidiana da saúde e do adoecimento”.

O autor discute o conceito de Vulnerabilidade ao HIV/AIDS (1997, p. 03), como um

“esforço de produção e difusão de conhecimentos, debate e ação sobre os diferentes graus e naturezas de suscetibilidade de indivíduos e coletividades à infecção, adoecimento e morte pelo HIV, segundo particularidades formadas pelo conjunto dos aspectos sociais, programáticos e individuais que os põem em relação com o problema e com os recursos para seu enfrentamento. No plano individual, a avaliação de vulnerabilidade ocupa-se, basicamente, dos comportamentos que criam a oportunidade de infectar-se e/ou adoecer, nas diversas situações já conhecidas de transmissão do HIV (relação sexual, uso de drogas injetáveis, transfusão sanguínea e transmissão vertical)”.

De acordo com as novas tendências preventivas, torna-se importante tal conceito, uma vez que abandona-se o conceito de grupos de risco e passa a entender a possibilidade de infecção do HIV pelo comportamento individual, ou seja, as pessoas passam a ser vulneráveis ao contágio de acordo com vários fatores, sejam eles: políticos, sociais, afetivos, etc.

Se pensarmos na vivência de nossos adolescentes, dadas as suas crises de identidade, poderíamos afirmar com certeza que tal conceito se aplica, pois, tornam-se mais vulneráveis ao contágio devido ao seu comportamento de “experimentar” todas as formas do existir humano. Para



melhor entendermos estas considerações, passamos por explicar o comportamento do jovem quando acabam “ficando”(gíria que corresponde ao momento de se namorar alguém, por curtos espaços de tempos, e com várias pessoas), com seus parceiros sexuais. Esta nova ordem do “ficar” por algum tempo e buscar com isso experimentar as várias formas de se relacionar com alguém, o adolescente torna-se então mais vulnerável, mais sensível às formas de contaminação do HIV.

Este mesmo conceito aplica-se ao usuário de drogas, pois, estão estas pessoas mais vulneráveis ao contágio, devido ao risco e as várias maneiras de usar drogas. Entra aqui a questão de grupos, que em sua maioria são marginalizados, além do que, durante e após o uso, ficam ainda mais vulneráveis, pois, ao perderem o contato com a realidade (efeito da maioria das drogas – alucinações, delírios, etc.) acabam por ter comportamentos de risco, mantendo relações sexuais sem o uso do preservativo, ou a troca de seringas.

O autor Bucher (1992, pg. 393) discute a questão da prevenção ao uso indevido de drogas, e ao fazer esta leitura, toma em consideração o conceito de vulnerabilidade, entendendo que o comportamento deve ser de inteira responsabilidade do sujeito. O autor defende a idéia de se pensar o sujeito como responsável pelas suas atitudes e entende que um projeto preventivo deve tomar em consideração tais pressupostos teóricos de compreensão do comportamento humano, e afirma:

“que o Objetivo de uma abordagem preventiva ampla, isto é, educativa e valorativa da vida humana e de qualidades de auto-realização sem padronização, deverá levar em conta o contexto histórico do homem, da sociedade e das suas drogas. Desta forma, dar-se-á relevo à dimensão ética (e não moralista) do consumo, intimamente ligada à responsabilidade da pessoa pelos seus atos, pela sua saúde, seu corpo, seu desenvolvimento de homem e cidadão – pelas opções, em suma, que assume na vida”.



Como já dissemos outras vezes, não tivemos teorias e projetos tão específicos para a questão da AIDS, que culminassem em leituras únicas e diferenciadas da compreensão do comportamento do sujeito que sofre o risco ou até se contamina pelo HIV. Neste sentido o mesmo conceito de Vulnerabilidade é estendido para compreender a questão do contágio do HIV.

Bucher (idem, ibidem), discute a questão do insucesso dos programas preventivos, dizendo ser a questão das drogas (e poderíamos sem dúvida aplicar a questão da AIDS) como um sintoma de um contexto social, que leva a :

“um mal estar, de um disfuncionamento social, vinculado a fatores como a injustiça social, as crises econômicas, políticas e de valores existenciais que marcam as sociedades mais avançadas”.

Para Chammé (1996, p.19) ao discutir A construção social da saúde: Modos e Modas da Doença e do Corpo”, trata a questão da “Educação Sanitária, o de Educação para a Saúde tem sido elaborado segundo um recorte paternalista e autoritário e, por tal razão,

“as formas de manifestação corpórea obedecem a uma ressonância social onde a rede simbólica traduz a especificidade da relação que o indivíduo faz com o mundo”, sendo que o esperado seria: “educadas, as pessoas adotariam medidas para evitar a doença e manter a saúde... O mesmo acontece com outros tantos programas propostos pela Saúde Pública”. (pg.33)

Neste contexto sobre o conceito de Aids é que traçamos um panorama muito maior que a própria doença, mas, como um mal que nos leva a refletir sobre várias causas que fazem com que a sociedade adoça, ou melhor, os sintomas que denotam a doença AIDS como um fator de condições sociais, políticas e econômicas.

De acordo com o boletim da Secretaria da Saúde e Educação (1988, p. 14) a Aids pode ser transmitida pelo contato sexual, por transfusão sanguínea ou hemoderivados, pelo uso de agulhas e acessórios contaminados, principalmente entre os viciados em drogas, por veia, pela mãe contaminada, ao



feto ou recém-nascido, durante a gestação, parto e aleitamento. O vírus da Aids é também encontrado em pequenas quantidades em outros líquidos do corpo, como saliva, lágrima, etc. mas em quantidades insuficientes para ocorrer a transmissão.

Buscando contextualizar a proposta deste trabalho, tentando se voltar às questões levantadas por Leontiev (1978) sobre a natureza e o desenvolvimento da cultura, não somente em termos de valores, mas também como produção de saber tanto material quanto intelectual. Neste sentido, pretendemos analisar a natureza da cultura humana em termos de valores, mas também como produção de saber tanto material quanto intelectual. Neste sentido, pretendemos analisar a natureza da cultura humana em termos de valores, mas também como produção de saber tanto material quanto intelectual.

Até então, o que predominava era a luta pela sobrevivência e existência da espécie, quem sobrevivia, reproduzia e assegurava a espécie. Hoje, o homem desenvolve uma luta pela existência, busca assegurar as condições para que ele se mantenha. Para Leontiev (1978), o mecanismo que faz isso é o trabalho, o trabalho é o processo de transformação da natureza em objetos úteis, uma atividade que transforma a natureza em objetos úteis, uma atividade que transforma a natureza em objetos úteis, uma atividade que transforma a natureza em objetos úteis.

"Determina esse processo como Objetivo e, junto a este, o processo de apropriação da natureza. Dentro dele, temos de um lado, a natureza que se transforma em objetos úteis e, de outro lado, o processo de apropriação da natureza." (pg. 293-294)

O processo de apropriação da natureza é, pois, um processo ativo que busca reproduzir os meios de subsistência. Este processo de apropriação da natureza é, pois, um processo ativo que busca reproduzir os meios de subsistência. Este processo de apropriação da natureza é, pois, um processo ativo que busca reproduzir os meios de subsistência.



4 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Buscando contextualizar a proposta deste trabalho, tecendo as várias teorias, resgataremos a visão de Leontiev que fala sobre a formação do indivíduo e sua relação com a cultura. Cultura não somente em termos de valores, mas também como produção de saber tanto material quanto intelectual. Neste sentido, partiremos da origem do homem em seu terceiro estágio, que segundo o autor, é marcado pelo aparecimento do Homo sapiens. Isso significa que o desenvolvimento do homem já não está mais atrelado exclusivamente à herança genética. O que se altera já não são mais as características genéticas, mas sim a sua forma de organização social.

Até então, o que predominava era a luta pela sobrevivência e existência da espécie; quem sobrevivia, reproduzia e assegurava a espécie. Hoje, o homem desenvolve uma luta pela existência enquanto busca assegurar as condições para que ela se mantenha. Para Leontiev (1978), o mecanismo que faz a mediação entre a história social e a formação do indivíduo é o trabalho, sendo este, uma atividade que transforma a natureza para garantir as necessidades criadas pelos contextos sociais. Surgem ainda outros fatores como o do conhecimento e, com isso, surge uma existência objetiva -

“determina esse processo como Objetivação e, junto a este, o processo de apropriação da natureza. Dentro dele, temos de um lado, a natureza que se transforma em humana e o homem que se torna produto deste processo”. (pg. 263-284)

O processo de apropriação da natureza é, pois, um processo ativo que busca reproduzir os traços ou função social do objeto. Este processo de apropriação significa reproduzir algo que já estava pronto anteriormente ou seja, para que ocorra um processo de aprendizagem é necessário que o homem se aproprie de novos conceitos, produzindo nele, novas capacidades ou novas



aptidões. O objetivo imediato deste processo é dominar o objeto e, conseqüentemente, criar formas na sua utilização.

Leontiev (1978), considera que o processo de apropriação é essencialmente educativo e que este processo não se dá de maneira direta entre o indivíduo e o objeto, mas sim, mediado pelas relações com outras pessoas. As apropriações não existem fora das relações sociais. Neste sentido, o objeto de apropriação passa a ter um significado social.

Para o Duarte (1993), as apropriações e objetivações são dois processos educativos e que ocorrem de forma simultânea. Primeiro, o indivíduo tem que se apropriar do sentido do objeto para depois objetivar uma nova realidade, ou seja, vão se criando objetivos externos à existência humana. Sendo assim, o homem se modifica de forma externa (objetivamente) e interna (subjetivamente) produzindo capacidades novas e novas necessidades, proporcionando novas formas de apropriação e objetivação, gerando um ato contínuo, onde haverá sempre um novo ato e novo sentido.

Seguindo ainda este raciocínio, o processo de apropriação da cultura é o que possibilita ao homem construir e produzir a vida social, pois, o homem se torna criativo quando começa a avançar a partir do velho (apropriar-se de algo já existente). O autor fala ainda de objetivações genéricas e diz que "nenhuma sociedade pode existir sem estas". Se falarmos em relação ao homem X natureza, a segunda é em-si e o para-si são as relações sociais que o homem estabelece sobre a natureza, ou, as transformações que este desencadeia na natureza. Em-si - o homem mantém relações não conscientes, e, Para-si - o homem mantém relações conscientes.

Desta maneira, uma objetivação genérica tem que ser reprodutível por outros, tem que ser apropriada por outros, tem que ser uma ação social. Se o indivíduo quiser eternizar uma relação social, ele tem que transformar essas relações em "natural às características humanas, desta forma, se pertence a natureza, ela torna-se imutável".

Segundo Duarte (1993) não existe processo de apropriação



do saber passivo, (ou ele não existiria), mas sim de Elaboração Mental do que está sendo trabalhado. Para o autor, o

“Trabalho educativo produz nos indivíduos singulares a humanidade coletiva - sua tarefa é humanizar os indivíduos. O que ocorre é que temos relações dominadoras e não democratizadoras, impossibilitando com isso uma consciência crítica e viabilizando ainda um processo de alienação. Só será possível modificar ou superar a alienação se pudermos transformar as relações sociais”.(pg.77-82)

Desta forma, poderemos considerar que para um resultado amplo das ações preventivas, faz-se necessário que projetos de prevenção às drogas/AIDS, passem a ser de foro social, ou seja, um problema que faça parte de todo o imaginário de uma sociedade como um todo, e não como vem sendo encarado: como um problema de pequenos grupos sociais, sejam eles governamentais ou não. E ainda, ao buscar, trilhar um novo sentido, é que deveríamos buscar empreender ações preventivas, com o objetivo de modificarmos as relações de dominação, as relações de poder, e, assim, viabilizar uma nova postura diante da problemática discutida.

Leontiev (1978) e Duarte (1993), falam de processos necessários para que possa ocorrer uma educação mais consciente e produtora de novos sentidos, garantindo assim a sobrevivência da espécie humana, além de discorrerem sobre o sentido e a relação do homem com a natureza. Sendo assim, um projeto que vise esta integração tem que poder lançar mão de novas apropriações do que já se tem feito e poder objetivar um novo sentido, uma nova realidade social. (grifo meu).

Esta nova realidade vai de encontro ao que Bucher (1992, pg. 395) discute a questão da prevenção das drogas por uma “Ética de uma Ecologia Humana”, ou seja, entender o homem dentro de um aspecto mais amplo de sua existência, pois, com todas as agressões a natureza, o planeta sofre hoje consideráveis desgastes, e, só será possível resgatar uma vida saudável, se repensarmos a nossa postura como sendo parte integrante de um ecossistema do qual o homem tornou-se perturbador.



Segundo ainda o autor (op. cit., pg. 396), o projeto de "Valorização da Vida" é um

"processo de ampliação de compromissos do indivíduo em relação a si mesmo, ao outro e ao meio ambiente, na busca da realização de projetos pessoais e coletivos. Enquanto meta de uma prevenção com base ética, visa a conciliação da produtividade com a criatividade, da tecnologia com a imaginação, da verdade científica com a verdade existencial, para que a liberdade de opção de cada jovem e cidadão não sofra entraves maiores do que aqueles que a vida em si acarreta. Aplicando estas idéias ao âmbito da educação preventiva, formulamos que tanto os alunos e os docentes quanto os pais de família deveriam assumir uma maior liberdade de ação e se engajar como "ator", apesar de todas as pressões do determinismo social nivelador. Cabe a eles se conscientizarem quanto ao seu potencial reflexivo e se responsabilizarem pelas ações formativas a serem desenvolvidas no contato com os jovens. Enfatiza-se, assim, a importância da educação afetiva, filosófica e valorativa, para opor-se ao adestramento instrumental de abordagens de cunho negemônico e repressivo".

Para Patto (1981), a Educação, enquanto processo de formação se insere na relação em sala de aula, é o contato diário que possibilita a confiança, um grau de cumplicidade que facilita o desencadeamento do saber, ou melhor ainda, o processo de conhecimento. E ainda, seguindo o mesmo raciocínio, Freire (1988) diz que nossas escolas têm praticado uma Educação bancária, ou seja, um depósito conteudista, onde se depositam "conhecimentos" e não um processo que viabiliza a produção do saber.

Desta forma, as escolas passam a ser depositárias de pacotes tidos como "bons" e modelos educacionais importados de outras realidades, descaracterizando com isso a realidade social, política e econômica na qual estamos inseridos, favorecendo um resultado nada a contento. Deste modo, o que é assegurado por lei passa pelo crivo de uma prática dicotomizada de



interpretação e assegura somente um critério estabelecido pela instituição de poder.

Luckesi (1992, pg. 166), fala da importância da relação professor-aluno no processo de conhecimento e formação do sujeito, como um processo de elevação cultural, pois, entende o autor que o

“professor, no jogo do processo educativo, é o elemento que detém o conhecimento mais elaborado sobre a prática social e, por isso, possui autoridade pedagógica. Com isso não queremos dizer que esta autoridade pedagógica deva ser transformada em autoritarismo. A autoridade está articulada com o papel de mediador da cultura elaborada e de elemento necessário para auxiliar o educando a dar o salto da interpretação cotidiana para uma interpretação elaborada da prática social. É uma forma de compromisso com o crescimento e com o avanço do educando”. Para o autor, esta relação tem que ser participativa.

Se para Leontiev (1978), o processo de objetivação só será possível se for reproduzível pelo outro sujeito da(s) relação(es). Podemos então considerar que o fato de não ocorrer este processo é porque houve uma má interpretação dos “signos enquanto ações”. Para tanto, são necessárias ações que viabilizem uma efetiva prática preventiva, pressupondo resultados positivos quanto ao domínio do conhecimento dos riscos causados pela AIDS.

A escola discrimina e complica a linguagem ao invés de simplificar, ou seja, a linguagem usual não é a normativa, e neste sentido, é que ela desconsidera o meio, o social, contrária à própria lingüística, que busca pela simplificação e o ajuste da linguagem.

Deste ponto de vista, podemos analisar o quanto a linguagem transmitida pelas propostas de educação preventiva estão distantes do contexto real, ou seja, uma linguagem capaz de produzir no outro um efeito de estranhamento, como alguma coisa distante de sua realidade, pois, “entender” aquilo que se transmite dependerá muito do “como” estes signos serão decodificados pelo ouvinte. Se não for algo que faça parte do seu cotidiano, suas



representações ficarão distantes dos verdadeiros significados que se poderiam alcançar.

Numa análise de Ferreiro (1995, p. 12), tratar da questão de como a criança aprende a ler e escrever, a autora discute dois conceitos básicos para uma leitura daquilo que estamos propondo neste texto, ou seja,

“a construção de uma forma de representação costuma ser um longo processo histórico, até se obter uma forma final de uso coletivo e não um processo de codificação”. Neste sentido, a aprendizagem deve se converter na apropriação de um novo objeto de conhecimento, ou seja, numa aprendizagem conceptual”.

Para Emília Ferreiro o professor é tido como mediador do processo de construção do conhecimento, ou seja, deveria trazer para a sala de aula o objeto do conhecimento - a língua escrita, a leitura, o signo lingüístico, a representação lingüística, a linguagem etc. E proporcionar ao aluno condições de ter contato com este conhecimento.

Luckesi (1992, p. 165), fala deste processo de mediador, definindo-o da seguinte maneira:

“o professor deve servir de elemento mediador da cultura elaborada em relação aos alunos, de tal forma que estes dêem um salto, da interpretação cotidiana para a compreensão elaborada da realidade. A cultura elaborada, mediada pelo professor e pelos meios instrucionais, revivificada pelo aluno, é o trampolim que permite o salto para o novo patamar de compreensão”.

Ferreiro (1995, p.9), considera que o sujeito aprende porque é ele quem age sobre o objeto, não é o ensino escolar que garante a aprendizagem. Ele deve aprender e decodificar para si o nível de representação de determinado objeto. Aprender é poder produzir significados, assim como o social é constitutivo, e no entanto, não é o mesmo para o processo de produção do conhecimento.

Numa visão construtivista, cabe ao professor trazer para a sala de aula o objeto de conhecimento, ou seja, neste caso, a necessidade de se



conhecer a doença AIDS e suas implicações no contexto da humanidade. Seu papel, o do professor, e o da Educação, o da escola, é o de poder contribuir para uma compreensão da questão AIDS em todos os seus aspectos: sociais, culturais, familiar, de grupo, etc. A escola só estará segura para desempenhar um papel preventivo quando entender a regra deste conhecimento, como algo que se produz fora de seu domínio, e que ao resgatar a vivência de cada um dentro do contexto da alfabetização escolar, será possível contribuir para uma formação do indivíduo, numa visão mais dialética da realidade que o cerca.

Para Vygotski (1991, p. 49-54 - mimeo), o processo de desenvolvimento nada mais é do que a apropriação ativa do conhecimento disponível na sociedade em que o sujeito está inserido. É preciso que ele aprenda e integre em sua maneira de pensar o conhecimento e a cultura. Em especial, a fala é apresentada, repetida e refinada, acabando por ser internalizada, permitindo à criança processar informações de uma forma mais elaborada. O autor entende que o

“papel da escola ao ensinar a criança a aprender, deve permitir-lhe trabalhar além do nível de desenvolvimento real, mobilizando a sua zona de desenvolvimento proximal (potencial), mediante vivências pedagógicas que a ajudem a não só construir o conhecimento, mas a desenvolver-se cognitivamente. Cabe ao professor auxiliar ‘até onde’ e ‘como’ o aluno sabe para posteriormente organizar de forma coerente as intervenções, criando condições do aluno apropriar-se do conhecimento de forma significativa”.

Dentro desta abordagem, denominada interacionista, faz-se compreender a necessidade de se produzir um conhecimento que possa levar o jovem a desenvolver todos os seus potenciais humanos, possibilitando um conhecimento de mundo que lhe dê condições seguras de vida.

O autor (idem, p. 49-54) ainda define o papel das escolas, no sentido que estas devem desenvolver o pensamento do aluno, a sua capacidade de analisar e generalizar fenômenos da realidade, de raciocinar corretamente. O



desenvolvimento do pensamento lógico deve ser portanto, uma das principais tarefas da escola.

Lucesi (1992. p. 163-166), parte do princípio que para haver uma elevação cultural dos educandos, o educador não deve simplesmente copiar a cultura elaborada, mas partir do cotidiano vivido, que é revivido e analisado, levando-se em conta os elementos da cultura sistematizada. Desse modo, articulando o vivido com o elaborado, os educandos formulam sua cultura pessoal e sua forma de entendimento. O professor é o pólo que oferece o elemento novo, que permite a ruptura e conduz à síntese, isto é, à nova compreensão. Define ainda o papel da escola

“como sendo a instância de luta pela transformação da sociedade.

Sendo ainda, o lugar onde se dão as contradições sociais que ocorrem na sociedade em que ela está inserida e, por isso, ela participa dos processos sociais - contraditórios - de reprodução e transformação. A escola sofre múltiplas determinações sociais: tanto contém o que há de conservador na sociedade, quanto os germes da transformação social. Está metida no jogo das contradições sociais, e, por isso, podemos e devemos usá-la como espaço de ação na luta por uma nova sociedade, onde as desigualdades tenham desaparecido e a libertação emergido”.

Não significa dizer que faremos a revolução social através da escola, mas sim utilizá-la para preparar novos caminhos para uma sociedade melhor, ou seja, consciente de suas ações e posturas.

De acordo com os rumos atuais da educação escolar, notamos que a escola acabou por retroceder no que concerne a uma educação totalizadora, que visasse uma construção de identidade por parte do aluno para a vida como um todo, e sem dúvida alguma, que tais temas e muito mais ainda a questão da AIDS deveria ser discutida pelos educadores.

Segundo entrevistas dos alunos, pg. 62-79, a escola voltou a ser conteudista, pois, a grade foi ampliada em número de aulas nas disciplinas de matemática e português, e na área de biológica seu número ficou bastante reduzido. Com relação às disciplinas de humanidades (psicologia, sociologia,



filosofia) foram retiradas da grade. Se não bastasse este fato, a prevenção as DSTs (AIDS) e outros temas que fizeram parte do Projeto Escola é Vida, passaram a ser novamente discutidas pelo professor de Biologia.

Nota-se ainda nas entrevistas que devido ao número restrito de aulas desta disciplina e o compromisso em se cumprir com o conteúdo curricular da mesma, estes temas não são discutidos, quando na maioria das vezes somente comentados de forma imprecisa, não possibilitando uma reflexão concisa e preventiva por parte dos educandos. (pg. 62-79)

O mesmo autor (1992, p. 163-166), defende a idéia de uma educação não neutra, ou seja, que é comprometida com alguma perspectiva filosófico-política, que acaba sendo uma visão dominante.

“Assim, não temos saída: ou assumimos criticamente uma posição de comprometimento político, ou executamos nossa ação com um comprometimento político sobre o qual não temos consciência nem decisão”.

Desta forma, a escola e a educação, na dinâmica das relações sociais, devem exercer um papel crítico de elevação cultural do indivíduo e da sociedade. São instituições mediadoras de uma concepção de mundo e, como tal, podem exercer tanto a função de reprodutoras, quanto uma função transformadora da sociedade. Para ser transformadora tem que estar em consonância com um efetivo entendimento da dinâmica social. Isso significa compreender as possibilidades e limites da prática educativa dentro de uma sociedade estruturada em classes, vivendo permanentemente a contradição que possibilite o movimento”. (Luckesi, 1992.p. 163-166)

Para que o processo aqui mencionado, Luckesi (1992, p. 163-166), diz que em primeiro lugar

“devemos estar permanentemente atentos à experiência cultural dos educandos: depois, por meio de um rompimento com ela, no sentido de possibilitar ao educando um novo patamar de entendimento e compreensão do mundo. Compreensão esta, que servirá de fundamento



para uma ação adequada e coerente, tanto do ponto de vista dos objetivos, quanto do ponto de vista operacional”.

O autor (op. cit., 163-166), fala ainda da importância do processo de ruptura e continuidade como elementos essenciais para a elevação cultural dos educandos; é o processo que permite que o novo possa nascer, este novo não “é uma pura novidade, mas o velho superado por uma síntese vivificadora, este passa a ser incorporado ao novo. O novo foi engendrado dentro do velho, superando-o em nova forma sintética.

“Quanto mais alto for o nível da cultura elaborada do educando, tanto maior é a sua possibilidade de independência frente ao professor, às opiniões, às tendências etc. Ele terá condições de analisá-los todos de forma crítica e, assim, poderá assumir posição de equivalência com todos esses elementos sociais. Isso significa a possibilidade de reciprocidade na relação, por oposição à dependência”.

Muito dificilmente conseguiríamos atingir a proposta do autor, pois, como já discutimos anteriormente e cabe reafirmar, a escola cada vez mais tem se distanciado da realidade na qual está inserido o educando. A escola tem deixado de lado o projeto de resgate sócio-cultural de seus educandos. Talvez tenhamos que produzir outro projeto que venha despertar para esta realidade.

O que há de mais interessante nesta discussão toda, é que leis, projetos e teorias são o suficiente para pensarmos uma educação mais libertadora. No entanto, nossos dirigentes políticos continuam por privilegiar questões que lhes garante interesses particularizados, sem levar em conta estas discussões.

Para confirmar nossa preocupação, buscamos fundamentá-la teoricamente, visando contribuir ainda sobre aquilo que entendemos como sendo o papel da escola e o produto final desta relação: o educando, enquanto começo, meio e fim desta relação, pois esta é a finalidade da escola e este é o papel do educador.

Fundamentando ainda o papel do educador e da escola, na formação integral do homem, Gadotti, (1982, p. 13-23),



"o educador não é nunca simplesmente um papel, uma função, um personagem, uma ruela residual da máquina educativa; e se assim o for é porque se demitiu como pessoa. ... importa igualmente e muito mais ainda, lutar concretamente pelo homem e por uma sociedade com aspecto mais humano. Dissertar com fineza a propósito da existência humana é talvez muito interessante e útil... É preciso trabalhar, agir e, certamente, educar, isto é, proteger a chama da existência, alimentá-la, dar aos homens um asilo, um teto que lhes permita tornar-se, ser aquilo que são".

Ainda neste mesmo livro, às páginas 75-82, (postura do Educador numa Sociedade em conflito), Gadotti (1982), continua dizendo

"o educador significa o intelectual capaz de transmitir uma ideologia que organize e cimente os homens entre si, um grupo, uma pequena comunidade, uma categoria social, etc.; é papel do pedagogo desse novo tempo, evidenciar as contradições do passado e do presente, e ao educador consciente, ele procura educar-se educando, aprender ensinando, sem renunciar ao risco de indicar um caminho. Enfim, ao novo educador compete refazer a educação, reinventar, criar as condições objetivas para que uma educação democrática seja possível, criar uma alternativa pedagógica que favoreça o aparecimento de um novo tipo de pessoas, solidárias, preocupadas em superar o individualismo criado pela exploração capitalista do trabalho, preocupadas com um novo projeto social e político que construa uma sociedade mais justa, mais igualitária. Esse novo projeto não virá de gabinetes ou projetos de lei, mais sim do trabalho coletivo dos educadores, se reeducando".

Freire (1988.p. 1-15), considera que o educador deva conhecer tudo o que envolva seus alunos, suas crenças, seus hábitos, etc., é preciso entender as resistências e suas formas de ação. Segundo o autor, é necessário que haja intervenção do educador na cotidianidade do aluno, e esta se dá

"na relação que estabelece com os educandos no contexto da escola ou da rua que, por sua vez, se situa num contexto maior, em que os educandos vivem sua cotidianidade na qual se cria um conhecimento feito de pura experiência"



5 - INTRODUÇÃO Há que salientar a grande tarefa que tem a escola, não só do compromisso de transmitir o conhecimento acadêmico, mas também, o de contribuir para uma formação mais ampla do sujeito enquanto ser social, político, etc., e cabe ainda ao educador procurar se reeducar para as diferenças e novas realidades que se apresentam no contexto social. Desta forma, a AIDS, como parte da realidade social, política, econômica, presente no panorama de saúde da população, não poderá ser descartada do discurso da instituição escolar, e sim, incorporada ao cotidiano da escola, uma vez que os jovens passam pelo menos 1/3 de suas vidas sobre um banco escolar.



5 - INTRODUÇÃO À TEMÁTICA DE TRABALHO

Contextualizando a Adolescência

Não há como discutir prevenção nas escolas, sem antes conhecer a nossa clientela escolar, ou seja, aquela que está mais vulnerável à contaminação do vírus H.I.V.. De acordo com Ayres (1997, pg. 2-4), o conceito de Vulnerabilidade pode ser descrito

“como um esforço de produção e difusão de conhecimento, debate e ação sobre os diferentes graus e naturezas de suscetibilidade de indivíduos e coletividades à infecção, adoecimento e morte pelo H.I.V., segundo particularidades formadas pelo conjunto dos aspectos sociais, programáticos e individuais que os põem em relação com o problema e com os recursos para seu enfrentamento”. “No plano individual, a avaliação de vulnerabilidade ocupa-se, basicamente, dos comportamentos que criam a oportunidade de infectar-se e/ou adoecer, nas diversas situações já conhecidas de transmissão do HIV (relação sexual, uso de drogas injetáveis, transfusão de sangue e transmissão vertical)”.

Neste sentido há que se entender a adolescência e seus desencadeantes comportamentais, visto ser ainda um período de turbulência, dado as modificações físicas, emocionais, sociais e etc., e sua relação com o HIV.

Ao discutir este capítulo optei por colocar vários pontos de vista com relação à visão da adolescência, até mesmo com o objetivo de que o leitor faça a sua leitura de acordo com aquilo que ele considera como resposta ideal para a compreensão deste momento. De acordo com a minha formação, sendo psicólogo e tendo estudado na UNESP-ASSIS que tem como base uma leitura analítica (Freudiana), concordo com a autora Aberastury no que diz respeito à sua conceituação sobre adolescência, e por este motivo, é que introduzo esta temática começando por esta autora. Aberastury discute também a questão da



vivência do adolescente e nos leva a uma leitura a partir da reflexão de suas vivências infantis e seus aspectos durante esse período.

Para a teoria Freudiana tais vivências na infância irão formar a personalidade e é na adolescência que tais conteúdos retornam para serem atualizados para a ingressão do adolescente na vida adulta. Esta mesma leitura é que a autora em questão vai adotar em suas discussões.

Quando passo a descrever o ponto de vista do autor Osório(1991, pg. 10-13 – mimeo), busco uma outra possibilidade de leitura, uma vez que este irá discutir o período após a adolescência. Mesmo sendo pontos de vista diferentes, tais contribuições nos levam a uma possibilidade de se fazer uma leitura mais integrada da adolescência.

Não quero afirmar que devemos cair num ecletismo, mas, buscar evitar um dogmatismo, ou seja, de que esta ou aquela teoria encerra tudo o que possamos compreender sobre os aspectos do adolescente.

De acordo com Aberastury (1964, p. 29), que discorreu exaustivamente sobre o tema, resumiu a vivência da adolescência nos seguintes aspectos:

- busca de uma identidade claramente definida ou “ser si mesmo”;
- marcado pela tendência grupal;
- necessidade de fantasiar ativamente e recorrer constantemente ao mecanismo da intelectualização;
- freqüência de crises religiosas ou passagem do ateísmo absoluto ao misticismo e crenças absolutas;
- episódios de franca atemporalidade;
- evidente evolução sexual, desde o auto erotismo até a genitalidade heterossexual;
- atitude social freqüentemente reivindicatória;
- sucessivas contradições em todos os aspectos da conduta, que por sua vez, levam o jovem à ação;



- luta constante para apontar dificuldades e contradições na relação com os pais;
- constante flutuação do humor e do estado de ânimo.

Cada momento deste é vivido pelo adolescente como um desafio ou conflitos nucleares, definidos como crises normativas. Estas são sempre resolvidas de uma única vez e deixam marcas necessárias na própria existência.

Para a professora Ribeiro (1991, pg. 3-mimeo), este período é definido como um Mosaico de Crises, dado ser um momento onde ocorrem diversas mudanças na vida do indivíduo. Para a autora, a adolescência inicia-se a partir de uma fase revestida de muitas separações e perdas, considerada como um momento de luto.

Segundo a mesma autora (op. cit.), no início os jovens sentem-se inclinados, de modo especial, a tentar resolver as mensagens confusas e contraditórias que recebem dos seus pais. Fazem isto inconscientemente, como forma de auto defesa, porque nesta idade eles sentem o risco de que o seu desenvolvimento esteja sendo desviado pela pressão para ajustar-se às necessidades contidas nos mitos e segredos dos seus familiares. Nesta idade é que os jovens podem encontrar em si mesmos, pela primeira vez, a habilidade e a força emocional para evitar aceitar passivamente estes mitos e segredos, rompendo o círculo vicioso que, de outra maneira, pode limitar o seu crescimento enquanto indivíduos. Assim, na adolescência, a existência da dor, da perda, da confusão é caracterizada pela mágoa, tristeza e exigências de lealdade aos pais e aos seus mitos passados. Esta conjuntura de rompimento e preservação da lealdade ao passado será uma fonte constante de ansiedade no adolescente.



Sem ter a intenção de explorar o estado de adolescência com enfoques exclusivos da Psicologia/Psicanálise, considero valioso apontar algumas situações críticas que caracterizam o referido período de vida, demarcados pelas perdas e pelo luto. Assim, para Aberastury (1964, pg. 63-64),

"tanto as modificações corporais incontroláveis como os imperativos do mundo externo que exigem do adolescente novas pautas de convivência são vividos, no começo, como uma invasão. Também o conduz a um refúgio em seu mundo interno, para poder ligar-se novamente com seu passado e, a partir daí, enfrentar o futuro. Estas mudanças, nas quais perde a sua identidade de criança, implicam a busca de uma nova identidade que vai se construindo num plano consciente e inconsciente".

Aberastury (op. cit., p. 80) diz poder observar na adolescência, também, a elaboração de três lutos fundamentais:

- 1 - Luto pelo corpo infantil;
- 2 - Luto pela identidade e pelo papel infantil;
- 3 - Luto pelos pais da infância.

De acordo com a autora (1964, p. 63-64), estas modificações vão ocorrendo lentamente e nenhuma pressa interna ou externa favorece este trabalho, pois, como toda a elaboração de luto, exige tempo para ser uma verdadeira elaboração e não ter as características de uma negação maníaca. A perda que o adolescente deve aceitar ao fazer o luto pelo corpo é dupla: a de seu corpo de criança, quando os caracteres sexuais secundários colocam-no ante a evidência de seu novo status e o aparecimento da menstruação na moça e do sêmen no rapaz, que lhes impõem o testemunho da definição sexual e do papel que terão de assumir, não só na união com o parceiro, mas também na procriação. Isto exige o abandono da fantasia do duplo sexo, implícita em todo ser humano como consequência da sua bissexualidade básica. A elaboração do luto pelo corpo infantil e pela fantasia do duplo sexo conduz à identidade sexual adulta, à busca de parceiro e à criatividade. Muda assim a relação com os pais, adquirindo esta as características das relações de objeto adultas.



Complementando a visão psicanalítica de Aberastury a respeito de como o adolescente vivencia suas transformações, vamos encontrar em outro autor - Hall-Lindzey, a explicação que ele faz de sua leitura sobre como Freud descreve o desenvolvimento infantil e sua leitura sobre os conteúdos vividos pelo adolescente.

Segundo Hall-Lindzey (1984, p.43),

"Para Freud todas as pessoas têm uma herança bissexual. Cada sexo manifesta atração por membros do mesmo sexo e do sexo oposto. A existência da bissexualidade tem sido comprovada por investigações sobre as glândulas endócrinas, cujas conclusões mostram que os hormônios sexuais, tanto masculino quanto femininos, estão presentes em ambos os sexos".

No estágio genital (op. cit., p. 43)

"os investimentos dos períodos pré-genitais são narcisistas quanto ao seu caráter. Isso significa que o indivíduo tem satisfação ao estimular e manipular o próprio corpo, e há investimentos sobre outras pessoas apenas porque elas acrescentam novas formas de prazer físico à criança. Na adolescência, esse amor a si mesmo, ou narcisismo, é canalizado para escolhas objetais genuínas. O adolescente começa a amar os outros por motivos altruístas e não apenas por razões narcisistas ou egoístas. Neste período manifestam-se a atração sexual, a socialização, as atividades de grupo, o interesse profissional, a preparação para o casamento e a preocupação em constituir família. No final da adolescência, esses investimentos socializados e altruístas se tornam relativamente estáveis, sob a forma de deslocamentos, sublimações e identificações. A pessoa deixa de ser uma criança narcisista em busca de prazer, para tornar-se um adulto socializado, orientado para a realidade".

Para Aberastury (1964, p. 66)

"No adolescente, a escolha da vocação desperta angústias, e o que dificulta a decisão não é a falta de capacidade, mas a dificuldade de renunciar, porque escolher obtém o significado não de adquirir algo, mas de perder o outro". "Quando o adolescente adquire uma identidade, aceita



o seu corpo, e decide habitá-lo, enfrenta-se com o mundo e usa-o de acordo com o seu sexo. A conquista da identidade e a independência levam o a integrar-se no mundo adulto e a agir com uma ideologia coerente com seus atos”.

Em resposta à pergunta “Por que adolescência?”, do autor Becker (1993, p. 93), discute esta questão sobre o prisma das descobertas que o adolescente busca fazer de si mesmo e a respeito do mundo ao qual ele pertence. Afirma o autor, que

“é na adolescência que começamos a aprender a escolher livremente. É um aprendizado que nunca termina, talvez porque escolher é uma das tarefas mais difíceis da vida. Sempre que optamos por alguma coisa, estamos perdendo muitas outras. O adolescente, frente às suas primeiras e inúmeras escolhas, muitas vezes sente-se confuso, angustiado. Mas poder escolher é um privilégio. E deve ser exercido sempre que possível.... “O mais importante é participar das escolhas, participar ativamente da vida, tanto como indivíduo quanto como parte integrante da sociedade”.

Vejamos agora a visão de Osório (mimeo), que tem uma leitura totalmente diferente da autora até agora discutida.

Para Osório (1991, p. 12-mimeo), a adolescência é um complexo psicossocial, assentado em uma base biológica, cuja caracterização pode ser sumariada nos seguintes itens:

- redefinição da imagem corporal, consubstanciada na perda do corpo infantil e da conseqüente aquisição do corpo adulto (em particular, dos caracteres sexuais secundários);
- culminação do processo de separação/individualização e substituição do vínculo de dependência simbólica com os pais da infância por relações objetais de autonomia plena;
- elaboração de lutos referentes à perda da condição infantil;
- estabelecimento de uma escala de valores ou código de ética próprio;



- busca de pautas de identificação no grupo de iguais;
- estabelecimento de um padrão de luta/fuga no relacionamento com a geração precedente;
- aceitação tácita dos ritos de iniciação como condição de ingresso ao status adulto;
- assunção de funções ou papéis sexuais auto-outorgados, ou seja, consoante inclinações pessoais independentemente das expectativas familiares e eventualmente (homossexuais) até mesmo das imposições biológicas do gênero a que pertence.

Com relação ao término da adolescência, o autor Osório (op. cit., 10-13), diz ser bem mais difícil de determinar e novamente obedece a uma série de fatores de natureza sócio-cultural, e relaciona as seguinte condições:

- Estabelecimento de uma identidade sexual e possibilidade de estabelecer relações afetivas estáveis;
- Capacidade de assumir compromissos profissionais e manter-se economicamente (independência econômica);
- Aquisição de um sistema de valores pessoais (moral própria);
- Relação de reciprocidade com a geração precedente (sobretudo com os pais).

Em termos etários, isto ocorreria por volta dos 25 anos na classe média brasileira, com variações para mais ou para menos consoante as condições sócio-econômicas da família de origem do adolescente”.

Para o Gaudêncio (1991, p. 28), a adolescência está se esticando cada vez mais, e isto se deve em sua maior parte a fatores sociais. O autor chama este fenômeno como sendo um “privilegio de classe”, ou seja ,

“quanto mais se sobe na escala social e econômica, mais longe é o período da adolescência. Certos fenômenos, é claro, não mudaram. Há em toda adolescência um processo fisiológico de mudanças e um processo de adaptação emocional a essas mudanças. O fato novo é a adolescência como invenção social e o desafio de enfrentar o grande



índice de desemprego que atinge a base da pirâmide e vai ser cada vez mais amplo. Sem uma real participação social e econômica ele prolonga sua adolescência até os 27, 28 anos”.

Com tantas dificuldades para o adolescente estar inserido num contexto mais amplo da sociedade, eis que surge uma nova adolescência e o mesmo autor (op. cit. p. 28), a considera como artificialmente esticada que, vamos reconhecer, deixou de ser uma etapa normal para se tornar uma etapa patológica no desenvolvimento do ser humano. A adolescência está sendo prolongada, tornando mais precárias ainda certas discussões clássicas, como aquela sobre a vida sexual antes do casamento.

Traçamos, até aqui, uma leitura das dificuldades do adolescente na busca de sua identidade, no encontro consigo mesmo, em suas escolhas, perdas, lutos, e conflitos para este encontro ser saudável. No entanto, algumas leituras nos levam a questionar o fator da adolescência não só como um processo natural na vida das pessoas, mas como condições sociais, políticas, econômicas, e, outro dado de tão mais relevância para nosso trabalho, é a questão do adolescente frente à sua sexualidade. Tal fato numa sociedade em conflito como a nossa, o problema se agrava em detrimento do surgimento de uma nova realidade – a contaminação do vírus H.I.V.

Já não é mais o adolescente e suas descobertas, e sim, uma realidade que o coloca num lugar de “perigo” (grifo nosso), implicando em trabalhar com o dado da morte eminente, com os riscos de uma doença que pouco sabemos sobre as possibilidades preventivas e tampouco sobre seu fim. Assim o adolescente está mais sujeito aos riscos desta doença, dado o seu grande desafio de buscar experimentar a vida para se definir como pessoa adulta na sociedade humana. Como já referido anteriormente, cabe aqui retomar o conceito de vulnerabilidade para compreender esta fala, até porque, caímos na questão de não ter havido um projeto específico para a discussão da AIDS que me levasse a afirmar estas considerações. Sem dúvida, pouco sabemos à respeito do que possa vir a ser um projeto capaz de dar conta de uma prevenção



eficaz da AIDS. Temos tomado de vários outros projetos conceitos e formas do agir.

Tendo como base as entrevistas dos alunos, descritas nas páginas 62-79, um dos grandes problemas das práticas dos projetos educativos está em não se falar uma linguagem que seja a mesma das crianças e adolescentes. Acabamos repetindo o modelo de Prevenção Científico, ou seja, fala-se sobre os problemas enfrentados pelo adolescente, principalmente sobre a AIDS, nas aulas de biologia, com uma visão da doença exclusivamente biologizada.

Os alunos entrevistados (pgs. 62-79) deixam claro que desta maneira nenhuma prática irá surtir resultados positivos e tampouco mudanças de postura se não se pensar outras estratégias que possam vir de encontro àquilo que o jovem busca, ou seja, uma linguagem aberta, sincera e transparente ao se discutir a questão da AIDS.

Notamos também nas entrevistas que mesmo fazendo uma crítica aos modelos, ou melhor, às iniciativas que as escolas têm para se discutir esta problemática, eles –adolescentes- pensam que o Modelo do Amedrontamento, seria ainda uma forma ideal para se discutir estes temas. (Conf. pg.62-79)



5.1– A ADOLESCÊNCIA FRENTE AOS PROBLEMAS SOCIAIS

Já tivemos a oportunidade de referir que a adolescência está esticando e que um dos grandes fatores para este fato são os desencadeantes sociais. Gaudêncio (1991, p. 28), considera o desemprego como fator social que leva este fenômeno adiante apontando, ainda, para os diversos tipos de adolescência.

“Esse excesso de desempregados se constitui em grande parte por um novo tipo de adolescente – um estranho ser que não tem mais idade para ser criança e nem espaço social para ser adulto. Ele vive uma situação delicada: não amadurece porque não tem onde assumir responsabilidades; não pode trabalhar porque não tem mercado; não pode casar porque não tem emprego sólido”.

Para o mesmo autor (1991, p. 28-29),

“o social mudou tanto que termina revolucionando o psicológico, o emocional.... por exemplo: o filho do lavrador vive sua adolescência no período que correspondia à puberdade. No período pós-puberdade, ele passa por mudanças biológicas. Adapta-se emocionalmente a essas mudanças, suas expectativas mudam porque a família simplesmente precisa de uma boca a menos em casa e um braço a mais na roça. Aí ele começa a exercitar responsabilidades, e a doce inconseqüência vai pro brejo. Ao contrário deste, na classe média superior, a adolescência está indo até o fim da faculdade e já começa a incluir pós-graduação”.

Nesta mesma linha de pensamento, é que o autor Becker (1993, p. 59), afirma:

“As dificuldades e a injustiça social se refletem profundamente na adolescência. O jovem de classe mais pobre já chega à adolescência com grandes desvantagens: atravessa-a com muita dificuldade, freqüentemente sem poder nem sequer pensar em conflitos familiares, sexuais, ou mudanças no corpo, pois têm necessidades básicas mais prementes a serem resolvidas, como conseguir roupa e comida; e suas perspectivas e



opções para o futuro são muito limitadas. É bom lembrar que no Brasil a grande maioria dos adolescentes encontra-se nesta situação”.

Para Soares (1997, p. 47-52),

“As desigualdades sociais e a falta de políticas sociais prejudicam mais intensamente a parcela jovem da população que concentra do lado mais fraco dessa relação, pois, as características de uma fase de indefinição, em processo de construção de valores, adaptação ou desadaptação por referência ao processo de socialização, de transição na busca da identidade, se somam condições concretas precárias para realização ou consolidação dessa nova identidade”.

Continua, (1997, p. 47-52),

“para os grupos sócio-econômicos de menor renda, alguns fatores que fazem parte do espectro da “socialização incompleta” (Adorno, 1991) dos adolescentes e que desequilibram a formação dessa identidade, são em parte conhecidos: o afrouxamento de laços familiares decorrentes das suas dificuldades de reprodução social, a inserção precoce no mercado de trabalho, a evasão escolar e a descoberta da rua como espaço de socialização. As conseqüências desse mundo remetem muitas vezes à delinquência e reforçam o descrédito das instituições formais”.

Considera ainda a autora (1997, p. 52) que

“a socialização do adolescente, processo que acontece por meio da interação social, dá as condições para a sua inserção na sociedade. Sabemos que as condições dessa socialização são determinadas pela inserção econômica do indivíduo. Acreditamos que esse processo é extremamente importante na determinação do caráter das relações que os adolescentes possam vir a ter com as drogas – circunstancial e passageiro ou dependente e destruturador – e que as políticas públicas devem considerar tanto as agências quanto os processos de socialização nos seus projetos preventivos”.

Desta feita, cabe salientar o papel da sociedade na formação da identidade do adolescente, e que, tais responsabilidades sociais acabam por se tornar performances mal acabadas que o “Estado” determina como formas a



serem seguidas pelos nossos jovens. Vivemos assim, uma sociedade em conflito de identidades, onde não sabemos qual é a identidade assumida por nossa nação, e, na base dessa pirâmide encontram-se os adolescentes, culminando toda a desorganização nessa base tão frágil e inoperante, que são os homens da sociedade de hoje.

Completando ainda este raciocínio, Becker (1993, p. 62) afirma que em

“nossa cultura, a criança deve sair da submissão infantil e adotar a atitude oposta de domínio na fase adulta. Essa transição se dá geralmente na adolescência, sem que haja qualquer preparo para isto. Com frequência o adolescente sai diretamente da casa de seus pais para formar sua própria família. (Becker, p. 65-67) “É muito difícil para o adolescente evitar o confronto com este mundo turbulento. Na verdade, basta que ele ande nas ruas de uma grande cidade de olhos abertos.... “Em vez disso, talvez valha a pena lutar pelo que há de bom e de novo. Lutar pela mudança. Um novo ainda mal definido, mas que surge de todos os lados. Que nasce nos avanços da tecnologia, nos movimentos populares, políticos e artísticos. E também no surgimento de novos valores, de uma influência crescente das culturas orientais, das novas consciências pacifistas, ecológicas e libertadoras, de movimentos alternativos em todos os sentidos e direções”.

Observando a análise construída por Bucher, (1992, p. 385-398), sobre os objetivos da escola, encontramos que:

“estes objetivos pressupõem uma reflexão filosófica (e ética) sobre o papel da própria escola, sobre a finalidade do ensino. Será que cabe a ela transmitir informações visando instrumentalizar o aluno para que possa ingressar, bem preparado, no mercado de trabalho e tornar-se um cidadão útil? Ou será que incumbe a ela formar o aluno, social e afetivamente, para que possa, em seu processo singular de socialização, chegar a fazer opções pessoais e definir a sua própria utilidade?”.

Segundo o aluno Jefferson (entrevista abaixo descrita), um dos motivos que levam os jovens ao uso de drogas e uma provável contaminação



pelo vírus da AIDS vai de encontro à leitura dos autores citados anteriormente, pois, para este aluno um dos grandes problemas enfrentados pelos adolescentes de hoje é a falta de emprego e valorização do mercado de trabalho na mão de obra do adolescente, reconhecendo que ele é capaz de desempenhar funções iguais às dos adultos. Por não conseguir inserir-se no mercado de trabalho e muito menos conseguir um reconhecimento na sociedade do seu papel na construção desta levam os jovens a situações de perigo no seu cotidiano.

Para ilustrar melhor as questões sociais e as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes, descreveremos a entrevista feita com dois alunos Jefferson Robson Gon; 16 anos; 2ª série do 2º grau na Escola Dr. Clovis de Arruda Campos, e, Janete Batista Nunes, 18 anos, 3º série do 2º grau, na mesma escola, e que fizeram parte de um Programa que busca prepará-los para o mercado de trabalho.

O que é o PET? Para conhecimento do leitor, descreveremos o Projeto do Senac, do qual estes adolescentes fizeram parte, mesmo porque, segundo o texto acima citado em que o autor Bucher, questiona se um dos objetivos da escola não é o de preparar o jovem para o mercado de trabalho. No entanto, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), tem hoje um programa denominado "Programa de Educação para o Trabalho (PET)", que tem como objetivo este preparo.

Como funciona? O PET é ministrado por vários profissionais em diferentes Oficinas, sendo estas: Informática, Apresentação Pessoal, Alimentação, Organização de Ambientes, Transações Comerciais e Saúde. Cada Oficina conta em média de 30 a 36 horas aula, e no término das mesmas, os alunos vão para a Estação de Vivências, ou seja, irão ser encaminhados para empresas onde irão cumprir 100 horas de estágio.

Qual o objetivo final? O PET tem ainda como objetivo final, após esta estação de vivências, encaminhar os alunos para uma possível contratação. Em média cada turma conta com 25 a 30 alunos, e destes 40% acabam conseguindo emprego.

Como o mercado de trabalho prepara o adolescente?



R – mais. Optamos pelas perguntas de acordo com o tema deste trabalho. Neste sentido, iremos questioná-los sobre o adolescente e os problemas sociais voltados para a compreensão dos mesmos referidos neste tema, e assim será com a questão da sexualidade e AIDS. Assim a entrevista foi dividida em 3 etapas. O método das entrevistas está descrito na metodologia.

Entrevista com o aluno Jefferson:

01 – O que você considera problemas sociais para os adolescentes?

R – falta de emprego, que às vezes leva o jovem ao uso de drogas, pois, tem muitos jovens que usam drogas para esquecer das coisas, e outro, problema são as questões familiares.

02 – O que são para você estas questões familiares?

R – Por exemplo, deixar os filhos saírem à noite para fazer programas com os amigos, e os pais baterem nos filhos. Isto pode causar descontentamento no jovem, isto levaria o jovem a usar drogas, fazer coisas erradas, bater em alguém.

03 – Por várias vezes você falou em uso de drogas, o que você pensa a respeito desta questão?

R – Toda vez que um rapaz começa a usar drogas acaba criando dependência, e sempre começa com maconha e muitas das vezes chega ao craque e aí perde a vida.

04 – quais as saídas que você pensa para o adolescente de hoje não ter este tipo de envolvimento com drogas?

R – arrumar um emprego, comprar uma moto, uma namorada e poder sair.

05 – Você novamente falou sobre a questão do emprego, como você vê o mercado de trabalho para o adolescente?



R – muita concorrência, competitivo. É preciso estar bem informado, fazer cursos para melhorar seu currículo e o emprego vai para quem tem mais informação. O jovem tem que estar atento aos movimentos atuais, ler jornais, revistas, etc.

05 – Você se refere as questões de cidadania. O que é isso para você?

06 – como você pensa o adolescente que vem de famílias de baixa renda neste mercado competitivo?

R – se ele não estiver nem na escola vai ficar muito mais difícil. Eu acredito que o governo deveria fazer escolas de computação, línguas etc. para estes jovens estarem podendo se aperfeiçoar. No entanto, deveria ter critérios para as pessoas entrarem na escola, pois, muitas vezes aqueles que ocupam os lugares públicos são jovens que têm condições de pagar uma escola particular.

07 – O SENAC, que tem o Programa de Educação para o Trabalho do qual você

fez parte é um destes que você se refere como opções de mudança na estrutura social do adolescente? Você acredita que isto tenha modificado alguma coisa em tua vida? O mercado se abriu para você? Quais as dificuldades encontradas após ter feito este programa?

R – é modificou, nós aprendemos a correr mais atrás de um emprego, a fazer uma entrevista, e entrar em contato com a informática e as questões de cidadania que nós discutíamos em sala de aula, para a gente acreditar naquilo que a gente faz e correr atrás dos objetivos de vida. O mercado se abriu mais, pois você chega para pedir um emprego em uma loja e fala que fez o curso no SENAC, e as pessoas te tratam com mais respeito e ao concorrer com um jovem que não tenha feito o curso, a gente fica à frente dele. Com relação às dificuldades eu me refiro à questão da idade, pois, quanto menos idade é pior ainda conseguir um emprego e também quando você completa 18 anos eles te mandam embora, pois, não querem te pagar mais e nem te registrar. Outra situação é te contratar por 2 meses (período de experiência) e depois te mandar embora. Hoje também você tem que saber fazer de tudo, ser uma pessoa



multiprofissional, quanto mais flexível você for, você poderá ter garantia no emprego, saber trabalhar em todos os departamentos da empresa, e, para mim empregado hoje tem que ter criatividade, organização, iniciativa e ambição.

03 – Trabalhar qual empresa?

08 – Você se referiu as questões de cidadania. O que é isto para você?

R – Antigamente você fazia pão em casa e dividia com seus vizinhos, e hoje, as pessoas estão se tornando mais egoístas e isto é uma questão de cidadania. Outra questão injusta é pagar impostos e a população não ter os serviços que são cobrados. Outra questão é jogar lixo nos lugares indevidos, poluindo a natureza; cortar as árvores; que os vereadores e prefeitos deveriam cuidar melhor da cidade, ou seja, cada esquina ter uma caçamba de lixo e todos deveriam pôr seu lixo lá, pois, ao deixarmos o lixo na porta de casa, muitas vezes durante a coleta, o saco se rasga e suja, além de animais rasgarem o lixo na rua. Resumindo, todos têm bons discursos e não colocam nada em prática.

R – Para não ter três coisas básicas: 1 – manter para o adolescente que ele tem capacidades, talentos, 2 – Prender a atenção dele em outras coisas que fazem bem a ele: o tempo, lazer, filmes, música, esportes, etc, pois os adolescentes. Entrevista com a aluna Janete:

01 – O que você considera como problemas sociais para os adolescentes?

R. Janete – droga é um problema social muito grande, falta de oportunidades do jovem mostrar realmente o que ele quer e concomitantemente a falta de incentivo para ele estudar, trabalhar, e aperfeiçoar o lado dele profissional e pessoal, e sem isto, o caminho acaba sendo as drogas.

R – tem dois problemas para a questão drogas: 1 – é que só o 02 – Qual o seu conceito sobre drogas?

R – Igual a de todo mundo nesta idade. Que ela faz mal, que ela nos traz problemas no futuro, nesta época. Só que os conceitos não valem nada, sem a consciência, você acaba esquecendo conceitos. O tema droga ficou muito



decoreba, muito falado, e já se perdeu a essência do que as pessoas deveriam mostrar o que é drogas.

03 – Mostrar qual essência?

R – a verdadeira essência, não a que passa na televisão. A do jovem rico, a do jovem pobre, esta coisa de etnia social. Isso não. Devia mostrar a vida sem ela. Falar um pouco de como as pessoas podem viver sem a droga, e, parar de usar personagens, como pessoas conhecidas sobre as drogas, pois, isto não grava na vida de ninguém, pois, a maioria dos artistas não usam drogas. Mostrar as pessoas que fazem a diferença na vida das pessoas, por exemplo, pessoas que fazem trabalhos de recuperação de pessoas dependentes (viciadas).

04 – Quais as saídas que você pensa para o adolescente de hoje não ter envolvimento com drogas?

R – Para mim tem três coisas básicas: 1 – mostrar para o adolescente que ele tem capacidades, talentos; 2 – Prender a atenção dele em outras coisas que fazem bem e tomam o tempo: teatro, filmes, museu, escola, esportes, etc., pois, os adolescentes que fazem parte de uma faixa social melhor até vão a um teatro, museu. Já o adolescente pobre não tem acesso a estas coisas; 3 – trabalhos comunitários. Quando você enxerga que outras pessoas têm problemas maiores que os seus, você aprende a valorizar a sua vida.

05 – Você não se referiu à questão do trabalho para os adolescentes, como você considera esta questão?

R – tem dois problemas para a questão proposta. 1 – é que se o adolescente trabalha cedo ele perde o gosto pelo estudo, ele começa a achar que o trabalho é mais importante, ele está cansado e não quer mais ir para a escola, mas, por outro lado, tem a questão que nosso país exige que o adolescente comesse a trabalhar mais cedo. São problemas que entram em contradição para mim, e aí entra o 2º problema – que poderia ser uma solução o governo bancar



um salário escola, embora nosso governo não tenha estrutura para isso. No momento a questão proposta tem que ser muito revista, não há uma solução certa. Se a gente optar por qualquer uma das duas a gente vai estar sobrecarregando qualquer um dos lados.

06 – Você também fez parte do Programa Educação para Trabalho do SENAC, isto te auxiliou? Em que sentido?

R – é muito difícil falar sobre este programa. Na época ele me ajudou muito. O Programa tem uma dinâmica que não sei se é do programa em si ou se é dos professores. Uma dinâmica de círculo, que o seu passo aqui vai refletir lá na frente. Não sei se isto era do programa, ou uma proposta de vida dos professores. Me ajudou no sentido de saber quem eu sou, de onde eu vim, que é mais importante saber o que eu quero ser daqui para frente. Definir o que era essencial e o que era segundo plano na minha vida, mas, tudo isso sem perder aquela coisa da minha idade, perder aquilo que o jovem tem de bom, pois a gente tem mania de achar que estudo deixa a gente maluco, no entanto, deixa a gente mais consciente numa sociedade maluca.

07 – Sobre questões de cidadania, o que você entende por isso?

R – para mim é tudo o que você faz que não agride o outro, desde você lutar por um direito, defender uma pessoa que tem menos conhecimento que você, a você ser responsável pelo seu trânsito, pelo seu país, a votar, pelo menos naquelas pessoas mais próximas. Se todo mundo cuidasse das pessoas que fazem parte de seu círculo, nosso país seria campeão em cidadania. Não ia precisar a recorrer a órgãos, a nada governamental. Ex. se meu vizinho está precisando, eu poderia auxiliá-lo com as coisas ou conheço alguém que possa fazer, fugindo um pouco da burocracia. Se todos fizessem isto as coisas iriam se resolver mais rápido. Mas não é assim que acontece, porque sempre tem alguém que pára o plano; que pensa em seu bem estar e deixa o do outro, isto não é ser cidadão.



5.2 – ADOLESCENTE X CORPO X SEXUALIDADE

A construção da identidade é talvez a tarefa mais importante para o adolescente e para isto ele terá que vivenciar vários lutos, várias conquistas entre perdas e ganhos. Para o autor Chipkevitch (1991, p. 16 e 17),

“significa ter respondido a perguntas como quem sou, qual o meu lugar no mundo, para onde vou. Todo este processo de construção de uma unidade pessoal – a individualização – inclui, necessariamente, a relação com o próprio corpo. Um corpo diferente de todos os outros e, também, diferente hoje do que era ontem... “Toda sociedade, em cada momento histórico e cultural, tem um modelo de corpo ideal, para os dois sexos. Veiculado, outrora, através da arte e hoje sobretudo através dos meios de comunicação de massa, o corpo ideal traz a noção de normalidade e o estímulo à competição. A sociedade normatiza tudo, estabelecendo limites do normal, do aceitável, do bonito e do feio, “as dúvidas, a curiosidade dos adolescentes são normais e sadias. Em suas relações distantes e conflitivas com os adolescentes, os adultos nem sempre desempenham satisfatoriamente o papel de modelo e fonte de saber. Quando os pais conseguirem se aproximar mais dos filhos, ouvir e compreender melhor seus anseios; quando a escola passar a formar seus pupilos como cidadãos conscientes; quando a sociedade cobrar menos dos jovens e lhes conferir mais direitos; quando lhes der maior assistência e lhes permitir maior participação, a experiência de adolescer se tornará mais livre e segura”.

Aberastury (1964, p. 19) discute a visão de Erikson a respeito do seu conceito de que a sociedade oferece à criança uma moratória social, fazendo a seguinte afirmação a este respeito,

“da minha parte, considero que esta moratória social não é mais do que o conteúdo manifesto de uma situação muito mais profunda. Acontece que a própria criança precisa de tempo para fazer as pazes com seu corpo, para terminar de conformar-se a ele, para sentir-se conforme com ele. Mas só chega a esta conformidade mediante um longo processo de luto,



através do qual não só renuncia ao seu corpo de criança, mas abandona a fantasia do onipotente da bissexualidade, base da sua atividade masturbatória. Então sim pode aceitar que para conceber um filho precisa a união com outro sexo, e conseqüentemente o homem deve renunciar às fantasias de procriação dentro do seu próprio corpo e a mulher à onipotência maternal. Numa palavra, a única maneira de aceitar o corpo do outro é aceitar o próprio corpo”.

Costa (1991, p. 30-32) discute a questão da sexualidade a partir de papéis impostos pela sociedade e afirma que

“A sexualidade se expressa, ou assume contornos, dependendo muito da maneira como homem e mulher vivem na sociedade: o que deve ou não ser praticado por um ou outro, ou aquilo que se convencionou atribuir como função ao homem e à mulher. Direitos, obrigações, enfim, o que se estabeleceu para cada um deles na sociedade sempre se caracterizou pela discriminação, preconceito, etc.”.

Knobel e Rosenthal (1964, p. 85-86) discutem o sexo no adolescente a partir de uma leitura psicanalítica e afirmam em seu texto que

“Freud estabeleceu a importância das mudanças puberais no caminho do autoerotismo à sexualidade madura genital. As mudanças biológicas da puberdade impõem a sexualidade genital ao indivíduo e intensificam a urgência do luto pelo corpo infantil perdido, o que implica também o luto pelo sexo perdido”.

Considera ainda (1964, p. 85-86), que na

“Segunda metade do primeiro ano de vida, de acordo com o assinalado por Aberastury, a criança verifica a sua identidade sexual e, através do jogo, tenta elaborar a situação traumática que significa a perda do outro sexo, recuperando-o de um modo simbólico através de objetos. Na puberdade, a definição da sua capacidade criativa marca uma nova definição sexual na procriação, já que os seus órgãos genitais não só aceitam a união do casal, como também a capacidade de criar. Na adolescência, tenta-se recuperar infrutuosamente o sexo perdido, mediante a masturbação, que é a negação onipotente desta perda”.



Muitos são os medos e mitos enfrentados pelos jovens nesta idade, pois, agora com as transformações do corpo, surgem várias indagações com a perda do corpo infantil. A primeira delas é uma questão de identidade corporal, ou seja, será que terei pêlos no corpo, meu pênis vai ser grande ou pequeno, meus seios serão grandes ou pequenos, quando irei ejacular, quando irei menstruar, etc. são algumas das indagações que levam o jovem a ter várias crises, pois, adentrar no mundo adulto com uma cara e corpo diferentes, e que no entanto, ainda está se constituindo, vai criando valores que podem desencadear uma adolescência saudável ou não, e conseqüentemente uma vida adulta bem ou mal resolvida.

Além destes fatores, chega o momento deste jovem buscar as descobertas da sexualidade e do prazer, busca esta que o leva a várias experimentações. O fato de experimentar as várias possibilidades da descoberta torna-se bastante saudável para estes jovens. No entanto, estamos num momento onde a mídia dita regras e valores que podem conduzir tais descobertas a caminhos desastrosos.

Para discutir estas questões podemos observar os conteúdos das entrevistas e vamos perceber que por falta de informação, orientação, educação dos pais, etc. acabam conduzindo estes jovens a buscar suas respostas nas ruas, junto a grupos de amigos, entre outros, introjetando assim conhecimentos que nem sempre garantam uma vida saudável.

Entrevista com o aluno Jefferson:

01 – O que você pensa sobre este tema?

R – o sexo é gostoso e todo ser humano tem o direito de ter. Ele tem que ser praticado com carinho, e não forçado, sem raiva, saber os problemas da parceira ou parceiro que você estiver se relacionando, e saber se cuidar, com preservativos. Cuidar também do corpo e saber se ele está em condições de fazer



o sexo, e, se o sexo é feito com amor e carinho é das atividades mais gostosas que tem.

02 – Será que o adolescente de hoje está preparado para uma vida sexual?

R – nem todos, pois, tem muitos colegas meus que não têm a cabeça feita, não querem ter sexo por prazer, mas sim para dizer que fez, para provar que não é virgem, que ficou com aquela e com outras. Poucos estão preparados, pois, muitos também não se previnem e acabam arrumando filhos e isto sempre acaba sobrando para as mulheres, pois homens não querem ficar com filhos.

03 – O que é preciso para mudar esta situação que você relatou?

R – as mulheres devem saber se vestir melhor, com roupas melhores. A televisão está muito acima do que deveria estar, pois, 11 horas da noite já tem sexo ao vivo na TV (canal Bandeirantes) e o jovem vendo isto acaba cometendo atitudes agressivas com as garotas. Para mim um dos itens que mais estimula o sexo é a TV, pois mostra muito estupro, etc.

04 – Qual seria o papel da escola com relação à sexualidade da criança e do adolescente?

R – a escola até tenta educar mas não consegue, pois, quando se fala disto todos os alunos dão risada, e, quando o professor vai falar de sexualidade, muitos já viram um pênis ou uma vulva.

05 – Porque você acha que isto não desperta o interesse no aluno?

R- porque o aluno acha que sabe tudo, ele sabe que só introduzir o pênis na vulva é só, ele não sabe que tem que ter prazer, que tem riscos com relação a doenças. Ele repete o que vê na televisão e isto basta, e não quer perguntar para o professor e para a família.



06 – Você acha por outro lado que a escola está preparada para falar sobre estes temas?

R – Não, eles não estão porque eles não estudam muito sobre isto, estão preocupados somente com aquilo que cabe ao seu programa de ensino. Eles estão alheios ao que ocorre com os alunos. E se eles entram na sala para falar sobre os temas e os alunos demonstram resistência, eles não estão preocupados se os alunos vão ou não entender. O que importa é o salário no fim do mês. Eu acredito que deveria ter um profissional especializado para discutir estes temas na escola.

07 – E se tivesse um programa que viesse capacitar os professores para falarem sobre estas questões? Você acredita que isto mudaria alguma coisa?

R – dependendo do professor. Tem professores que os alunos não respeitam. Se for professores mais sérios, isto daria certo, mas é muito difícil, os alunos não vão entender, pois, eles acham que já sabem de tudo.

Entrevista com a aluna Janete:

01 – O que você pensa sobre este tema?

R – Eu penso que é um dos piores momentos do adolescente. É quando ele quer ser firmar como homem ou mulher; quando ele quer mostrar que o tamanho da personalidade dele é quanto ele faz de sexo. Isto é muito pobre para mim. Eu nunca achei que o sexo me fazia ser uma pessoa, o que me caracterizava é o que eu pensava. Talvez porque meu avô era uma pessoa muito culta, então isto me ajudou a ser assim.

Eu penso também que é fase de que ninguém me ama, ninguém me quer, meu peito é grande, meu pênis é pequeno, aquela coisa de definir se o sujeito presta se é virgem ou não. Mas eu acho tudo isto uma besteira.



02 – Você não passou por estas crises de identidade?

R – Não, sinceramente não. Passei por momentos difíceis na minha vida. Hoje eu me conheço melhor do que ontem, mas, isto nunca significou que eu valorizasse o que a sociedade e o jovem adolescente valoriza, só que eu convivia no meio daquilo tudo, e a gente passa a sofrer pelos outros, no meio de tanta neurose.

03 – Será que o adolescente de hoje está preparado para uma vida sexual?

R – Pela informação sim, pelas decorebas de camisinha, de AIDS, etc. Só que pela mentalidade não. O adolescente parece que quanto mais ele está adquirindo informações, mais ele as joga fora. Parece que depois que ele conhece o mal, ele não tem medo.

04 – O que é preciso mudar para melhorar esta situação que você descreveu?

R – Pede a Deus que o negócio está ficando feio, ah ah ah Acho que está faltando a presença da família, que senta e conversa, aquela que tem amor. Não é esta totalmente liberal, que o filho transa com a namorada dentro de casa, eu sou meio caretona para estas coisas. Aquela família que nossos pais foram criados, mas com uma mentalidade um pouco mais avançada. É fundir um pouco das duas. Tem que ter equilíbrio de valores.

Acho que a Escola é muito importante. Só que a escola tem que aprender a linguagem dos alunos. É falar como ele precisa ouvir. Não adianta nada falar que a adolescente não tem que transar, pois, isto ela vê na televisão. É fazer com que a pessoa entenda que não é só a questão emocional, mas que também que agride o corpo, uma gravidez indesejada, o uso de anticoncepcionais, doenças venéreas. É fazer ela evitar isto tudo.

Muitos professores não sabem falar sobre estes assuntos. Eu tive um professor de Física que sabia falar sobre questões de sexo. Eles tem que conhecer o aluno, ele não pode generalizar, muitas vezes é preciso falar individualmente com cada aluno.



05 – Qual seria o papel da escola com relação à sexualidade da criança e do adolescente?

R – acho que já respondi na questão anterior. É conhecer o aluno. Que o corpo docente não pode interferir na vida do aluno, no particular de cada um, mas, falar de coisas que são comuns aos interesses de todos, e, somente em casos particulares (quando são problemas de outra ordem) e se solicitado pelo aluno, ele saber discutir de forma aberta e clara com o mesmo.

06 – Você considera que a escola está preparada para discutir ou ter a prática de suas sugestões?

R – Eu acho, porque é muito simples, é só gastar um pouco do seu tempo de trabalho. É questão de 20 minutos por semana. A chave não é a conscientização? para isso não precisa de muito, só que precisa ser discutido com frequência.

07 – E se tivesse um programa que viesse capacitar os professores para falarem sobre estas questões? Você acredita que isto mudaria alguma coisa?

R- Eu acredito que mudaria sim. Porque é mais fácil você investir na prevenção, do que na consequência. É mais barato para o governo. Só que teria que ter vontade política, porque o que é bom aqui não vai para frente, justamente porque custa caro, ou seja, preparar um professor para lidar com o aluno, no entanto, é mais caro correr atrás das consequências.



5.3- O ADOLESCENTE E AS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - AIDS.

Discutir todos estes tópicos na sociedade atual, é imprescindível que nos remetamos a questão da sexualidade X AIDS, pois, é neste contexto atual que o adolescente terá que buscar esta identidade, convivendo agora com uma realidade que ameaça o seu corpo, a sua situação emocional e social. No entanto, ocorre que a mesma sociedade que dita tais modelos, está também despreparada para estes novos e atuais tempos.

Segundo a autora Takiuti (1991, p. 14),

“As estatísticas demonstram que a incidência das DST's está em ascensão. O desconhecimento da sintomatologia por parte dos adolescentes, os tabus e a vergonha de procurarem serviços especializados retardam o tratamento, o que traz consequências a longo prazo, como a esterilidade, a infertilidade, abortamentos, problemas neurológicos, ósseos e infecções generalizadas. Destacamos como importante desafio a Saúde Pública, na atualidade, o problema da AIDS ao qual os adolescentes estão cada vez mais expostos”.

Costa (1991, p. 146-154), complementa este pensamento afirmando que

“nos últimos anos tem-se observado um número crescente de pessoas portadoras destas doenças, devido à falta de noções básicas sobre higiene sexual e ao aumento da prostituição causada pelo abandono em que vivem muitos jovens numa sociedade onde aumentam a pobreza e o desemprego”.

Alguns dados estatísticos apontam um grande número de adolescentes contaminados pelo vírus e AIDS, e, a autora Soares (1997, p. 55), descreve a seguinte estatística: para maiores de 13 anos, do sexo masculino, a categoria de transmissão, uso de drogas injetáveis contabilizou 35% dos casos em 1994; 32,72% dos casos em 1995; e 32,53% dos casos em 1996 (até 31/05/96). Os dados mais recentes disponíveis já consideram a idade corte –



acima de 12 anos. Assim, 32,8% dos casos de AIDS em maiores de 12 anos, do sexo masculino, foram atribuídos ao uso de drogas injetáveis (Programa DST/AIDS, 1997, p. 12) (até 31/12/96). No caso do sexo feminino esses números se alteram para: 23,18% em 1994; 18,58% em 1995 e 18,98% em 1996 (até 30/05/96) (Programa DST/AIDS, 1996, p. 11). A faixa de 13 a 19 anos soma 1453 casos notificados de AIDS no Estado de São Paulo, de 1980 até 1996 (Programa DST/AIDS, 1997, p. 10).

Para a mesma autora (1997, p. 55),

“na análise geral da epidemiologia da AIDS, acredita-se que, apesar da porcentagem de adolescentes notificados com AIDS ser relativamente pequena, um número grande de pessoas com H.I.V. tenha se infectado na adolescência, uma vez que o período de incubação entre a infecção e o diagnóstico é, em média, de 8 anos (Hotzman et al., 1991, p. 1596). Acredita-se também que 20% de todas as pessoas diagnosticadas com AIDS provavelmente receberam a transmissão do HIV durante a adolescência (Boyer e Kegeles, 1991, p. 19). Ayres (1996) tem, em nosso meio, desenvolvido o conceito de vulnerabilidade para a AIDS junto ao grupo dos adolescentes e aponta um rol de preocupações relacionadas: à sexualidade, ao uso de drogas e à violência na composição de fatores que vulnerabilizam grupos de adolescentes para a AIDS”.

Segundo o Boletim – Prevenção Também se Ensina, da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (1998, p. 4) o número de pessoas infectadas no Brasil até fevereiro de 1998 – 128.821 e de acordo com a idade (entre 1980 e fevereiro de 1998): entre 13-14 – 0,1%; entre 15-19 – 2,3%; entre 20-24 – 11,0%; entre 25-29 – 21,0%.

De acordo com o Boletim Epidemiológico – dezembro 1997, casos notificados no Estado de São Paulo, entre as idades de 10-24 anos somaram um total de 9.336 casos contaminados com o vírus H.I.V.

Tais dados nos remetem à necessidade de haver uma prevenção que seja eficaz em seus modelos, principalmente aplicados a uma população considerada pelo que já vimos – de adolescentes.



Segundo os dados apresentados anteriormente, notamos o quanto tem crescido o contágio entre nossos adolescentes, e, sentimos a necessidade de se pensar em um projeto que venha atender a esta demanda. Mesmo que o Projeto Escola é Vida tenha tido em seu corpo de trabalho a intenção de discutir a AIDS, esta estava atrelada à questão das drogas.

Para discutir melhor esses dados, e o interesse dos jovens quanto à necessidade de se falar do tema AIDS nas escolas, iremos optar também pelas entrevistas para pensarmos nesta discussão, procurando ouvir a própria fala de quem tem a necessidade.

No capítulo em que intitulamos para a discussão deste trabalho, retomaremos a leitura das entrevistas até aqui descritas.

Entrevista com o aluno Jefferson:

01 – Fale-me a respeito deste tema.

R – muito perigosas, e se você adquire uma doença você tem que cuidar muito, muito mesmo, pois, ela é muito delicada e se o cara não cuidar bem ele vai para debaixo da terra. É uma das coisas que eu quero estar bem longe.

02 – E sobre a questão da AIDS? O que você sabe sobre isto?

R – se você está se relacionando com uma pessoa, você tem que conhecê-la bem, pois, ela poderá transmitir uma doença para você. Você tem que saber com quem você está andando, e, usar o preservativo. Eu sei que se você for beijar uma pessoa com a boca machucada, a doença passa para você. Se ela tiver e você for transar com ela, você vai pegar a doença. Só.



03 – Você acha que faltam informações para os adolescentes sobre este assunto?

R – falta muito, porque, o adolescente às vezes cata estas meninas fáceis e vai transar com elas, ele deveria ser mais bem informado, mais esperto. Não estão nem aí para o risco do contágio.

04 – De quem você acha que é a responsabilidade destas informações?

R – escola, pai e mãe. E o jovem ter interesse em buscar se informar.

05 – Na sua escola este tema é discutido? E por quem?

R – é discutido bem raramente e pelos professores de biologia. Não uma aula que mostre uma prática, um vídeo. São só falas, só teoria. Não mostram nenhuma maneira de se prevenir. Acho isto tudo muito vago, nem faço idéia do que vem a ser as doenças e como são seus sintomas. Sabe que pega, mas de que jeito ela se manifesta, não. Só vi isto na oitava série, e muito vago, pois a professora só fica falando de célula, átomo, etc. Eu acredito que a professora que falou sobre isto (Prof. Nilza) fazia parte do projeto que o Sr. se referiu (Escola é Vida), pois, algumas vezes ela pegava a gente e mostrava cartazes sobre estas questões, mas foi pouco tempo. Eu sei pouco sobre a questão da AIDS, nem sei falar muito a este respeito. Uma vez ela falou sobre a gonorréia, e mostrou que na ponta do pênis saí um líquido amarelo e que a gente tem que falar para os pais urgente, é o que mais lembro.

06 – Você acredita que a escola é responsável por programas educativos relacionados a este tema, a que nível?

R – eu acho que a escola deveria abrir uma aula por semana para falar sobre doenças sexualmente transmissíveis, acredito que isto iria mudar muito a cabeça do jovem de hoje. Assim como biologia só tem uma aula por semana, deveria também ter esta aula.



07 – O que você pensa a respeito da grade curricular do seu curso?

R – muitas aulas de matemática e português, e as aulas que poderiam falar sobre este tema, não há tempo, por exemplo, biologia só tem uma aula por semana e não dá para discutir tudo.

08 – Você acredita que somente biologia é a mais capacitada para discutir esta questão?

R – acredito que é a disciplina que está mais por dentro do assunto, as outras não têm muito a ver com o tema.

Entrevista com a aluna Janete

01 – Fale-me a respeito deste tema.

R – Acredito que o adolescente não está vendo com seriedade o problema, porque ele opta por não usar camisinha, a verdade é esta. Ele acredita que isto só vai acontecer na casa do vizinho mas nunca com ele, porque com camisinha não é tão bom. Acho que ela virou o jogo, não são as doenças que estão aí, mas, os jovens que as procuram, pois, tratam a questão como se elas não existissem.

02 – E sobre a questão da AIDS? O que você sabe sobre isto?

R – Que ele é um vírus, que fica armazenado em nosso corpo, que demora até 10 anos para se manifestar. Que é transmitida por relação sexual, transfusão de sangue e uso de seringas. Acredito que isto é o básico. Que não tem cura, e o que mata são os agentes externos, ou seja, uma gripe, uma complicação, etc.

03 – Você acredita que falta informações para os adolescentes sobre este assunto?

R – Não acredito, acho que às vezes até satura de tanto falar. O que falta é seriedade com o assunto e não por falta de informação.



04 – Você acredita que a escola é responsável por programas educativos relacionados a este tema? De que maneira?

R – A escola tem uma parcela de responsabilidade, mas, não é só dela. A sociedade, os pais, associações, o governo, enfim, todos são responsáveis, pois é um assunto que interessa a todo mundo. Cada local e cada sociedade deveria ter um jeito próprio de falar do assunto.

A escola deveria usar filmes, levando para conhecer pessoas que contém o vírus, não no período da doença, só portador. O ser humano tem que se chocar um pouco. Isto faz temer um pouco vendo a realidade. A escola tem que mostrar a vida como ela é.

05 – Quem na escola seria responsável para discutir estes problemas?

R – Todos os professores. Tem que acabar com aquela visão de que o professor deve falar somente sobre seu conteúdo programático. Ele tem que saber falar de tudo. Acho que toda a equipe da escola também tem que saber discutir a temática, a merendeira, a secretária, todos têm responsabilidade sobre isto, é uma obrigação de todos.



6 - DISCUSSÕES SOBRE O PROJETO “ESCOLA É VIDA”

Estão aqui transcritas algumas entrevistas realizadas e a partir destas a análise do conteúdo das mesmas.

A primeira entrevistada, foi a Coordenadora do Projeto Escola é Vida na Delegacia de Ensino de Andradina, no ano de 1996-1997 (cooperadora integrante da Equipe Volante do Interior Paulista).

Entrevistada: Aparecida Benedita de Oliveira Carneiro

Função: Supervisora de Ensino – aposentada no ano de 1988 na Delegacia de Ensino de Andradina, “resido em Andradina, e já estava aposentada há uns 2 ou 3 anos quando fui convidada para participar do Projeto Escola é Vida. Fui convidada pela Delegada de Ensino da Delegacia de Andradina. Fiz entrevista e fui escolhida como membro da equipe. Nós éramos cinco e, eu fui um dos membros da equipe do projeto. Hoje eu trabalho no Departamento de Educação do Município de Andradina. Sou assessora do Diretor do Departamento e minha função é coordenar todas as atividades do Departamento de Educação, e, me sinto muito a vontade para fazer isso, porque o Projeto deu-me muita condição neste aspecto, eu já tinha bastante experiência como supervisora, e, de repente, agora sinto-me com mais facilidade pra desenvolver minhas atividades, e, devo muito ao projeto Escola é Vida”.

1 - Cidinha, quanto tempo você participou do Projeto Escola é Vida?

Resposta: “Eu participei durante 2 anos do Projeto Escola é Vida, e, nesses 2 anos, a maior parte foi de preparo. Um preparo da equipe para desenvolver as atividades. Nós nos preparamos muito, fizemos cursos com duração de mais de 200 horas. Depois, nós começamos a trabalhar com os Diretores, conseguimos atingir os professores, funcionários e pais. Não



conseguimos ver assim os resultados com os alunos, porque quando chegou a época de atingir os alunos, o Projeto acabou”.

2 - Quais foram as questões mais difíceis que você sentiu, nas ações propostas pelo Projeto Escola é Vida?

Resposta: “É..., a primeira dificuldade foi em relação à resistência do pessoal quanto ao Projeto, em todas, assim, todas as camadas, começando pelo Delegado de Ensino, pelo pessoal da Delegacia. Depois mais resistência pelos diretores, professores, e, que nós tivemos que trabalhar muito, nós conseguimos, é, assim, fazer com que essa resistência diminuísse, nós tivemos que lutar bastante. Outro aspecto, foi a falta de preparo do professor. O professor não estava preparado para trabalhar os temas do projeto e também preparado como profissional, e, outro aspecto que eu achei difícil, foi a demora do projeto em atingir os alunos. Nós aplicamos 2 anos e não conseguimos ver muito resultado com aluno, porque ele foi muito lento, acho que deveria ser mais rápido, as ações deveriam ser mais rápidas”.

3 - É, você falou muito das ações, e , em termos dos temas, quais foram os temas que você achou mais difíceis para serem discutidos dentro do Projeto? Com relação aos temas que o Projeto propunha como discussão central.

Resposta: “Particularmente, pra mim, é o tema que achei difícil, o mais difícil de todos - foi drogas, particularmente pra mim. Agora, em relação aos participantes, parece-me que foi sexualidade, porque, é um tema que mexe muito com a pessoa, mexe muito com os tabus que nós temos, então não foi fácil trabalhar esse tema nem com os professores, nem com os diretores. Foi muito difícil; mas nós conseguimos, conseguimos atingir muito e muito todos os participantes”.



4 - E você citou a dificuldade que você tinha em trabalhar com o tema Drogas, então, qual seria o ponto principal dessa dificuldade?

Resposta: "É, olha adolescência para mim foi fácil, porque as técnicas que foram utilizadas fez com que a gente participasse a adolescência com alguma coisa que passei, então senti facilidade quando revivi minha adolescência, quando comecei a comparar a minha adolescência com a dos adolescentes, então comecei a ter clareza das dificuldades dos adolescentes, e, também comecei, assim, a sentir que passei por tudo aquilo e comecei a entender os adolescentes. Sexualidade, a mesma coisa. Quando comecei a refletir sobre a sexualidade, pra mim não foi difícil. Agora, drogas, era uma coisa que achava que estava distante, e não consegui assim, particularmente, não consegui me identificar com a droga, e outro aspecto, achei assim, muito teórico, já os outros temas, não. Estes foram mais práticos e quando nós começamos a refletir sobre drogas, nós, as dinâmicas, as técnicas, elas assim, não conseguiram atingir muito não e foi muito teoria; envolveu muita teoria, muito preconceito, porque pra nós, droga é maconha, é cocaína, e a gente esquece das drogas legais, que é o álcool, o cigarro, então isso aí parece que a gente não conseguia entender muito. Pra mim o mais difícil foi drogas, não consegui me identificar com nada de drogas., tanto é que quando nós fomos passar os cursos pros professores, não sei se o Edilson lembra, fiquei assim, bem à parte com o negócio das drogas, não sei também se era um preconceito que tinha, pode até ser, e da Aids consegui me identificar, não achei difícil e como é um assunto atual, um problema que nós estamos vivendo, nós nos apegamos a muitas coisas atuais, a gente se preparou bem, leu bastante documento, bastante informação, não foi difícil, agora drogas até hoje se você pede para eu fazer alguma coisa sobre drogas, me esquivo".



5 - É, e as maiores dificuldades que você encontrou nas ações do Projeto?

Resposta: "Foram várias, houve falta de espaço para reunir os professores, problemas de receptividade dos diretores de escolas, dos professores, dos funcionários e também, como já disse, o problema de ser muito lento. Acredito que, uma das grandes dificuldades foi essa. A lentidão, também colaborou com o problema, tudo poderia Ter sido mais rápido. Agora, um fato muito positivo do Projeto foi o acompanhamento que o grupo fazia destas ações, sendo que, era bem sistemático, anotava-se tudo direitinho, acompanhava e conseguimos aprender a fazer um bom acompanhamento, então, isso foi muito positivo.

6 - Neste mesmo caminho, Cidinha, você poderia falar sobre os aspectos que achou facilitadores do Projeto?

Resposta: "O aspecto mais facilitador, foi aquele que, nesta escola, conseguimos sensibilizar bem o diretor. Pois, na escola em que o diretor estava bem sensibilizado a nossa penetração foi muito boa, as ações do projeto se desenvolveram muito bem, ao contrário daquelas em que o diretor não foi bem sensibilizado, parece que a dinâmica não correu muito bem".

7 - Você afirmou anteriormente, a questão das resistências, houveram muitas resistências, então, quais as causas que você atribui a este fato?

Resposta: "Os temas polêmicos. Os quatro são temas polêmicos, e a gente acha que eles estão muito distantes da gente. Nós temos o problema da nossa educação, o problema dos tabus, então isso aí dificultou bastante".



8 - Você sentiu insegurança, você até se referiu que você tinha muita insegurança para lidar com o tema da drogadição, e, sobre quais outros aspectos que você tenha percebido que você se sentiu insegura, e a que você atribui esta insegurança também?

Resposta: "No começo, minha insegurança foi no aspecto de trabalhar em grupo. Acredito que a gente tem um caráter muito individualista, de repente quando você tem que trabalhar num grupo, tem que fazer com que todos os pensamentos tenham o mesmo objetivo, que as ações tenham que ser trabalhadas em conjunto. Não é fácil, eu não tinha esse preparo para trabalhar em grupo, mas o projeto trabalhou bastante com a gente neste aspecto, depois nós conseguimos, mas foi uma das maiores dificuldades, tanto que no começo, os cinco integrantes do grupo, sentiram a mesma dificuldade. Outra dificuldade, foi também, a falta do nosso preparo mesmo, nós tínhamos uma certa insegurança, porque apesar dos cursos, das orientações, tínhamos que trabalhar nós mesmos. Tínhamos que tentar mudar a nossa visão sobre aqueles temas, porque a nossa visão é a do preconceito, em todos os aspectos. Em todos os temas, adolescência, drogas, sexualidade, AIDS, o preconceito dominava. Tivemos que fazer esse trabalho com nosso interior, e conseguimos. O projeto deu uma nova visão de vida, eu acredito, para cada um dos participantes. Foi um dos aspectos muito positivo pra mim da equipe e acredito para todos os membros da equipe. Nosso objetivo era trabalhar os professores nesse mesmo sentido, fazer com que eles tivessem uma nova visão e, depois disso, para os alunos. Acredito que nós não conseguimos ver os resultados com os alunos, pelo fato do projeto acabar, porque se nós tivéssemos continuado no nosso ritmo, talvez os resultados fossem muito satisfatórios".

9 - Neste mesmo tema, Cidinha, qual seria o papel do educador na escola?

Resposta: "O Educador, em primeiro lugar, tenta trabalhar o interior dele, trabalhar com os preconceitos que ele tem, para que quando fosse



trabalhar com o aluno, estivesse melhor preparado. O aluno, apesar de às vezes até estar no mundo das drogas, também tem problemas com a sexualidade, e também é preconceituoso porque vive numa sociedade preconceituosa. Então o professor teria que mudar a visão dele, como nós conseguimos. Sendo assim, um dos objetivos maiores do projeto era esse, para depois tentar mudar o aluno. Sendo que este último também deveria ter o mesmo objetivo: trabalhar o seu interior. Tanto é que a filosofia do projeto era Valorização da Vida, e, a partir do momento que você tem uma visão de que tem que valorizar sua vida, é que você vai trabalhar o seu interior, para que você consiga valorizar realmente esta vida”.

10 - Hoje, você se julga apta para esse tipo de tarefa?

Resposta: “Olha, acredito que sim. Eu precisaria retomar tudo. Retomar, estudar novamente, rever os cursos que nós fizemos, mas se eu precisar entrar no campo de batalha, eu sei que tenho condições de fazer, desde que, volte a me preparar. Se disser que estou preparada neste momento, não estou, teria que retomar tudo. Tenho tudo guardadinho, todas as anotações, todos os cursos, e, às vezes quando preciso, no meu trabalho, fazer uma reunião com meu professor, ou tentar mudar alguma coisa neste, fazer com que ele se enxergue por dentro, vou lá nas minhas anotações, nos meus cursos, buscar algo, e sempre encontro alguma coisa que me ajude.

11 - Cidinha, nas escolas em que você foi coordenadora do projeto, já havia algum trabalho coletivo? Como era a proposta do projeto? E de que forma era feito esse trabalho coletivo?

Resposta: “Não notei em nenhuma escola o trabalho coletivo. Existiam alguns trabalhos individuais, em forma de palestras e , como nós sentimos no projeto, se a palestra mudasse alguma coisa, nós teríamos mudado tudo, porque palestra faz-se aos montes nas escolas e não vemos resultado nenhum”.



12 - Quais as dificuldades que você encontrou em trabalhar estes temas que o projeto propunha, de forma coletiva?

Resposta: "A dificuldade de se trabalhar em grupo. Nós não estamos preparados para isso. Mas um dos objetivos do projeto era esse, e senti alguns resultados com os professores. De repente, eles começaram a tentar trabalhar em grupo e algumas vezes conseguiram alguns resultados, mas, a grande dificuldade foi esta – a falta de preparo de se trabalhar em grupo".

13 – Onde você situaria a origem dessa falta de preparo para se trabalhar em grupo? Na formação do educador, na dinâmica da escola ou mesmo na personalidade do indivíduo?

Resposta: "Primeiramente pela sua formação, porque quando ele estudou, fez um curso normal, fez uma faculdade e não parece ter havido um trabalho que viesse de encontro com esta dificuldade, e depois a dinâmica da escola, também, passa pelo individual, e, se esquece do coletivo. Parece-me que agora com a LDB, se frise bem a importância desse coletivo, que a escola tem que trabalhar em conjunto, professor, pais, alunos; que tudo que ela vai fazer, a proposta pedagógica da escola, o regimento escolar, tudo tem que ser feito no coletivo, não se pode fazer mais nada de forma individual, ou seja: só o diretor, só o professor, tudo tem que ser no coletivo. Um aspecto bem positivo, quem sabe, se o projeto viesse depois desta nova proposta, ele teria resultados muito melhores".

14 - Mas antes, não existia nenhuma proposta nas escolas que você coordenou?

Resposta: "Nenhuma, nenhuma, nada, nada, nada. Coletivo – jamais".

15 - Você acha que o Projeto surtiu algum efeito educativo, naquilo em que ele esperava?



Resposta: "Como disse, nós sentimos muito pouco, porque quando nós estávamos na fase em que os professores estavam preparados para trabalhar com o aluno, o projeto teve o seu final, mas, naquelas escolas em que ele teve maior receptividade e que os professores tiveram um engajamento maior, algum aspecto positivo deu-se pra notar".

16 - Então neste caso positivo, aponte as causas que você julgou serem responsáveis por isso.

Resposta: "Aquilo que já falei, que a receptividade do diretor, a receptividade dos professores, o engajamento dos professores, a responsabilidade que eles tinham neste aspecto de ser um verdadeiro educador. Que quando eles começaram a sentir que educar não era só dar aula, passar conteúdo, mas era trabalhar todos os aspectos com os alunos, então, nestas escolas, nós conseguimos sentir alguns resultados positivos. Eu acredito que foi mais o problema do engajamento do professor, como verdadeiro educador: ele tem que sentir que deve ser um verdadeiro educador e não um passador de conteúdos".

17 - O que você pensa de um projeto preventivo desse porte e temas, em outras escolas?

Resposta: "Eu penso a favor; penso que teria que ter. Parece-me que depois desse já surgiu um novo projeto na Secretaria da Educação, e, não se ouve falar muito. No começo ouvi falar alguma coisa. Faço parte do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Gestor do Município e a gente não ouve falar mais nada, e, está faltando na escola, realmente um projeto, e, um projeto nesta linha do Projeto Escola é Vida, porque, nós sentimos que o negócio está cada vez pior, né? E os projetos que têm aparecido não têm dado conta, não?. Eu acho que faltou uma análise, uma avaliação do Projeto Escola é Vida, e, tentar dar uma continuidade".



18 - Neste sentido, se o Projeto for reestruturado, quais seriam os pontos e as suas sugestões e modificações que você apontaria?

Resposta: "O primeiro aspecto seria ser mais veloz, pois foi muito lento. Mas de repente, houve a necessidade de ter sido lento, porque precisávamos nos preparar, pois, não nos encontrávamos preparados. Agora, teria que ter uma dinâmica mais rápida, faltou nisso aí. Nós trabalhamos 2 anos com o Projeto e não conseguimos atingir de todo o aluno. Teria que ter uma dinâmica melhor, e, nos outros aspectos, eu não sei, não teria mais nada que reformular".

Entrevistada: Maria Vieira Boaventura Gava

Função: Professora 1, formada em Pedagogia e Estudos Sociais, aposentada pela Secretaria da Educação. Na época do Projeto, fora convidada pela Delegada de Ensino, e exercia o cargo de supervisora de Escolas Rurais na Delegacia de Ensino de Andradina. Aposentou após o 1º ano do projeto. Atualmente é Chefe de Departamento de Educação pela Prefeitura Municipal de Andradina.

1 - Quantos anos você participou do Projeto?

Resposta: "durante 2 anos"

2 - Quais foram as questões mais difíceis propostas pelo Projeto?

Resposta: "Foram muitas, desde a sensibilização, até conseguir todos os objetivos propostos, chegando à prevenção de fato.

3 - Quais as maiores dificuldades encontradas nas ações do mesmo?

Resposta: "Foram várias: implantação do projeto. Acredito que alguns supervisores viam-no como mais um dos vários projetos propostos



pela Secretaria da Educação, isto é, mais um a ser criado; falta de credibilidade dos diretores, falta de livros para pesquisa”.

4 - Quais os aspectos facilitadores?

Resposta: “A própria filosofia do projeto e as dinâmicas usadas no mesmo. A valorização da vida embasada na auto-estima e no conhecimento de si mesmo. Uma política enfim de alto astral”.

5 - Houve resistência? Quais as causas que você atribui ao fato?

Resposta: “Houve e muitas. Primeiro a apatia dos professores e da escola que não conheciam o projeto. Os que fizeram o curso Escola é Vida tem um astral completamente diferente daqueles que não fizeram. A aplicabilidade e sucesso do projeto acontece na escola à medida que todos conhecem e querem desenvolver este trabalho; pessoas que acreditam em algo, confiam e esperam que algo melhor aconteça”.

6 - Você sentiu insegurança? Sobre quais aspectos?

Resposta: “O preparo psico-pedagógico que o projeto nos proporcionou foi excelente; insegurança existe sim, na medida que sabemos tratar de assuntos polêmicos e complexos como adolescência, sexualidade, drogas e Aids; cuja população (professores, funcionários e alunos) muitas vezes com realidades diferentes, interesses comuns ou não”.

7 - Neste tema, qual o papel do educador na escola?

Resposta: “O professor tem que ser o desencadeador de mudanças, espelho para o aluno, ponto de apoio para quando os adolescentes precisarem saber a quem recorrer. É questão de confiança e cumplicidade total”.



8 - Você se julga apta para esse tipo de tarefa?

Resposta: Precisamos melhorar e aperfeiçoar sempre; toda situação nova causa espanto e exige preparo. Estamos nos envolvendo sempre, procurando acompanhar as mudanças e nos adaptar a elas. Procuro sempre fazer o melhor porque gosto do que faço.

9 - Na sua Escola já havia um trabalho coletivo antes deste projeto? De que forma ele era feito?

Resposta: "Não. Nossas escolas trabalhavam sim, não de forma aleatória e individual. Montar projeto e cobrar resultados, fazendo avaliações apareceu com a implantação do projeto Escola é Vida".

10 - Quais as dificuldades em se trabalhar o tema de forma coletiva?

Resposta: "É justamente a falta de engajamento, compromisso e pacto, etc.".

11 - O projeto surtiu o efeito Educativo esperado?

Resposta: "Ficaram metas por serem alcançadas por força do término do projeto. O que se esperava dentro do prazo foi planejado e alcançado e com êxito total".

12 - Em caso positivo, aponte as causas que você julga serem as responsáveis.

Resposta: "A própria dinâmica do projeto".

13 - O que você pensa de um projeto preventivo deste porte e temas em outras escolas?

Resposta: "Acho que deveria acontecer em todas as escolas públicas e particulares".



14 - Se o Projeto fosse reestruturado, quais seriam os pontos, as sugestões e modificações que você apontaria?

Resposta: "É de se assustar, mas eu diria que do jeito que esteve estava bom e deveria acontecer e continuar.

Do ponto de vista teórico do Projeto Escola é Vida, a autora do Projeto (p. 19 – em anexo) descreve como objetivo geral desenvolver na escola ações que contemplem a Valorização da Vida e a Melhoria da Qualidade de Vida, por meio de reflexão e propostas com participação integrada de toda a comunidade escolar. E ainda discorre sobre os objetivos específicos como sendo:

- Oferecer às escolas da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo condições para o desenvolvimento de projetos de prevenção de Aids e outras DSTs e do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas, amparados por uma política oficial.

De acordo com o primeiro objetivo específico do Projeto Escola é Vida, cabe ressaltar que as entrevistadas discutem esta importância e colocam como extrema necessidade que tais possibilidades ocorram. No entanto, a prática não veio de encontro a esta realidade, ou seja, no momento em que se cria um projeto, é o mesmo tempo em que se leva para extingui-lo.

- Desenvolver uma linha de prevenção que privilegie ações de proteção à saúde integral do adolescente.

A entrevistada Cidinha Carneiro na resposta de nº 9, deixa claro a necessidade de se discutir um projeto que integre todas as ações em torno dos nossos jovens e adolescentes, discutindo ainda o objetivo geral do projeto que vem a ser: Valorização da vida. Entende a entrevistada que ações que contemplem estes aspectos poderiam garantir a saúde de nossos adolescentes.

Entende-se que tais aspectos asseguram um caráter de eficiência nas ações desencadeadas pelo Projeto Escola é Vida. No entanto, isto não o tornou eficaz em sua totalidade, uma vez que deixou de ganhar em outros



fatores como tempo de aplicação do Projeto, longos cursos e pouca aplicação junto a clientela escolar, ou seja, muito tempo para capacitação de profissionais, e pouco espaço para ações junto aos alunos.

- Capacitar Professores e comunidade escolar para planejem, executarem e avaliem ações de prevenção desenvolvidas nas unidades escolares.

De acordo com as entrevistadas, um projeto de queira se tornar eficaz deve contemplar tanto a comunidade escolar como a comunidade na qual a escola se encontra, porém, repete-se um dos entraves quanto a demora das ações junto a estas comunidades.

- Elaborar material de apoio para as ações a serem desenvolvidas nas unidades escolares e na comunidade.

Ainda no segmento das respostas das entrevistadas, o Projeto era eficaz no que diz respeito a este objetivo, pois, discutia os temas com propostas de abrangência no que diz respeito ao preparo do material a ser utilizado na prática do projeto. Ineficaz na aplicação deste material preparado nas Orientações Técnicas, durante os cursos, nos plantões, etc.

- Desenvolver pesquisas que subsidiem as ações do Projeto.

Nenhuma das respostas e tampouco a prática alcançaram este objetivo.

- Transformar a escola num dos pólos irradiadores de ações preventivas do uso indevido de drogas e da prevenção de AIDS e outras DSTs na comunidade.

A intenção deste objetivo é bastante válida. No entanto, a prática do Projeto deixou a desejar, ou seja, mal atingiu a clientela escolar muito menos acabou se tornando a referência da comunidade.

- Integrar as ações preventivas à rotina da escola, garantindo sua continuidade.



Nos parece bastante claro que um dos aspectos que o fez tornar-se ineficaz foi exatamente não ter atingido este objetivo. As ações ficaram muito no nível da capacitação, como já fôra discutido, não atingindo uma integralidade.

- Estimular em todos os segmentos envolvidos uma reflexão mais aprofundada sobre a influência dos aspectos sócio-econômico-culturais no desenvolvimento da instituição e do ser humano; e
- Estimular a atitude participativa da comunidade escolar no equacionamento dos seus problemas.

De acordo com as respostas das entrevistadas com relação a trabalhos participativos e coletivos nas Unidades Escolares, não havia nenhum destes nem antes do projeto e muito menos após o mesmo. As autoras falam a respeito da semente que o projeto plantou sobre a necessidade de um projeto e de um trabalho coletivo e participativo por todos aqueles envolvidos no processo da escola e que somente com o Projeto Escola é Vida, é que se começou a pensar nestes aspectos. É de se salientar que mesmo tendo sido feito alguns ensaios para a viabilidade deste aspecto coletivo, mesmo o projeto deixou para trás tais propostas, devido todas as discussões até aqui elaboradas.

Neste sentido, há que se apontar que um dos grandes fatores para a ineficácia do Projeto escola é Vida, foi a sua não orientação com relação aos objetivos específicos, pois, na prática do projeto, muito pouco se atingiu dos objetivos específicos. Fica evidente diante das entrevistas realizadas e a discussão da prática, que o Projeto perdeu de vista seus objetivos, e ficou preso às ações, sem discutir muito se os estaria ou não atingindo.

No que diz respeito à prática, as ações eram discutidas, porém, os objetivos específicos não eram observados durante a aplicação destas ações. Ficou uma prática pela prática, quando teria que ser o teórico pela prática, ou seja, a teoria antecedente a prática ou, ainda, teoria referendada na prática.



Segundo Vasconcelos (1996, p. 21), discutem-se os problemas da Educação Escolar, com relação à Estrutura da Escola, e suas conclusões vêm de encontro aos dados levantados até agora na pesquisa, ou seja, para o autor um dos fatores que tornam difícil o trabalho do professor em sala de aula é:

"a) falta de um Projeto Político-Pedagógico da escola; b) isolamento da escola com relação à comunidade e aos Movimentos Sociais; c) Burocracia; fragmentação do trabalho; relações formais e autoritárias; falta de participação e transparência na gestão da escola. d) falta de apoio ao trabalho do professor. A escola, está muitas vezes organizada mais em função das facilidades administrativas que das necessidades pedagógicas. e) pouco contato semanal do professor com os alunos. f) falta de espaço constante de reflexão sobre a prática e de formação permanente dos educadores. g) falta de integração professores-equipe técnica-funcionários-direção e entre os diferentes cursos ou períodos; geralmente dentro da mesma escola, existem várias escolinhas".

Todas estas dificuldades com relação à estrutura da escola, sequer discutimos os fatores do Sistema de Ensino, em, relação à família, ao aluno, ao professor, etc. Nota-se o despreparo das escolas em trabalhar o seu cotidiano, muito menos estaria capacitada para discutir e implantar um projeto como o aqui em questão. Tais fatores, predispueram os resultados do Escola é Vida a um fator altíssimo de ineficácia, ainda mais quando este trazia dificuldades da mesma ordem estrutural.

Vasconcellos (1996, p. 23) ao discutir os problemas que dizem respeito ao professor, discorre:

"a) Falta de condições de trabalho: necessidade de sobrecarregar a jornada de trabalho, falta de tempo para preparação das aulas, de estudo, de confecção do próprio material didático, etc. b) formação deficitária; dificuldades em articular teoria e prática: teoria de que dispõe, de modo geral, é abstrata, desvinculada da prática e, por sua vez, a abordagem que faz da prática é superficial, imediatista, não crítica. C) falta de clareza e definição de uma concepção e postura educacional. Ausência



de compreensão de como se dá o conhecimento. D) insegurança, receio de mudar, medo do novo, resistência. Preocupação em ser “problema” para a direção, em ser taxado de não ter controle sobre a turma. E) desesperança, descrédito na educação; acomodação; descompromisso, falta freqüente, etc. F) Dificuldade em “nadar contra a corrente”(Conflito de valores, visões de mundo)”.

Segundo as entrevistas realizadas e em especial da Prof^a Cidinha Carneiro, tais fatores citados pelo autor foram os responsáveis pela rejeição do Projeto, pelos medos e conflitos de todas as ordens com relação ao não eficaz resultado do mesmo. Cabe ressaltar ainda, que apresentamos os fatores de ordem estrutural, pois, se não estaríamos repetindo o discurso da culpa ser do professor. De acordo com o autor acima mencionado e as respostas da entrevistas, estes foram grandes impedimentos para a aplicação da teoria e da prática do projeto, porém, as equipes coordenadoras do projeto também, apresentavam estas mesmas resistências e dificuldades. Acaba se tornando uma “bola de neve”, ou seja, até que se consiga transformar determinadas resistências daqueles que coordenam, surgem outras dificuldades por parte daqueles que são coordenados, e assim por diante. Um projeto que pudesse ter um resultado bastante satisfatório com relação aos objetivos desta pesquisa, deveria ter, no mínimo, um longo prazo de aplicação para possíveis avaliações mais aprofundadas e contar com a não resistência dos fatores estruturais e humanos.

Isto tudo é ainda as dificuldades pedagógicas entre teoria x prática, e o despreparo por parte do professor, Vasconcellos (1996, p. 23), e a mesma dificuldade do Projeto em discutir esta mesma díade, também contribuiu para sua ineficácia.

Outro aspecto, é o de estar lidando com temas polêmicos e de ordem sexual. Eles causam extrema estranheza por parte daqueles incumbidos deste papel de Educar. Se por um lado, a família se encontra despreparada para discutir prevenção com seus filhos, a escola, por sua vez, acaba se eximindo deste papel, delegando-o a terceiros, promovendo palestras. Neste sentido, a proposta do projeto de capacitar o educador para falar a este



respeito com os alunos, vem se contrapor à visão de “palestras”(grifo nosso) em seu cotidiano, sendo que a primeira entrevistada ressaltou este fato através de um comentário crítico. Se viabilizadas as ações do Projeto e se estas ainda estiverem de acordo com os objetivos propostos, tais práticas teriam modificado os resultados aqui apresentados.

Há que salientar que o prazo de abrangência do Projeto Escola é Vida na Região de Araçatuba foi bastante curto para traçar análise dos seus resultados. No entanto, é de se concordar que o trabalho em grupo e as equipes passaram a surgir a partir da implantação do mesmo. Visto isto, não deixa perder o teor dos resultados obtidos até o momento com relação às teorias mencionadas nesta pesquisa, que apontam para as dificuldades porque passa a Educação Brasileira, o que levou aos resultados negativos do Projeto Escola é Vida. Mesmo tendo sido curto o espaço de duração do mesmo, foi possível detectar as causas que o tornaram eficaz ou não, e que aqui estão sendo discutidas.

Segundo a bibliografia utilizada até agora, pudemos constatar que muitos autores discutem tal falta de preparo, desde a formação que as faculdades têm proporcionado aos educadores da rede de ensino, ao descaso pela capacitação e reciclagens dos professores que se encontram nas salas de aulas.

As entrevistadas discutem estes aspectos, dando como justificativa, a falta de um real reconhecimento do que vem a ser o papel da Educação e do Educador, assim, como a bibliografia por ele consultada – como um formador de idéias e não um mero passador de conteúdos.

De acordo com a tabela (pgs. 10 e 11), 28.800 professores foram capacitados pelo Projeto Escola é Vida no Estado de São Paulo. A partir das entrevistas, mesmo havendo outros projetos subsequentes a este, pouco se fala a respeito de prevenção da AIDS ou drogas na escolas públicas do Estado.

Ao se pensar em um projeto como o em questão, uma das grandes falhas a este respeito refere-se à condição do curto espaço de tempo e a



conseqüente demora em atingir o aluno, sendo que a maior parte do tempo foi gasto na preparação dos coordenadores do projeto.

Com relação ao tema, houve resistências por parte de todos aqueles envolvidos no Ensino, e, segundo as entrevistadas, fôra um dos grandes motivos de impedimento para o alcance do projeto em todos os segmentos escolares e, principalmente o alvo central do mesmo: o aluno.

4.2.2.2. Resistências locais

Elizete da Costa Torres, docente da Faculdade de Ciências Exatas de Ilheus, Bahia, e Magda Maria da Silva, Professora de Pedagogia, da Faculdade de Ciências Exatas de Ilheus, Bahia, foram as entrevistadas para o estudo de caso.

Elizete da Costa Torres, 40 anos, casada, com dois filhos.

Magda Maria da Silva, 40 anos.

Magda Maria da Silva, casada.

Magda Maria da Silva, casada.

Magda Maria da Silva, casada.

A primeira resistência local foi a falta de interesse dos alunos em participar do projeto, o que foi observado em todas as escolas.

Segunda resistência local foi a falta de interesse dos professores em participar do projeto, o que foi observado em todas as escolas.

Terceira resistência local foi a falta de interesse dos coordenadores de projeto em participar do projeto, o que foi observado em todas as escolas.

Quarta resistência local foi a falta de interesse dos pais em participar do projeto, o que foi observado em todas as escolas.



6.1 – CONTEÚDO DAS AVALIAÇÕES

Plantões programados:

Temas: Adolescência – lutos, perdas, identidade, etc.

Apresentação do Projeto Escola é Vida

Desenvolvimento Infantil

Alunos da Escola Técnica Agrícola de Andradina, da Centro Específico de Formação para o Magistério (alunos do 4º ano), Professores da Pré-escola, alunos do 4º ano do HEM (Habilitação no Magistério) e grupo jovem da Igreja de Nova Independência – SP.

Duração: uma média de 3 à 4 horas cada encontro.

Nº de Alunos: 136

Nº de professores: 17

Nº de diretores e vices: 4

Nº pessoal de apoio: 5

A reunião foi ótima e esperamos uma nova volta para continuarmos a falar da adolescência.

Sentimos a necessidade de conhecimentos pedagógicos, ou seja, sobre didáticas, pois, o método que o projeto se utiliza é muito bom, e nos deixou muito a vontade para falarmos a respeito dos temas discutidos.

Gostei muito, e considero a reunião como ótima. Muitas amarras foram quebradas, principalmente as metodológicas. Não queremos somente uma reunião destas, mas sim, um curso sobre o tema aqui discutido – temas do projeto.

Foi uma reunião muito boa e gostaríamos que ela se repetisse, pois, discutir o tema adolescência nos faz rever nossa própria vivência ou melhor entender o momento que estamos vivenciando. Melhor de tudo isto é saber o quanto nós temos que conhecer e falar sobre este tema, para podermos



entender melhor o jovem. Tudo isto nos trouxe uma abertura melhor com o trabalho que iremos desenvolver quando nos formarmos para professores, pois, estaremos melhor preparados para lidar com as crianças.

As avaliações não traziam dados muitos precisos sobre aquilo que estamos investigando neste trabalho, no entanto, é de se notar que o Projeto Escola é Vida agradava bastante os alunos, pois, responderam de forma quase que unânime que as reuniões foram ótimas e que desejavam que continuássemos a repetir as reuniões.

É bom deixar claro que a única maneira que o Projeto na Região de Andradina fora trabalhado junto aos alunos da Rede de Ensino, foi através destas reuniões, ou seja, em sua maioria para apresentação do projeto e discussão sobre o tema adolescência. Não foi possível nenhuma avaliação que pudéssemos entender a eficácia ou não em termos do resultado do Projeto junto aos alunos, mas, nota-se que fora um projeto que agradava e ia de encontro às expectativas que os jovens tinham enquanto necessidades de discussão.

Orientação técnica para Professores Capacitados

Nº de Professores: 18

Duração: 4 horas

1 – Por que você resolveu participar deste evento?

Para melhorar meus conhecimentos e tentar fazer algo novo e certo com mais segurança, e, ajudar nossas crianças. Para resolver dúvidas a respeito de planos do projeto e aprofundamento. Retomar algumas metas do projeto com mais profundidade.

2 – Diga duas coisas que você mais gostou neste evento?

Começar a aprender como fazer um plano de discussões dos temas do projeto. Um reencontro com os colegas e aprender sobre novas didáticas.



3 – Diga duas coisas que você menos gostou.

Descobri que não estou pronta para assumir tantas obrigações. Surgimento de tantas dúvidas sobre estas novas didáticas. O tempo foi muito curto.

4 – Na sua opinião o evento foi:

Ótimo

5 – Você gostou da maneira como foi dado e trabalhado os temas?

A maioria respondeu que sim.

6 - O evento trouxe contribuições Positivas para o desenvolvimento do seu trabalho?

Uma troca de experiências que enriqueceu bastante o meu trabalho. Estarei muito atenta ao que farei e principalmente para repensar os planos e sua aplicação. Foi bom os relacionamento com os colegas, isto, sempre nos enriquece e traz contribuições para o nosso dia-a-dia. Uma oportunidade de aprender mais.

7 – Dê uma nota de 0 à 10 para os coordenadores.

A maioria respondeu nota 10 (12 pessoas), 1 – nota 8 e 5 nota 9.

8 - O curso atendeu ao que você esperava dele?

17 pessoas responderam que sim e 1 disse não

De maneira empírica, enquanto coordenador do Projeto Escola é Vida, os cursos em sua maioria agradavam bastante os professores, e sanavam dúvidas que tinham com relação aos temas propostos pelo Projeto. Nesta orientação técnica, notamos o quanto eles tinham necessidade de se pensar no como discutir temas que fugiam ao domínio e conhecimento da maioria, pois, estavam preocupados em discutir os métodos e aplicação dos planos de trabalho junto aos alunos.



Em sua maioria, todos responderam que fora ótimo a orientação técnica e a maneira como era trabalhado os temas. Consideravam as reuniões como ótimas.

Ao discutirmos as entrevistas com os alunos, notamos, como foi importante para eles que tivessem professores que soubessem discutir e falar a linguagem que eles entendem, ou seja, discutir questões polêmicas de maneira aberta e consciente, sem o cunho do preconceito, do medo, etc.

O Projeto pretendia exatamente isto com os cursos de capacitação. Preparar os professores para uma linguagem que fosse de encontro às expectativas dos alunos.

Se repensarmos a proposta e o objetivo deste trabalho, chegaremos a conclusão de que o projeto tornou-se ineficaz muito mais com relação ao tempo em que se gastou para a capacitação dos professores, do que com relação a forma como ela era trabalhado.

Notamos que tanto aluno como professores, sentiam e sentem a necessidade de um projeto que discuta temas polêmicos, como fora o Projeto Escola é Vida, mas, que para isto tenha um método diferenciado do contexto da sala de aula (de acordo com os dados das entrevistas e material de avaliações), e, o Projeto Escola é Vida, sem dúvida alguma ia de encontro a esta necessidade, o que tornava-o bastante eficaz em suas propostas.

Com relação a discussão do Tema AIDS, ficou para nós bastante claro, que sua ineficiência estava em querer discutir este tema com base em métodos e conhecimentos advindos de outros projetos, ou melhor, utilizar-se de uma mesma técnica preventiva aplicada à questão da prevenção às drogas. Discutir a dinâmica do drogado, do tráfico, etc. é bastante diferente que discutir uma questão de saúde pública, mesmo que tenha uma certa relação com os dependentes de drogas injetáveis, a contaminação pelo vírus HIV, não se resume somente a esta forma, e, não é possível aplicar técnicas preventivas às drogas à questões como sexo seguro, transfusão de sangue, transmissão vertical (Mãe x filho), etc.



Mesmo que o projeto tivesse entendido, como foi, a necessidade de se discutir AIDS, dado o momento atual e sua relação com o uso de drogas, talvez devesse ter repensado um método mais específico para a discussão do tema, ou quem sabe, criar outras equipes de trabalho para a discussão do tema AIDS. A mistura não foi muito feliz, o que tornou ineficaz a sua aplicação na discussão desta temática.

Por estas considerações, esperamos encontrar outros e novos caminhos para a discussão deste tema, e que possamos repensar a questão da AIDS de maneira específica.



7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados apresentados neste trabalho, observamos que os programas que a Secretaria da Educação tomava para as discussões nas escolas eram, em sua maioria, advindos de outras secretarias, e, os modelos preventivos adotados também utilizados e discutidos para outros fins. Desta feita, de acordo com nossa pesquisa, observamos que o projeto Escola é Vida também acabou por repetir o mesmo processo, ou seja, adotou os modelos preventivos utilizados ao uso indevido de drogas para discutir uma prevenção à AIDS.

Este fato desencadeou uma leitura não específica da realidade e do contexto no qual nossos adolescentes se encontram, pois, não foi possível discutir e obter resultados positivos que viessem de encontro a uma mudança de postura por parte de nossos adolescentes, uma vez que falar de AIDS faz parte de uma outra leitura, um outro modelo, um outro discurso.

A temática AIDS, nos remete ao contexto da sexualidade, e, mesmo que o Projeto viesse a discutir este tema, não teria como relação estreita o motivo com a proposta inicial, que seria o de prevenção às drogas.

Resgatando os objetivos do Projeto, notamos um dado bastante relevante no sentido de serem propostas que vêm de cima para baixo, ou seja, não fora consultado o fim da proposta (os alunos) para saber de seus interesses, vontades, ou até mesmo, qual a linguagem que eles gostariam de poder falar. Tais fatos acabaram por surtir resultados nada positivos, mesmo com todo o aparato metodológico e didático do projeto, não foi suficiente para ter uma linguagem mais acessível ao jovem. Tais fatos são constatados pelas entrevistas junto aos alunos, pois, se queixam da falta de uma linguagem mais aberta e transparente, deixando de lado o jogo da falsa moral e do preconceito, úteis para a discussão de questões tão polêmicas como as propostas pelo Projeto.



O Projeto Escola é Vida, tinha esta preocupação, mas, deixou de ouvir, para querer falar muito. Completando este raciocínio, podemos concluir que o despreparo do educador em lidar com os temas, contribui bastante para justificar os pontos ineficazes do Projeto. Seria preciso ter compreendido melhor os limites que estes educadores tinham, para adaptar uma linguagem mais acessível à compreensão dos mesmos.

A experiência de ter sido membro da Equipe Volante da Região de Andradina, me apontou para esta leitura, pois, muitas vezes, ao avaliar os cursos e reuniões, tínhamos uma resposta pouco favorável do educador, os quais, não conseguiam fazer e pensar planos de ações junto aos alunos, dado o seu desconhecimento. Mesmo que levássemos as informações dos temas com uma didática bem estruturada e preparada, ao se defrontarem com a realidade do cotidiano da escola, é como se eles não tivessem tido quaisquer informações.

Outros fatores que vieram cooperar para aspectos ineficazes do projeto foram os medos, preconceitos e resistências dos educadores em lidar com temas polêmicos, e este fato era constatado até pela própria equipe responsável pelo Projeto (Equipe Volante). Nas entrevistas com os coordenadores, este fato aparece de forma clara e evidente, pois, mesmo que tivessem tido todos os cursos de capacitação, discussões coletivas enquanto equipe de trabalho, supervisões, etc. Tal equipe não estava amadurecida para lidar com os temas do projeto.

É preciso mudar posturas ultrapassadas para podermos pensar um projeto que venha discutir estas questões. No entanto, a medida não é somente capacitar, mas, repensar a seleção de profissionais ou pessoas para este trabalho. Não estou falando de competência, mas, de perfil.

De acordo com as entrevistas com os alunos notamos que os profissionais que discutem estes temas, ainda que de maneira superficial, não têm perfil para isto. Acabam discutindo os temas de maneira científica, quando na realidade, são temas que estão muito mais relacionados com o imaginário e o emocional da população, do que somente as formas de contágio, etc.



Chegamos à conclusão de que a escola como um todo, está totalmente despreparada para discutir questões preventivas em saúde. Acabam por elaborar projetos deste cunho, e os reverterem em atividades secundárias em sua dinâmica do dia-a-dia. Se houver oportunidade, as quais em sua maioria são poucas, então faz-se referências ao objetivo das propostas preventivas.

As escolas estão presas em sua maioria a questões meramente curriculares, deixando de lado a formação do sujeito como um todo e para a vida. Isto acaba por remeter o papel da prevenção e discussão de temas polêmicos à algumas disciplinas de biologia, o que não consegue encerrar e abranger a problemática social na qual o aluno se encontra.

No resgate das entrevistas com os alunos podemos notar a falta de informação com relação aos temas e problemas que enfrentamos na atualidade, pois, com relação à AIDS, ainda trazem o conceito de doença como um fato alarmante, irreversível, de extrema conseqüência, ou seja, sem haver distinção, de acordo com o próprio depoimento “estar com AIDS” é não poder ser um cidadão comum e sim condenado à morte prévia.

Outro dado bastante considerável são o das aulas serem insuficientes, pois, remetem-nos à questão do currículo. Segundo os entrevistados, o papel de discutir estas questões de saúde e sociedade, deveriam ser de responsabilidade de todos os segmentos e disciplinas na escola. Neste sentido, podemos afirmar como eficaz a proposta do Projeto Escola é Vida, pois, ele entendia esta mesma necessidade para uma mudança de postura por parte de nossos adolescentes frente aos problemas do contágio da Aids e do uso indevido de drogas.

Para o entrevistado, Jefferson, por exemplo, o culpado é o próprio jovem, que tem a informação, mas, não tem uma postura diferenciada quanto à prevenção da AIDS. Aqui cabe ressaltar a ineficácia das escolas em conduzir uma discussão que se tornasse eficaz no auxílio e compreensão do aluno com relação a esta nova postura diante de uma outra realidade, em tempos



de AIDS, pois, de acordo com a proposta pedagógica de ensino, o conhecimento tornou-se mecânico.

Mesmo que o jovem tenha muitas informações a respeito do perigo do contágio do vírus HIV, estas informações ficaram no limiar do automatismo, não surtindo reflexões filosóficas/educativas em nível social, ou seja, não se limita ao âmbito social, ficando apenas no pessoal. Desta forma, se tiver o preservativo nas mãos, o jovem pode até usá-lo. Caso contrário, se não houve reflexão, cabe ser automático e viril!

Em resumo, acredito que tenhamos que repensar um projeto que venha a ser específico para a demanda da AIDS, que leve em consideração a realidade dos nossos adolescentes. Poderia até mesmo sugerir que ao invés de cursos de capacitação para professores, fossem oferecidos também para os alunos. Assim, estaríamos pensando numa proposta coletiva onde todos teriam o seu papel de educar e serem educados.



8 - BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rubem. AIDS. Revista - Tempo e Presença. 1995.
- ARICÓ, Maurício. AIDS – Mitos e Verdades. São Paulo: Ícone. 2ª ed., 1991(mimeo).
- ABERASTURY, Arminda. Adolescência Normal. São Paulo: Artes Médicas, 1964.
- AYRES, José Ricardo de C.M. Vulnerabilidade e Aids: Para uma Resposta Social à Epidemia. Boletim Epidemiológico. São Paulo, 1997. Pgs. 02-03.
- BECKER, Daniel. O que é adolescência?. São Paulo: Brasiliense. 10º ed., 1993.
- BLOUIN, Claude-B. AIDS: Informação e Prevenção: imprensa e medicina em busca de respostas. São Paulo: Sumus, 1987.
- BUCHER, Richard. A abordagem preventiva - in As Drogas e a Vida: uma abordagem Biopsicossocial. São Paulo: E.P.U., 1992.
- BUCHER, Richard. A ética da prevenção. in: Psic. Teor. E Pesq. Brasília: 1992. Vol. 8 no. 3.
- CARLINI-COTRIM, B., PINSKY. "Prevenção ao abuso de drogas na escola: uma revisão da literatura internacional recente". in Caderno de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Ed. Cortez (69): 48/52, maio, 1989.
- CARLINI E., CARLINI-COTRIM B., SILVA-FILHO, A.R. e BARBOSA, M.T.S. Consumo de Drogas Psicotrópicas no Brasil, em 1987, Brasília: Ministério da Saúde. 1989.
- CHAMMÉ, Sebastião Jorge. Modos e Modas da Doença e do corpo. Saúde e Sociedade. 5 (2) 61-76, 1996.
- CHARBONNEAU, Paul-Eugène. AIDS prevenção, escola. São Paulo: Paulus, 1987.



Comission Sociale de L'Episcopat (France) SIDA: a sociedade em questão/Comissão Social do Episcopado. Petrópolis: R. J. Vozes 1996.

COSTA, Moacir.- Sexualidade na Adolescência - dilemas e crescimento. 1991. (mimeo)

CZERESNIA, DINA Org. AIDS pesquisa social e educação. São Paulo: Hucitec/Abrasco. 1995.

DANIEL, H. A AIDS e a Escola – nem indiferença, nem discriminação – in Boletim da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. São Paulo: 1993.

DAVIS, C, e Oliveira. Z. Psicologia na Educação. (A Teoria de Vygotski). São Paulo: Cortez.

DEMO, Pedro. Sociologia: uma introdução crítica, 2ª ed., São Paulo: Atlas, 1987.

DUARTE, Newton. A individualidade para si. Contribuição histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: UNICAMP. 1993.

FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre Alfabetização. 24ª.ed São Paulo: Cortez. 1995.

FLEURY, Nair Passos. 1994. Projeto Escola é Vida. Boletim da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e ou. São Paulo: 7-43.

FREIRE, Paulo. Alfabetização e Cidadania. Revista Educação Municipal. São Paulo: Cortez., 1988.

FUSARI, José Cerchi. A Construção da Proposta Educacional e do Trabalho Coletivo na Unidade Escolar. Secretaria de Estado da Educação e Fundação para o desenvolvimento do Ensino. São Paulo: 1992.



GOLDEMBERG, José e Jatene, Adib. 1992 Portaria Interministerial nº 796, de 29 de Maio de 1992. Diário Oficial da União, de 3 de Junho de 1992. Distrito Federal: Pg. 7-8.

GADOTTI Moacir. Educação e Poder. Introdução à Pedagogia do Conflito. São Paulo: Cortez. 1982.

LEONTIEV, Alexis. Educação Escolar e a vida cotidiana. in: O Desenvolvimento do Psiquismo. Lisboa: Horizonte Universitário. 1978.

LINDZEY, Hall. Teorias da Personalidade. São Paulo: E.P.U. 18º ed. 1984.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1992.

PATTO, Maria Helena Souza. Introdução à Psicologia Escolar. São Paulo: TAO. 1981.

PERES, Camila Alves Perspectivas e dificuldades no trabalho de Educação para a prevenção do HIV/AIDS. Núcleo de Estudos para a Prevenção de AIDS (NEPAIDS/USP).

PROJETO ESCOLA É VIDA:

_____. Aspectos Básicos para a Informação. A natureza do vírus. in: PROJETO ESCOLA É VIDA, SEE, São Paulo: 1991 (mimeo).

_____. Agente Etiológico. in: PROJETO ESCOLA É VIDA, SEE, São Paulo: 1991 (mimeo).

_____. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. A AIDS e a Escola: nem indiferença nem discriminação. in: PROJETO ESCOLA É VIDA, SEE. São Paulo: 1993. (mimeo).

_____. "Breve história da AIDS". in: PROJETO ESCOLA É VIDA, SEE., São Paulo: 1991 (mimeo).

_____. CHIPKEVICH, Eugênio. O adolescente e seu corpo. in: PROJETO ESCOLA É VIDA, SEE. São Paulo: 1991 (mimeo)



_____ Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo. Programa Permanente de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas. O Processo de Planejamento. in: PROJETO ESCOLA É VIDA, SEE, São Paulo: 1992. (mimeo).

_____ GAUDÊNCIO, Paulo. A adolescência está esticando, esticando... in: PROJETO ESCOLA É VIDA., SEE, São Paulo: 1991 (mimeo)

_____ MASUR, Jandira. Pesquisadora do Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina. in: PROJETO ESCOLA É VIDA., SEE, São Paulo: 1991 (mimeo).

_____ OSÓRIO, Luiz Carlos. O que é adolescência, afinal?. in: PROJETO ESCOLA É VIDA., SEE, São Paulo: 1991. pg. 10-13 (mimeo).

_____ RIBEIRO, Claudete. A adolescência: um mosaico de crises. in: PROJETO ESCOLA É VIDA., SEE, São Paulo: 1991 (mimeo)

_____ Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Proposta Educacional in: Escola e Proposta Educacional: currículo e avaliação. in: PROJETO ESCOLA É VIDA, SE/CENP. SEE, São Paulo: 1992 (mimeo). . P/5-16

_____ TAKIUTI, Albertina Duarte. Atendimento na rede básica de saúde. in: PROJETO ESCOLA É VIDA., SEE, São Paulo: 1991 (mimeo).

_____ "Tudo o que você sempre quis saber sobre a AIDS, e não tinha coragem de Perguntar. in: PROJETO ESCOLA É VIDA, SEE. São Paulo: 1991 (mimeo).

_____ VYGOTSKI, In: PROJETO ESCOLA É VIDA., SEE. São Paulo: 1991. pg. 49-54. (mimeo).

SANTOS, Magaly T. e MASUR, Jandira. Drogas. Revista de Ensino de Ciências. São Paulo: 1989. nº 22.



SÃO PAULO, Secretaria da Educação. Boletim – Prevenção Também se Ensina. 1998.

SOARES, Cássia Baldini. Tese de Doutorado – Adolescentes, drogas e AIDS: avaliando a prevenção e levantamento necessidades. São Paulo: USP. 1997.

SOARES, Lauro Frank Faleiros e outros. Educação, a Vacina contra a AIDS. 2º ed. São Paulo: SE/COGSP/CEI;FDE/Diretoria Proj. Especiais, 1988.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Para onde vai o Professor? São Paulo: Libertad. 5º ed. 1996.

VIANNA, Ilca ° de Almeida. Planejamento Participativo na Escola. São Paulo: E.P.U.1986.



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA PERMANENTE DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS



ESCOLA É VIDA



GOVERNO DE SÃO PAULO
CONSTRUINDO UM FUTURO MELHOR

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROGRAMA PERMANENTE DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS

PROJETO ESCOLA É VIDA

SÃO PAULO, 1994



ÍNDICE

Apresentação.....	03
Histórico.....	07
Introdução.....	08
Justificativa.....	17
Princípios Básicos.....	18
Objetivos.....	19
Estratégias.....	20
Níveis de Atuação.....	20
Etapas.....	26
Unidade Experimental.....	41
Avaliação.....	42
Bibliografia.....	45

GC305993



Apresentação

Em outubro de 1991, o Governo do Estado de São Paulo lançou o Programa Permanente de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, graças à vontade política do Governador Fleury, que considerou fundamental reunir a sociedade e o governo em torno de ações preventivas ao uso indevido de drogas, através da mobilização consciente da comunidade.

O Projeto Escola é Vida, da Secretaria de Estado da Educação - que integra este Programa com mais onze Secretarias de Estado - capacita educadores e funcionários da rede pública para que estes desenvolvam ações de caráter preventivo nas unidades escolares da rede de ensino oficial. Com isso, busca não só incentivar a criação de hábitos saudáveis na população, como também resgatar o papel do professor no processo de formação da criança e do adolescente.

Está claro que os resultados só poderão ser avaliados a médio e longo prazos, não entanto, as bases para que esses resultados sejam positivos já foram lançadas. O Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, órgão coordenador e articulador da política social do governo paulista, agradece aos assessores, técnicos e professores da Secretaria da Educação, que têm levado o Programa com tanto entusiasmo, e reforça a certeza de que este é o caminho a seguir.

Nair Passos Fleury
Presidente do Fundo Social de
Solidariedade do Estado de
São Paulo.



Apresentação

O Projeto **Escola é Vida** representa a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo no Programa Permanente de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, desenvolvido em onze Secretarias de Estado, e tem por objetivo capacitar educadores da Rede Pública Estadual na implementação de projetos de educação preventiva em suas unidades escolares.

Seu fio condutor autoriza afirmar que nele reside a certeza de que a Escola tem grande responsabilidade na formação do indivíduo e que deve abrir espaço para a comunidade, tendo em vista debates de questões que levem em conta os fatores de ordem biológica, psicológica, social, econômica e política na busca de soluções concretas para os problemas da atualidade.

Dessa perspectiva, o Projeto tem como alvo a (re)valorização do professor (cuja intermediação e articulação são imprescindíveis para o curso dos trabalhos) e o estímulo ao restabelecimento da solidariedade nas relações humanas.

O grande beneficiário do Projeto **Escola é Vida** é o aluno que deixa de ser observador do processo de aprendizagem e é alçado à posição de sujeito da construção do seu conhecimento e da sua história. Torna-se, pois, o responsável por sua própria felicidade, quer no presente, quer no futuro.

A fim de manter a coerência dos seus propósitos, a Equipe de Coordenação do Projeto **Escola é Vida** adotou como princípio a co-responsabilidade no desenvolvimento de todas as suas ações. Assim, a implantação, a manutenção e o sucesso do Projeto pressupõem o investimento e a confiança em seus participantes, do gerente ao pai de aluno, ou seja, cabe a cada um e a todos tanto a imagem quanto os resultados que ele venha a alcançar.

É essa co-responsabilidade que garante a continuidade do Projeto para além de todo pressuposto ideológico e de todo e qualquer preconceito.

José Carlos Bortolato
Coordenador Geral do
Projeto **Escola é Vida**

GC305993



I - HISTÓRICO

O Projeto Escola é Vida é produto de um trabalho desenvolvido pela 12ª Delegacia de Ensino da cidade de São Paulo - o Projeto Adolescente - que tinha por objetivo capacitar professores e funcionários das escolas, a fim de desenvolverem ações preventivas voltadas para a Valorização da Vida.

O Projeto Adolescente foi iniciado em 1982 na EEPG Arthur Guimarães e, em 1985, passou a fazer parte do Plano de Trabalho Anual - PTA - da 12ª Delegacia de Ensino da DRECAP-3, abrangendo doze unidades escolares. Em 1991, devido aos resultados positivos obtidos, serviu de modelo para o Projeto Escola é Vida que representa oficialmente a Secretaria da Educação do Estado no Programa Permanente de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas do Governo do Estado de São Paulo - Decreto nº 34.074, de 21/10/91. A 12ª DE passa a ser, então, sua Unidade Experimental, atingindo outras 20 unidades escolares.



II - INTRODUÇÃO

A escola talvez seja uma das instituições mais requisitadas pela comunidade para auxiliar em diferentes ações, sendo cobrada a apresentar resultados sempre imediatos. Sua adequação às exigências da sociedade moderna suscita constante discussão: alguns defendem uma postura mais rígida e informativa enquanto outros são favoráveis a uma postura mais voltada para a formação integral da criança e do adolescente.

Esta é a nossa posição, pois acreditamos na força da instituição e no seu potencial transformador, sem ignorarmos, entretanto a necessidade da escola rever sua prática.

A escola precisa refletir sobre as suas contradições, objetivar sua visão de homem para, assim, poder atender tanto o humano particular - garantindo espaço para que as individualidades se manifestem - quanto o humano genérico - possibilitando transformações que possam resultar no maior desenvolvimento do aluno como um ser integral. Tal atendimento integral só será possível com a participação efetiva, através de debates, críticas, posicionamentos individuais, coletivos e cooperações. Para atender essas exigências, as relações inter e intra-pessoais precisam ser revistas e muito bem cuidadas. É preciso que o outro, o aluno, deixe de ser objeto e passe a ser o objetivo das ações e o sujeito do processo.

É vendo a escola como possibilitadora do desenvolvimento do ser humano integral que mais recentemente se fala na adoção de uma postura voltada para a Valorização da Vida. O significado amplo, dialético e integrador dessa postura leva os diferentes segmentos da comunidade escolar a trabalhar ~~em~~ não só o aspecto cognitivo mas com a totalidade dinâmica do aluno. Assim, não só a informação ou os conhecimentos técnicos e científicos são importantes para o seu desenvolvimento; suas emoções, sentimentos e valores também necessitam de espaço para manifestação e a escola deve estar atenta para garanti-lo.



Esse atendimento ao aluno integral implica em ações preventivas amplas, tais como: a alienação, através da estimulação à crítica e à participação; a riscos físicos, sociais e psicológicos, através de informações, espaços para críticas, da facilitação à realização de "projetos de vida pessoais e coletivos"¹, enfim, de tantos outros fatores quanto os de riscos à integridade da vida física, psíquica e social. E é por conta disso que a escola está sendo apontada pela Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura - UNESCO - como o espaço mais adequado para desenvolver ações preventivas, voltadas para a melhoria da Qualidade de Vida.

Dentro da escola, o adolescente em particular é considerado como população-alvo de cuidados, devido às transformações que está vivendo e que interferem na formação da sua auto-imagem, da sua auto-estima, na sua percepção do mundo, o que resulta em modificação das relações que estabelece com as pessoas. Impelido a "encontrar" a identidade adulta, ele se expõe a maiores riscos, uma vez que se sente com força para "controlar e modificar o mundo".

Outro fato marcante nesse processo é a capacidade de lidar com o pensamento abstrato, fato ainda novo e estimulante que lhe confere a "onipotência do pensamento"; pensar tem o mesmo significado de agir. Essa onipotência é ambivalente, pois ao mesmo tempo que o faz sentir-se forte - sentimento positivo para a estruturação da personalidade - torna-o frágil para enfrentar algumas situações por "afastá-lo" da realidade, levando-o a não perceber seus limites. É comum o adolescente expor-se a riscos de acidentes, ao sexo não-seguro, ao contato com as drogas, por sentir-se capaz de dominar os acontecimentos: "comigo não acontece", "paro a hora que quiser".

Família e escola são sempre importantes e tanto uma quanto a outra dispõem, de espaço oficial e afetivo para orientar o jovem; mas esses dois segmentos sociais estão despreparados para lidar com a adolescência, principalmente quando a ela se relacionam problemas de drogas, sexualidade e AIDS. Em levantamento feito pelo Projeto Adolescente, da 12ª Delegacia de Ensino - DRECAP 3 (1990) - 85% de 345 professores questionados afirmaram não se sentirem preparados para dar orientação sobre esses temas. Este é um assunto que merece reflexão, ainda mais que vem acompanhado de dados de outro

¹ BUCHER, R.- *Drogas e drogadição no Brasil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982. GC305993



levantamento feito no mesmo ano com 7.500 alunos de 5ª série do 1º grau a 3ª série do 2º grau, participantes do Projeto Adolescente, aos quais foi solicitada a indicação de temas que gostariam de discutir com seus professores. O resultado apontou para a **Sexualidade** em primeiro lugar, seguido de **Relacionamento Humano**, **AIDS** e **Drogas**. Esses dados confirmam que Sexualidade, Drogas e AIDS são temas de interesse dos alunos e que grande parte dos professores não se sente preparados para abordá-los.

O "despreparo" alegado pelos professores passa pela questão da formação que receberam nas Faculdades, baseada na maioria das vezes em informações científicas que raramente enfocam o receptor final, o aluno, o que dificulta o desempenho de suas funções. Os cursos universitários parecem estar voltados para um "aluno cognitivo descontextualizado", sem problemas, sem pressões sociais, sem sentimentos, sem desejos, sem adolescência. É legítimo supor que tal distanciamento do aluno real tenha grande responsabilidade no fracasso escolar de muitos deles.

ADOLESCÊNCIA, ESCOLA E A QUESTÃO DO USO INDEVIDO DE DROGAS

O uso indevido de drogas psicotrópicas vem crescendo nas últimas décadas, principalmente entre adolescentes e jovens adultos. No Brasil, pesquisas realizadas em dez capitais entre estudantes de 1º e 2º graus, em 1987 e 1989 apontam para o aumento do uso de drogas lícitas e ilícitas².

Esses dados e a própria experiência escolar deixam claro que a escola tem de encarar o problema de frente, estando disposta a adequar sua prática às reais necessidades deste fim de século, dentro do contexto sócio-econômico específico em que vivemos.

Se a nossa sociedade favorece e incentiva o consumo de drogas os educadores têm o dever de auxiliar o jovem a suportar sua pressão, ou melhor ainda, a modificá-la.

² CARLINI, E. A. et al. . *II Levantamento Nacional sobre o Uso de Psicotrópico em Estudantes de São Paulo*. CEBRID - Escola Paulista de Medicina, 1989. 1º e 2º graus. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas.
GC305993



É importante que se tenha claro que o uso de drogas faz parte da história da humanidade, enquanto parte das necessidades do homem de vivenciar estados alterados de consciência. Esta dimensão certamente nunca será eliminada, mas tem que ser colocada a serviço do homem. Para tanto, é preciso que não a neguemos, caso queiramos reforçar os fatores de proteção à qualidade de vida dos jovens.

Até pouco tempo atrás, a abordagem do tema se restringia às ações policiais (repressão) e médicas (tratamento), as quais se mostraram insuficientes. Policiais e médicos, além da repressão e do tratamento, faziam palestras isoladas, sempre mantendo o discurso repressivo ou clínico.

Já em 1970, a UNESCO apontou a urgência de se desenvolverem programas de prevenção ao uso indevido de drogas e, em 1972, elegeu a educação como meio privilegiado para cumprir esta tarefa³. Passados mais de 20 anos, no Brasil, a escola ainda não se preparou para assumir tal função e vem sendo cada vez mais cobrada pelas forças vivas da sociedade organizada, na busca de atuação preventiva junto a seus alunos.

É bem verdade que algumas iniciativas isoladas foram tentadas, mas sem resultados positivos cientificamente comprovados. Cotrim,⁴ em seus estudos demonstra que, nessas tentativas de prevenção, o enfoque era centrado na droga e isso direcionava a escola não a fazer prevenção, mas a detectar usuários, apoiado em um discurso emocional e moralista.

Nos últimos cinco anos, percebe-se um movimento no sentido de estabelecer uma política oficial de prevenção ao uso indevido de drogas. Em 1990, o Ministro da Educação da época convidou especialistas para elaborar um programa de prevenção que recebeu o nome de Valorização da Vida. Em 1992, o MEC reuniu em Brasília técnicos e especialistas da área, a fim de estabelecer diretrizes para uma política nacional de prevenção, nas escolas públicas de 1º e 2º graus. No entanto, a grande dificuldade é a efetiva implantação dessas propostas:

³ BUCHER, R. "A abordagem preventiva". In *As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial*. São Paulo. EPU, 1988.

⁴ COTRIM, B.H.C. *A escola e as drogas: realidade brasileira e contexto internacional*. Tese de Doutorado, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992. GC305993



elas existem, mas não saem das tramitações burocráticas, mesmo havendo recursos disponíveis.

Em decorrência da ausência de políticas públicas oficiais, os educadores continuam sem recursos técnicos e humanos para responder à pressão social e às solicitações dos alunos para um trato adequado do tema. Assim, professores e diretores, inseguros, têm recorrido a pessoas estranhas à escola solicitando palestras ou cursos, sem a devida contextualização no âmbito escolar.

A ineficácia desse tipo de intervenção já foi comprovada podendo, inclusive, provocar efeitos contrários aos esperados, como, por exemplo, suscitar a curiosidade de alunos para o consumo de drogas. Além disso, palestras sem continuidade de ações programadas e sistemáticas dão a falsa sensação de se estar fazendo prevenção.

Para se desenvolver um projeto de prevenção propriamente dito, é necessário um programa integrado, que atinja todos os segmentos da comunidade escolar⁵, de forma a prepará-la para lidar melhor com as questões relativas à adolescência, incluindo assuntos como sexualidade, drogas e AIDS.

Uma série de levantamentos mostra a dificuldade de realizar uma prevenção efetiva e que centrar as ações preventivas na droga é pouco eficaz. Como exemplo, basta citar a teoria de amedrontamento que tem se mostrado ineficiente, bem como a transmissão de simples informações científicas sobre o uso de drogas psicotrópicas⁶. O ideal é que estas informações sejam fornecidas em um contexto em que haja uma relação afetiva, em que o professor tenha um bom relacionamento com seus alunos. Além disso, é importante que todos os membros da escola tenham um comportamento coerente com relação ao assunto, ademais, ela tem que oferecer como alternativa para seus alunos atividades prazerosas, com possibilidades de desenvolver a criatividade e a participação social. O desenvolvimento de temas que falem do respeito pelo meio ambiente, pela saúde e pelo outro, no sentido de uma ampla ecologia

⁵ Por comunidade escolar estamos nos referindo a: alunos, dirigentes, educadores, funcionários administrativos e pais e alunos.

⁶ CARLINI-COTRIM, B. e PINSKY, I., "Prevenção ao Abuso de Drogas na Escola: uma revisão da literatura internacional recente." São Paulo: Cad. Pesq. 1989, 69:48-52.
GC305993



fatores de risco e dos fatores protetores que poderão afastar o jovem do uso indevido de drogas.

ADOLESCÊNCIA, ESCOLA E SEXUALIDADE

Com relação à sexualidade, a escola precisa rever uma série de fatores que determinam sua atuação. É de fundamental importância que a sexualidade da criança e do adolescente não seja negada, possibilitando um preparo adequado para a vida adulta.

Mais uma vez, o despreparo de grande parte dos educadores faz com que a questão da sexualidade seja vivida ou apresentada como um espaço perigoso onde se transita às escondidas ou do qual se "foge". Assim sendo, os educadores, de maneira geral, preferem enxergar defensivamente seus alunos como seres assexuados que não necessitam de orientações.

Tal posicionamento evita o enfrentamento da questão e gera menos ansiedade, pois dispensa o repensar da própria sexualidade. Essa postura, no entanto, é insustentável, pois a sexualidade do jovem - se bem que não reduzível a isto - explode aos nossos olhos através da gravidez precoce, das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e da AIDS. O Programa de Atendimento à Saúde do Adolescente da Secretaria de Estado da Saúde (1991) identificou, em dois anos de atendimento, entre os principais problemas na adolescência as questões relativas à sexualidade, tais como distúrbios ginecológicos, gravidez precoce, aborto, DSTs e AIDS, além de dúvidas a respeito de identidade sexual, travestismos e prostituição. Também aponta para um aumento crescente na demanda de orientações relacionadas à sexualidade, à concepção e à contracepção⁷.

Apesar desta demanda permanente, os professores, como já mencionado e em concordância com a nossa experiência em atividades de capacitação, continuam sentindo-se "despreparados" para abordar o tema.

⁷ SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE . *Problemas da Saúde - Adolescência e Saúde* . São Paulo : Editorial Paris, 1988.
GC305993



A situação é preocupante, uma vez que a AIDS está estritamente ligada à sexualidade; e os educadores continuam a restringi-la a informações biológicas sobre os aparelhos sexuais masculino e feminino, comprometendo seriamente as possibilidades de prevenção entre os alunos e em toda a comunidade escolar.

O significado da sexualidade humana só poderá ser apreendido e compreendido se for relacionado com a inserção global do indivíduo na família e na sociedade. A tarefa e o objetivo da educação sexual consistem, portanto, em situar a sexualidade no contexto mais amplo do relacionamento, não apenas entre os gêneros, mas entre seres humanos. Limitá-la a menos do que isto seria distorcê-la.⁸

Assim sendo, para que a sexualidade não se restrinja à nomenclatura de alguns órgãos e que o aluno possa ser devidamente orientado, é de fundamental importância que se capacitem adequadamente os professores. Deve-se dar ênfase à formação de vínculos entre professor e aluno, visando a gerar um clima de confiança no qual o educador, ao desempenhar o papel de facilitador, ofereça espaço para o aluno expressar suas opiniões, idéias e valores, colocar suas dúvidas, inseguranças e angústias, treinar sua aceitação da diferença do outro, elaborar seus medos e preconceitos, perceber melhor a si e ao outro. É ainda indispensável que o professor facilite o desenvolvimento de um pensamento crítico, principalmente com relação às diversas manifestações da sexualidade, tão divulgadas através da mídia, para discernir estigmatização, discriminação, preconceitos e tabus que impregnam as discussões sobre o tema.

⁸ KIRKEM et al. *Stude Guide n° 1, Sex Information Council of USA*, 1974, 8ª edição, Tradução de Maria Cristina Aranha Bruschini.
GC305993

A escola precisa construir uma linguagem educacional que seja formativa e não-estigmatizante na expressão e na aceitação da sexualidade, fugindo dos vícios inerentes na prática pedagógica, como o intelectualismo, a tendência de enfatizar apenas a informação científica e o conhecimento "acabado", ao invés de problematizá-lo por meio de um debate contextualizado.

ADOLESCÊNCIA, ESCOLA E A QUESTÃO DA AIDS E DE OUTRAS DSTs

A relação estreita entre a AIDS e as práticas sexuais também precisa ser trabalhada em profundidade para que não se cometam sérios enganos como, por exemplo, o de, em nome da prevenção à AIDS, reprimir a sexualidade do jovem. O número crescente de portadores do vírus, em todas as faixas etárias, exige que a escola assuma o seu papel de agente preventivo, abandonando posturas e discursos moralistas que mistificam o processo de prevenção, como no caso da infecção pelo HIV, propagada em determinados grupos com condutas de risco (homossexuais masculinos, usuários de drogas injetáveis - UDIs - e hemofílicos), esquecendo-se que a situação de risco - categoria de exposição ao HIV - é comum a qualquer ser humano.

É preciso, portanto, que se discuta a sexualidade, as práticas de sexo seguro, as DSTs, assim como a contaminação através do uso de drogas endovenosas, que, segundo dados acumulados no período de 1980 a 1993 pelo Centro de Referência e Treinamento de AIDS (CRT/AIDS) e publicados no Boletim Epidemiológico da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo⁹, vêm crescendo muito, chamando a atenção para medidas inovadoras e corajosas. "Entender o caráter específico da AIDS e seu desenvolvimento no Brasil, em contraste com outras sociedades, depende da aquisição de alguma compreensão das maneiras pelas quais tais práticas são social e culturalmente constituídas"¹⁰. Para que a escola chegue a essa compreensão, são necessários ousadia e discernimento, principalmente para o enfrentamento dos próprios medos e preconceitos. A discussão da questão da morte, por exemplo, é um tema do qual não podemos fugir, pois está tão intimamente relacionado à AIDS e às drogas como o sexo à vida.

⁹ Secretaria de Estado da Saúde. Boletim Epidemiológico do Centro de Vigilância Sanitária. São Paulo, (CVE)

¹⁰ ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - Parker, R. - 1988. GC305993



É por tudo o que foi colocado que as atividades preventivas não podem ser restritas apenas à informação. O "homem cognitivo" não consegue superar as armadilhas do emocional operando um reducionismo empobrecedor; portanto, é ao homem integral que essas ações devem se dirigir

Sensibilizado com a necessidade de atenção à juventude, por meio de uma política ampla para a questão, o Sr. Governador do Estado de São Paulo, através do Decreto nº 34.074, de 29/10/91, instituiu o Programa Permanente de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, com o objetivo de integrar as Secretarias de Estado às ações que desenvolvem, com vistas à prevenção, estabelecendo competências a cada uma delas.

Segundo esse Decreto, cabe à Secretaria da Educação:

- a. promover a capacitação de educadores e de pessoal de apoio;
- b. promover orientação aos alunos, à família e à comunidade;
- c. implementar pesquisas e produzir material de apoio;
- d. normatizar as ações preventivas a serem desenvolvidas na Rede do

Ensino Público.

Para implementar essa política é que o Projeto Escola é Vida foi elaborado e optou por uma abordagem que enfoca o adolescente integral. Para tanto, adota a linha da Valorização da Vida, por acreditar que é a que melhor se adequa aos propósitos de uma educação preventiva ampla, pertinente e prometedora de um impacto transformador em toda a comunidade escolar.



III - JUSTIFICATIVA

Considerando que:

- as pesquisas brasileiras revelam um crescimento do uso de substâncias psicoativas entre jovens de 1º e 2º graus de escolas públicas e particulares do Estado de São Paulo;
- a adolescência é apontada por especialistas como fase de descoberta e, conseqüentemente, sujeita a situações de risco, para o uso e o abuso de drogas, para a contaminação pelo HIV e para práticas sexuais não seguras;
- o jovem precisa ser orientado para que possa ser um adulto saudável;
- a escola é a principal entidade responsável pela informação e pela formação dessa população;
- a educação é o meio mais adequado para o desenvolvimento de ações preventivas;
- a sociedade passa a cobrar da escola uma atuação mais efetiva na prevenção à AIDS e ao abuso de drogas;
- os pais e a família sentem-se despreparados e ansiosos diante do problema, passando para os educadores a missão de orientar os jovens;
- os educadores declaram-se despreparados para a abordagem desses temas; e que
- não existe registro de um modelo de prevenção que tenha eficácia comprovada,

propomos o **Projeto Escola é Vida** para ser desenvolvido em Escolas da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo.

GC305993



IV - PRINCÍPIOS BÁSICOS

- As ações do Projeto devem estar voltadas para a Valorização da Vida.
- Todas as ações desenvolvidas nas unidades escolares devem estar inseridas no contexto histórico, político, econômico e sócio-cultural de cada região.
- As **atividades preventivas** devem estar inseridas no currículo escolar e ser desencadeadas pelos professores das diferentes disciplinas. É indispensável contar com a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar.
- A escola, no desenvolvimento de suas atividades preventivas, deverá buscar a participação da comunidade onde está inserida, bem como buscar a integração com outras ações e entidades.
- A continuidade das ações deve ser garantida, pois as intervenções voltadas para a Valorização da Vida só surtem efeito a longo prazo.



V - OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Desenvolver na escola ações que contemplem a Valorização da Vida e a Melhoria da Qualidade de Vida, por meio de reflexão e propostas com participação integrada de toda a comunidade escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ oferecer às escolas da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo condições para o desenvolvimento de projetos de prevenção de AIDS e outras DSTs e do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas, amparados por uma política oficial;
- ✓ desenvolver uma linha de prevenção que privilegie ações de proteção à saúde integral do adolescente;
- ✓ capacitar professores e comunidade escolar para planejarem, executarem e avaliarem ações de prevenção desenvolvidas nas unidades escolares;
- ✓ elaborar material de apoio para as ações a serem desenvolvidas nas unidades escolares e na comunidade;
- ✓ desenvolver pesquisas que subsidiem as ações do Projeto;
- ✓ transformar a escola num dos pólos irradiadores de ações preventivas do uso indevido de drogas e da prevenção de AIDS e outras DSTs na comunidade;
- ✓ integrar as ações preventivas à rotina da escola, garantindo sua continuidade;
- ✓ estimular em todos os segmentos envolvidos uma reflexão mais aprofundada sobre a influência dos aspectos sócio-econômico-culturais no desenvolvimento da instituição e do ser humano; e
- ✓ estimular a atitude participativa da comunidade escolar no equacionamento dos seus problemas.



VI - ESTRATÉGIAS

Para atingir objetivos e metas propostas, as ações do Projeto devem:

- atuar em três níveis: central, regional e local.
- ser desenvolvidas em etapas.
- ser realimentadas pela Unidade Experimental.

1. NÍVEIS DE ATUAÇÃO

1.1. - Nível Central:

Responsável pelo planejamento, implantação, acompanhamento, supervisão técnico-pedagógica e avaliação das ações do Projeto em nível estadual.

Desse nível, farão parte duas equipes:

1.1.1. - Equipe Técnica Central: composta por técnicos multiprofissionais, cuja responsabilidade é coordenar a parte técnica, pedagógica e administrativa do Projeto. Terá por função desenvolver as seguintes atividades:

- ✓ sensibilizar os níveis centrais da Secretaria da Educação;
- ✓ capacitar, acompanhar, supervisionar e avaliar as Equipes Volantes e a Equipe Supervisora;
- ✓ promover e divulgar eventos;
- ✓ planejar pesquisas;
- ✓ manter atualizado o Banco de Dados;
- ✓ manter contato com outras Secretarias, Entidades e/ou Organismos Internacionais que tenham trabalho na área da prevenção de AIDS e de outras DSTs e do uso indevido de drogas;

GC305993



✓ elaborar material de apoio para o desenvolvimento das ações do Projeto;

✓ produzir material técnico-científico;

✓ manter plantões para atendimento à comunidade e à Unidade Experimental; e

✓ planejar, executar e avaliar as ações da Unidade Experimental.

1.1.2. - Equipe Técnica de Supervisão: composta por educadores da Rede Pública Estadual de Ensino, terá por função desenvolver as seguintes atividades:

✓ executar, juntamente com a Equipe Central, as ações propostas pela Unidade Experimental;

✓ preparar, juntamente com a Equipe Central, material de apoio para subsidiar as ações da rede;

✓ supervisionar o trabalho feito pelas Equipes Volantes;

✓ visitar Delegacias de Ensino e unidades escolares que participem do Projeto.

✓ coordenar juntamente com as Equipes Volantes os grupos de estudo, em nível de DEs;

✓ orientar as escolas da rede, em situações de emergência, no que se refere às questões de AIDS e de outras DSTs e do uso indevido de drogas, através de plantões diários;

✓ orientar os Núcleos Coordenadores Regionais; e

✓ avaliar o trabalho das Equipes Volantes, juntamente com a Equipe Central.

✓ orientar os Núcleos Regionais.

GC305993



1.2. - Nível Regional

1.2.1 - Núcleo Coordenador Regional

Formado por educadores, da Delegacia de Ensino (Delegado, Assistentes Pedagógicos e Supervisores) com a finalidade de operacionalizar as ações do Projeto junto às unidades escolares, desenvolvendo as seguintes atividades:

- ✓ planejar, coordenar e avaliar as atividades das unidades escolares, juntamente com a Equipe Volante;
- ✓ garantir que as ações desenvolvidas tenham continuidade e estejam inseridas no currículo escolar;
- ✓ articular e acompanhar reuniões com diretores das unidades escolares, juntamente com a Equipe Volante;
- ✓ participar das orientações técnicas feitas a professores e ao pessoal de apoio;
- ✓ sensibilizar os supervisores da DE para o Projeto e seu acompanhamento nas UEs; e
- ✓ encaminhar para as equipes do nível central os relatórios das atividades desenvolvidas nas unidades escolares.

Os componentes desse núcleo passarão por processo de capacitação de 120 horas e serão orientados periodicamente pelos técnicos das Equipes Volantes.

1.2.2. - Equipe Técnica Volante: formada por técnicos multiprofissionais com experiência na área de prevenção de AIDS e do uso indevido de drogas que participarão de um processo de capacitação de 400 horas, incluindo estágio nas unidades escolares, envolvidas no projeto.

Atividades a serem desenvolvidas:

- ✓ ministrar cursos para educadores da Rede;
- ✓ orientar o pessoal de apoio - serventes, inspetores de alunos, zeladores, responsáveis pela segurança escolar, cantineiros e funcionários administrativos - para o desenvolvimento de ações de proteção e valorização da vida;
- ✓ planejar e coordenar, os grupos de estudo formados após os cursos de capacitação;
- ✓ orientar tecnicamente os diretores e os Núcleos Regionais;
- ✓ visitar as unidades escolares que estejam envolvidas no Projeto, oferecendo-lhes assessoria contínua;
- ✓ viabilizar a integração da comunidade com as ações do Projeto;
- ✓ elaborar material didático para os cursos e orientações;
- ✓ manter plantões nas DEs para atendimento à comunidade;
- ✓ avaliar as ações desenvolvidas nas UEs.

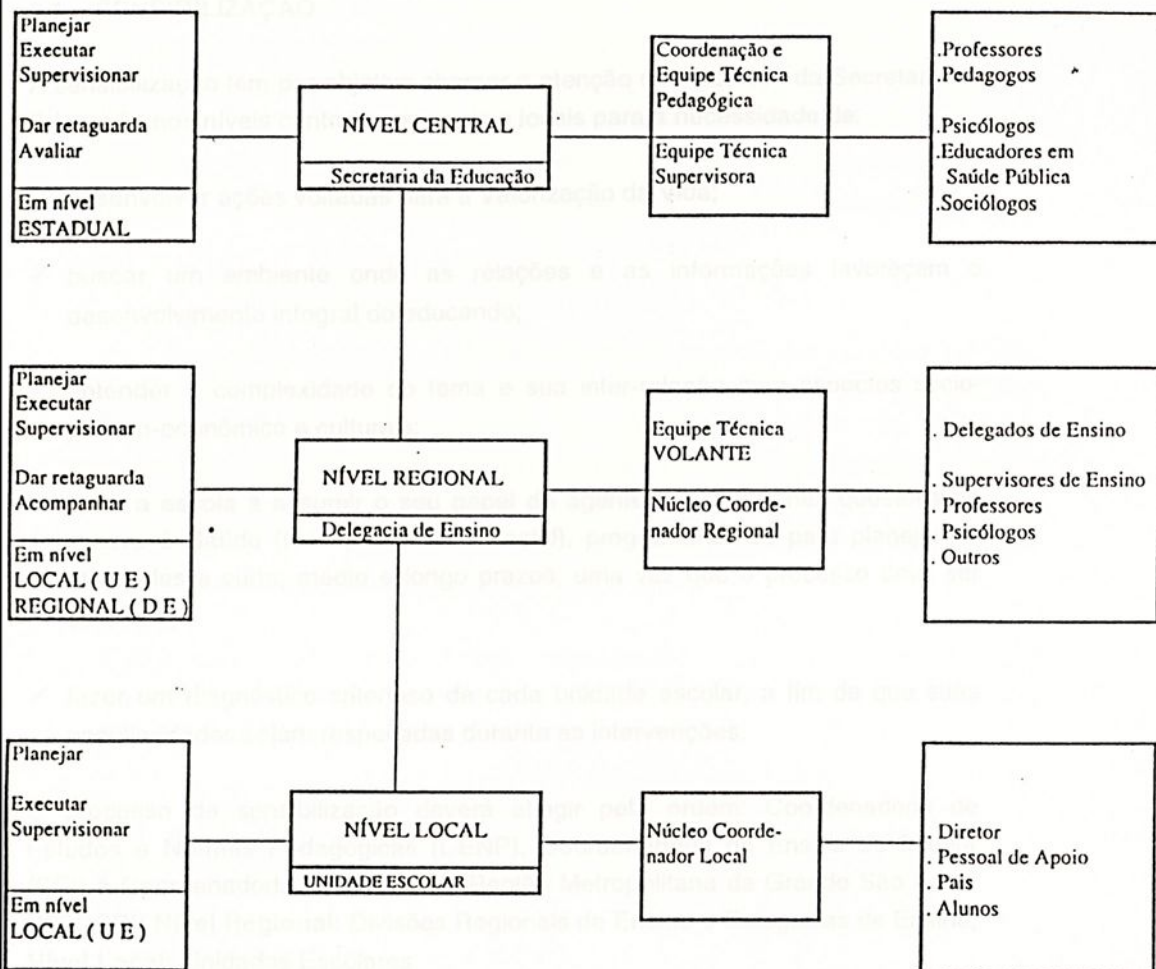
Cada Equipe Técnica Volante passará por um processo de capacitação com a duração de 400 horas e será responsável pelo trabalho desenvolvido em uma Delegacia de Ensino, garantindo o vínculo com os educadores, o conhecimento da dinâmica de cada grupo e atuando, portanto, em consonância com suas peculiaridades.

1.3. - Nível Local

Composto por diretor, professores, pessoal de apoio, pais e alunos. Terá por função desenvolver as seguintes atividades:

- ✓ planejar, executar, acompanhar e avaliar ações desenvolvidas na UE;
- ✓ sensibilizar todos os segmentos da comunidade escolar para o desenvolvimento de um Projeto de Valorização da Vida;
- ✓ viabilizar oportunidades para a realização de reuniões com e entre o corpo docente;
- ✓ realizar o diagnóstico da unidade escolar, envolvendo todos os seus segmentos (corpo docente, discente e pessoal de apoio);
- ✓ realizar diagnóstico da comunidade onde a escola se insere (inclusive pais de alunos);
- ✓ selecionar e executar atividades rotineiras vinculadas ao currículo escolar;
- ✓ registrar todas as atividades desenvolvidas;
- ✓ enviar para o nível regional todos os dados solicitados pela equipe central; e
- ✓ orientar pais e alunos.

O diretor e os professores componentes desse núcleo passarão por um período de capacitação de 120 horas e supervisões mensais com os técnicos das Equipes Volantes da respectiva DE; os outros segmentos serão capacitados através de orientações técnicas periódicas.



DE = Delegacia de Ensino
UE = Unidade Escolar

2 - ETAPAS

2.1. - SENSIBILIZAÇÃO

A sensibilização tem por objetivo chamar a atenção dos técnicos da Secretaria da Educação nos níveis centrais, regionais e locais para a necessidade de:

- ✓ desenvolver ações voltadas para a Valorização da Vida;
- ✓ buscar um ambiente onde as relações e as informações favoreçam o desenvolvimento integral do educando;
- ✓ entender a complexidade do tema e sua inter-relação com aspectos sócio-político-econômico e culturais;
- ✓ levar a escola a assumir o seu papel de agente preventivo nas questões de agravo à Saúde (física, mental e social), programando-se para planejar as atividades a curto, médio e longo prazos, uma vez que o processo deve ser contínuo; e
- ✓ fazer um diagnóstico criterioso de cada unidade escolar, a fim de que suas peculiaridades sejam respeitadas durante as intervenções.

O processo de sensibilização deverá atingir pela ordem: Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), Coordenadoria de Ensino do Interior (CEI) e Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo (COGSP); **Nível Regional:** Divisões Regionais de Ensino e Delegacias de Ensino; **Nível Local:** Unidades Escolares.

Para atingir seus segmentos, inicialmente serão realizados seminários, simpósios, ciclos de debates e reuniões.



2.2. - CAPACITAÇÃO

2.2.1. Capacitação de Equipes Técnicas Volantes

As Equipes Técnicas Volantes passarão por um processo de Capacitação de 400 hs, que envolverá, além dos temas básicos, como apresentação e linha do Projeto, Adolescência, Sexualidade, Drogas e AIDS, cursos de: Planejamento Participativo de Ações Preventivas - Elaboração de Instrumentos Diagnósticos; Avaliação de Atividades de Prevenção ; Técnicas de Dinâmicas de Grupo aplicadas às Atividades Preventivas e Avaliação do Processo de Capacitação.

2.2.2. CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES

Esta etapa deverá garantir o mínimo de preparo ao professor para que ele possa desenvolver, em sala de aula, ações voltadas para a Valorização da Vida. Para tanto, estão previstos quatro cursos, perfazendo um total de 120 horas, que fornecerão o instrumental básico para o desenvolvimento de **ações preventivas específicas** (que abordam diretamente os fatores de risco e agravos à saúde, principalmente a AIDS e o uso indevido de drogas) e **inespecíficas** (que enfocam os fatores protetores da saúde física e mental).

Esses cursos abordarão temas relacionados com o adolescente, suas necessidades e seus problemas e serão distribuídos em quatro módulos: Adolescência, Drogas, Sexualidade e AIDS.

2.2.3. - Temas abordados nos cursos:

2.2.3.1. - ADOLESCÊNCIA

- ✓ Crescimento e desenvolvimento físico
- ✓ Desenvolvimento psicossocial
- ✓ O papel da escola e da família no desenvolvimento da personalidade do adolescente
- ✓ Problemas comuns à adolescência

GC305993



- ✓ O espaço do adolescente na sociedade atual
- ✓ Agravos à saúde do adolescente
- ✓ Propostas de atividades alternativas para serem desenvolvidas nas escolas.

2.2.3.2. - DROGAS

- ✓ Histórico das drogas
- ✓ Classificação das drogas
- ✓ Conceitos básicos - mitos e preconceitos
- ✓ Motivação para o uso de drogas
- ✓ A família e o uso de drogas
- ✓ A escola e o uso de drogas
- ✓ AIDS e drogas
- ✓ Legislação
- ✓ Tratamento
- ✓ Prevenção ao uso indevido de drogas
- ✓ A questão da ética na prevenção
- ✓ Elaboração de projetos de prevenção a serem desenvolvidos nas unidades escolares.

2.2.3.3. - SEXUALIDADE

- ✓ Histórico da sexualidade
- ✓ Aspectos biológicos
- ✓ Aspectos psicológicos
- ✓ Sexualidade: família e sociedade
- ✓ Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS
- ✓ Temas polêmicos
- ✓ A instituição escola e a sexualidade
- ✓ Educação e orientação sexual: aspectos metodológicos
- ✓ Propostas de atividades práticas para serem desenvolvidas nas unidades escolares.



2.2.3.4. - AIDS

- ✓ O que é
- ✓ Transmissão do HIV
- ✓ Epidemiologia
- ✓ Aspectos sociais: mitos, preconceitos, a questão da morte
- ✓ A ética nas questões da AIDS
- ✓ Prevenção da AIDS
- ✓ A escola e a prevenção da AIDS
- ✓ Propostas de atividades práticas para serem desenvolvidas nas unidades escolares.

Esses são os temas básicos a serem discutidos nos cursos e aprofundados nos grupos de estudo. Outros assuntos estarão sendo abordados nos grupos de estudo ou em cursos auxiliares, estruturados segundo as necessidades de cada DE, através de situações vivenciadas, tais como: estudo de casos, dinâmica de grupo. Em todos os casos, deverão ser usadas técnicas que possibilitem:

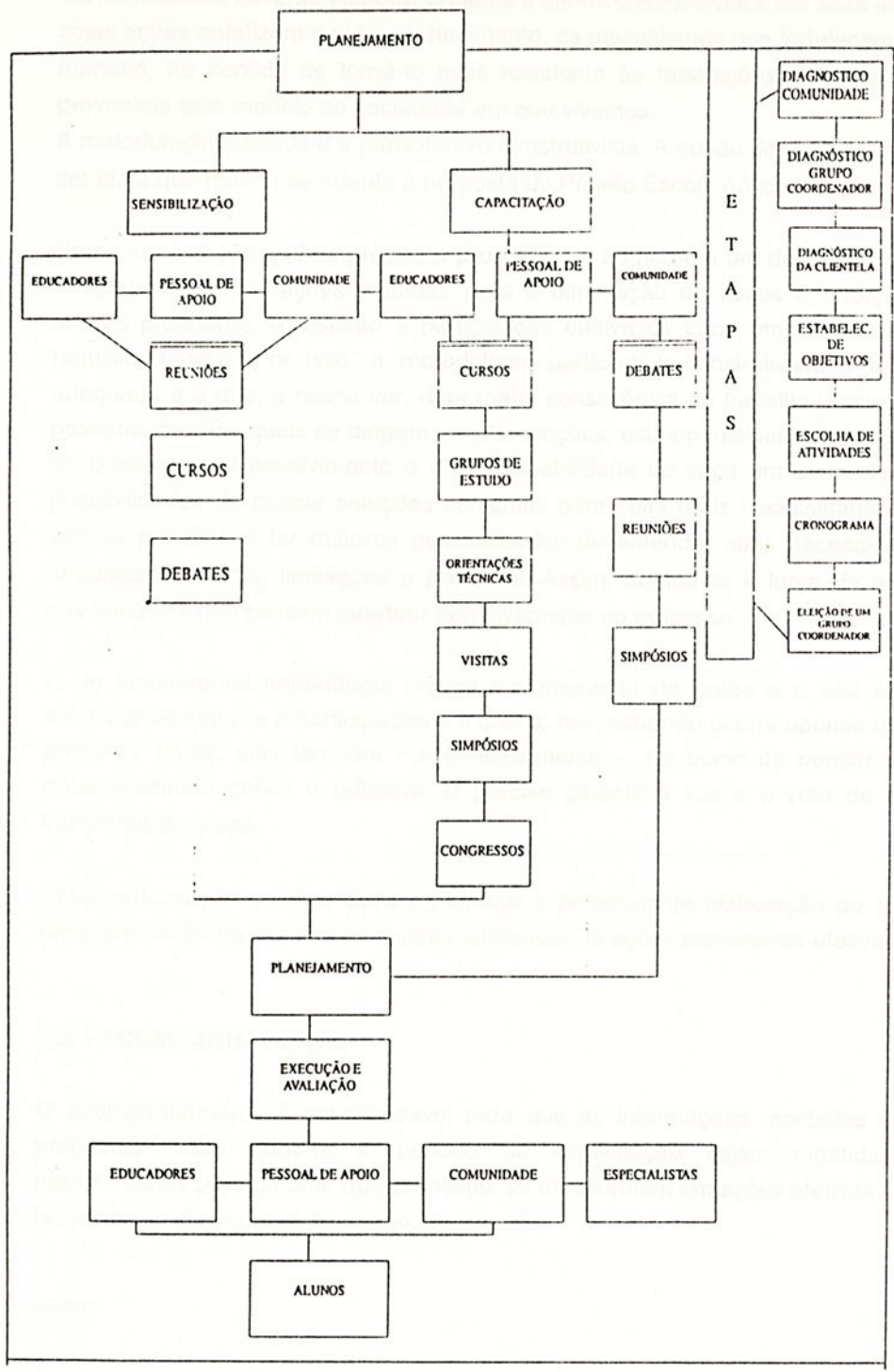
- ✓ discussão dos valores de nossa sociedade e de sua influência no enfoque dado à questão das drogas, da AIDS e de outras DSTs;
- ✓ espaço para que os futuros agentes de prevenção reflitam e discutam sua posição frente à questão.
- ✓ Portanto, a **informação** deverá ser apenas **um** dos aspectos do processo de prevenção e não o **processo em si**, pois já ficou comprovado que ela isoladamente não garante mudanças de atitudes que sejam duradouras.

Os participantes desses cursos integrarão os núcleos coordenadores e locais e estarão desenvolvendo ou participando de atividades de acordo com as etapas explicitadas no fluxograma que se segue:

GC305993



FLUXOGRAMA DA UNIDADE ESCOLAR



Os professores deverão elaborar projetos a serem desenvolvidos em suas escolas cujas ações enfatizem o auto-conhecimento, os mecanismos que fortaleçam o ser humano, no sentido de torná-lo mais resistente às frustrações e à ansiedade provocada pelo modelo de sociedade em que vivemos.

A metodologia adotada é a participativo-construtivista. A opção deve-se ao fato de ser ela a que melhor se adapta à proposta do Projeto Escola é Vida.

Numa intervenção que se propõe a proporcionar ao homem um desenvolvimento integral através de ações voltadas para a diminuição de riscos e reforço dos fatores protetores, o respeito à participação efetiva de cada um deve ser pré-requisito básico. Por isso, a metodologia participativo-construtivista é a mais adequada e a que, a nosso ver, dará maior consistência ao trabalho. Quando às pessoas, para as quais se dirigem as intervenções, estas participam de cada fase do processo. O envolvimento e a responsabilidade de cada um aumentam as possibilidades de buscar soluções conjuntas para suas reais necessidades. Dar voz às pessoas é ter maiores possibilidades de entender suas necessidades, fantasias, barreiras, limitações e potencial. Assim, atenua-se a força de muitas das variáveis que possam interferir negativamente no processo.

É de fundamental importância respeitar o momento do grupo e o seu saber, estimulando sempre a participação e a crítica, pois esta não ocorre apenas com a presença física, mas também - e principalmente - no plano do pensar e do posicionamento crítico e reflexivo. É preciso garantir a voz e o voto de cada integrante do grupo.

Essa participação coletiva deverá permear o processo de elaboração do saber para que ele tenha significado e seja mobilizador de ações preventivas efetivas.

2.3. - ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento é indispensável para que as informações recebidas e as propostas feitas durante o período de capacitação sejam mantidas e realimentadas para garantir que propostas se transformem em ações efetivas.

No processo de acompanhamento, teremos:

GC305993



2.3.1. - Grupos de Estudo

Os grupos de estudo serão formados por educadores que já participaram dos cursos com o objetivo de:

- ✓ aprofundar temas relevantes para o desenvolvimento das ações;
- ✓ buscar soluções e/ou alternativas para problemas surgidos durante a operacionalização das ações;
- ✓ trocar experiências com colegas que estejam desenvolvendo o projeto em outras escolas; e
- ✓ receber orientações sobre o preenchimento das fichas de acompanhamento e avaliação das ações propostas.

Cada sessão de 4 horas de estudo envolverá, no máximo, 20 pessoas e será realizada mensalmente.

Os temas para cada grupo de estudo poderão ser indicados pela Equipe Volante ou pelos participantes, segundo suas necessidades.

Sugestões de Temas:

☉ A SOCIEDADE

- ✓ Seus ritos
- ✓ Ecologia
- ✓ A questão do prazer
- ✓ A questão do consumo
- ✓ Constituição e cidadania
- ✓ Violência
- ✓ Estatuto da Criança e do Adolescente
- ✓ Ética

GC305993



⇒ A Escola

- ✓ Espaço para democracia
- ✓ Conteúdo curricular e atividades preventivas
- ✓ Características de sua comunidade
- ✓ Discurso e prática
- ✓ Papel na formação da identidade do adolescente
- ✓ Planejamento participativo
- ✓ Avaliação de atividades preventivas

⇒ Drogas

- ✓ Histórico e sociedade atual
- ✓ Veículos de comunicação
- ✓ Prevenção: modelos nacionais e internacionais
- ✓ Tratamento
- ✓ Papel da família
- ✓ AIDS e Drogas
- ✓ Pesquisas

⇒ Adolescência

- ✓ Crescimento e desenvolvimento
- ✓ Sexualidade
- ✓ Modelos e ídolos
- ✓ Papel social
- ✓ Escolha profissional
- ✓ Valores
- ✓ Família
- ✓ Mercado de trabalho

⇒ Sexualidade

- ✓ Mitos
- ✓ Papéis sociais
- ✓ A questão do prazer

GCJ0599J



- ✓ O poder e a sexualidade
- ✓ Os livros didáticos
- ✓ O papel da mídia
- ✓ DSTs e AIDS

⇒ AIDS

- ✓ A questão da morte
- ✓ O papel de cada segmento da UE na prevenção
- ✓ O medo do contágio e suas repercussões
- ✓ O papel do adolescente na prevenção

2.3.2. - Orientações Técnicas

As orientações são dirigidas ao pessoal de apoio - serventes, inspetores de alunos, cantineiros e zeladores - das UEs e acontecerão bimestralmente. Deyerão ser coordenadas pelas Equipes Volantes e terão duração de quatro horas cada. Nas orientações Técnicas, alguns dos temas abordados serão sugeridos pela Equipe Volante, para garantir que haja um mínimo de informações e vivências comuns a todos os segmentos das UEs; outros serão solicitados pelos participantes.

A orientação tem características diferentes das dos grupos de estudo e dos cursos, pois sua carga horária é menor e não possui o mesmo aprofundamento.

2.3.3. - Reunião com Diretores

Essas reuniões devem ser mensais, ter a duração de quatro horas e ser coordenadas pela Equipe Volante. Seu objetivo deve ser a troca de experiências, assim como a discussão de temas e/ou fatores importantes para o projeto.

2.3.4. - Visitas às escolas

O objetivo das visitas é acompanhar e assessorar o núcleo local e demais segmentos da comunidade escolar no desenvolvimento de ações preventivas, assim como promover a integração de professores não-capacitados e demais funcionários às atividades desenvolvidas pela escola.

As visitas deverão ser realizadas mensalmente e terão a duração de 4 horas, período em que a Equipe Técnica Volante dará as orientações solicitadas pela Escola ou priorizadas pela Equipe Técnica Volante. O maior número possível de pessoas deve ser envolvido nessa atividade.

2.3.5. - Reunião com o Núcleo Coordenador Regional

As reuniões com o núcleo coordenador devem ser feitas mensalmente e ter a duração de quatro horas.

A finalidade dessas reuniões é discutir as ações desenvolvidas no mês; eliminar ou minimizar os aspectos dificultadores; estabelecer prioridades; e fechar cronograma para o mês seguinte.



2.4. - RETAGUARDA TÉCNICA

A retaguarda técnica visa fundamentalmente à garantia de que as propostas e informações veiculadas pelo Projeto tenham embasamento científico e que essas informações estejam sempre disponíveis para todos os interessados.

Para atingir esses objetivos, são necessários:

2.4.1. - Banco de Dados

O banco de dados é importante para que informações referentes às atividades do projeto e de trabalho sobre seus temas básicos, possam se organizar e sirvam como fonte de pesquisa, permanentemente aberta aos interessados.

Farão parte desse banco de dados:

- ✓ resumos dos trabalhos realizados nas escolas que participam do Projeto;
- ✓ material científico;
- ✓ literatura especializada; e
- ✓ material de apoio.

2.4.2. - Comunicação

- ✓ divulgação de eventos relacionados ao tema;
- ✓ elaboração e distribuição de boletim mensal contendo informações sobre a questão da prevenção da AIDS e outras DSTs e do uso indevido de drogas para as escolas da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo; e
- ✓ divulgação de informações sobre Projetos de prevenção realizados em escolas de outros estados, do país e do exterior.

2.4.3. - Pesquisas

As pesquisas são indispensáveis para que informações, hipóteses e propostas possam ter embasamento científico e subsidiem as ações desenvolvidas.

As pesquisas estarão voltadas para a coleta de dados sobre o perfil do adolescente e da comunidade escolar.

GC305993



2.4.4. - Elaboração de Material de Apoio

Tem como objetivo garantir a adequação do material didático à realidade de cada UE, respeitando suas peculiaridades e a linha do Projeto.

Esse material poderá ser elaborado em dois níveis:

- ✓ **central:** destinado ao uso comum de todas as Delegacias de Ensino; e
- ✓ **local:** destinado ao uso específico de cada UE, de acordo com a sua realidade.

2.4.5. - Plantões

Têm por objetivo dar informações e/ou orientações sobre questões relativas a Adolescência, Sexualidade, Prevenção da AIDS e do Uso Indevido de Drogas.

Os profissionais da Equipe Técnica Central e da Equipe Supervisora atenderão, através do telefone ou pessoalmente, qualquer pessoa interessada nos assuntos.



SÍNTESE DAS ETAPAS

ETAPAS	POPULAÇÃO ALVO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL
1 SENSIBILIZAÇÃO	• Coordenadorias de Ensino • Delegados de Ensino • Diretores • Professores	• Reuniões • Cursos	• Equipe Técnica Central
2 SELEÇÃO EQUIPES TÉCNICAS VOLANTES	• Educadores (3) • Psicólogo (1) • Outros (1)	• Análise de Currículo • Entrevista • Teste Psicológico • Dinâmica de Grupo	• Equipe Técnica Central
3 CAPACITAÇÃO EQUIPES TÉCNICAS VOLANTES	• Equipes Técnicas Volantes	• Cursos - 10 c/ 40hs (cada)	• Equipe Técnica Central
EDUCADORES	• Diretores • Assist. Direção • Especialistas da Educação • Professores de 1º e 2º graus	• Cursos - 4 c/ 30hs (cada) • Adolescência • Drogas • Sexualidade • AIDS	• Equipes Técnicas Volantes
• PAIS / COMUNIDADE	• Pais • Comunidade	• Cursos • Reuniões • Encontros Mensais	• Equipes Técnicas Volantes e Núcleos Locais

SÍNTESE DAS ETAPAS

ETAPAS	POPULAÇÃO ALVO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL
o ACOMPANHAMENTO	• Delegados de Ensino • Equipes Técnicas Volantes • Educadores • Pessoal de Apoio • Pais e Comunidade	• Encontros Bimestrais 16 hs. • Encontros Bimestrais 24 hs • Supervisão Mensal • Grupos de Estudo Mensal 4hs (cada) • Visitas às UEs • Orientações Técnicas • Encontros Bimestrais • Encontros	- Equipe Técnica Central e Especialistas Convidados • Equipes Técnicas Volantes • Equipes Técnicas Volantes • Equipes Técnicas Volantes

GC305993



SÍNTESE DAS ETAPAS

ETAPAS	POPULAÇÃO ALVO	ATIVIDADES	RESPONSÁVEL
● RETAGUARDA	• Todos os segmentos	• Pesquisas • Elaboração de material de apoio • Biblioteca • Rede de comunicação • Seminários • Fóruns de Debates • Elaboração de vídeos	• Equipe Técnica Central e Especialistas Convidados
● AVALIAÇÃO	• Todos os segmentos • Todas as atividades	Questionários • alunos • educadores • pais • pessoal de apoio • Observações • Entrevistas	• Equipe Técnica Central e Equipes Técnicas Volantes

GC305993



3 - UNIDADE EXPERIMENTAL

A 12ª Delegacia de Ensino servirá como Projeto-Piloto onde serão testadas e avaliadas técnicas e ações que possibilitem a adequação do Projeto à realidade da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo.

As atividades desenvolvidas nessas unidades, bem como os resultados obtidos, serão transformados em material para a orientação dos técnicos e a seguir serão repassadas para a Rede.

A Unidade Experimental servirá ainda como local de realização de estágio supervisionado aos profissionais das Equipes Volantes.

A manutenção da Unidade Experimental será feita pela Equipe Central e pela Equipe Supervisora, para garantir aos profissionais do Nível Central o contato direto com os educadores, com a realidade e a dinâmica dos níveis regionais e locais, pois uma teoria isolada de uma ação concreta pode ser causadora de distorções irreparáveis.

VII - AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é indispensável para mensurar o alcance e a eficácia do Projeto proposto. Deverá ser um processo contínuo para que as ações possam ser modificadas em sua fase de execução.

Sendo assim, serão realizadas:

1. **Avaliação formativa:** fornecerá informações sobre quais as mudanças necessárias antes e durante o desenvolvimento das ações.

Instrumentos:

- ❶ grupos focais;
- ❷ entrevistas; e
- ❸ questionários.

2. **Avaliação de processo:** possibilitará a avaliação do grau de participação e compromisso da equipe e do público beneficiário em relação ao Projeto.

Instrumentos:

- ❶ relatórios mensais das atividades desenvolvidas, por cada equipe do Projeto, com dados quantitativos e qualitativos;
- ❷ supervisões Técnicas para as Equipes Técnicas Volantes; e
- ❸ visitas mensais às Unidades Escolares e Delegacias de Ensino.



3. **Avaliação de resultados:** possibilitará a mensuração dos resultados a curto prazo.

Instrumentos:

- ❶ fichas de acompanhamento das atividades (a serem preenchidas mensalmente), tomando-se por parâmetros as metas propostas para o mês;
- ❷ grupos focais; e
- ❸ apresentação de atividades sobre o tema.

4. **Avaliação de impacto:** possibilitará verificar os resultados das ações do Projeto a longo prazo.

Instrumentos:

- ❶ questionários;
- ❷ grupos focais; e
- ❸ serão utilizados para essa avaliação grupos experimental e de controle.

As etapas foram aqui separadas apenas para fins didáticos, uma vez que durante todo o processo estaremos proporcionando oportunidade de sensibilizar, capacitar, atualizar, acompanhar e oferecer retaguarda.

